

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

O IMPASSE ECOLÓGICO NA MODERNIDADE

FERNANDA ZANIN MOTA CORRÊA
LARISSA SOARES BERWANGER

Florianópolis, abril de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

O IMPASSE ECOLÓGICO NA MODERNIDADE

FERNANDA ZANIN MOTA CORRÊA
LARISSA SOARES BERWANGER

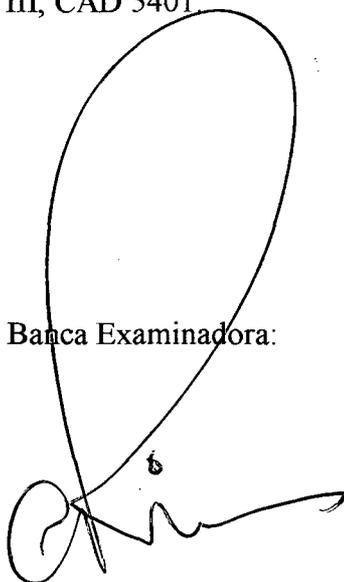
Orientado por
Prof Dr Clarilton Ribas

Área de atuação
Administração Geral

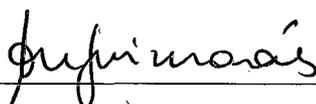
Florianópolis, abril de 2002.

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado e julgado, perante a Banca Examinadora que atribui a nota 10 (~~07~~) às alunas Fernanda Zanin Mota Corrêa e Larissa Soares Berwanger, na disciplina de Estágio III, CAD 5401.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Clarilton Ribas
Presidente



Prof.ª Dr.ª Valeska Nahas Guimarães
Membro



Prof. Msc. Raimundo Nonato de Oliveira Lima
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador Ribas, pela convivência marcada por constantes desafios intelectuais, inúmeros “puxões de orelha”, estímulos ao desenvolvimento de uma percepção crítica do mundo, por nos ensinar que “não tá morto quem peleia!” e, é claro, por uma amizade que o tempo jamais apagará.

À Super Valeska, por estar sempre presente e disposta a nos ajudar, mostrando a importância de lutar por aquilo que acreditamos e ensinando-nos a fazer as coisas com paixão.

À galera do NINEIT, pelos debates enriquecedores; pelas risadas e também pelo trabalho sério; pelo companheirismo, enfim, por tornar nossa vida acadêmica um aprendizado prazeroso, rico e inesquecível.

Aos nossos queridos pais, que apesar da distância, estiveram sempre ao nosso lado, acreditando em nossa capacidade de fazer as coisas acontecerem, dando “aquela” força nos momentos difíceis, incentivando nossas idéias por mais “loucas” que pudessem parecer, dando asas aos nossos sonhos e pelo seu amor incondicional.

Aos nossos irmãos, que mesmo não tendo contribuído especificamente para a realização deste trabalho, são extremamente importantes em nossas vidas!

Aos nossos colegas, pela amizade, pelas festas, pela convivência (nem sempre harmoniosa) e por ter nos agüentado nestes quase 5 anos de UFSC! Valeu!

*A injustiça passeia pelas ruas a passos largos.
Os dominadores fazem planos para dez mil anos.
Só a força os garante.
Dizem que tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Este é apenas o começo!
Entre os oprimidos, muitos dizem:
Jamais se realizará o que queremos!
O que ainda vive nunca diga jamais!
O seguro não é seguro. Nada ficará como está.
Quando os dominadores falarem, falarão também os
dominados
Quem se atreve a dizer jamais?
De quem depende a continuação desse domínio
Senão de nós?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Como pode calar-se quem conhece a situação?
Os vencidos de hoje serão os vencedores de amanhã.
E um novo "hoje" nascerá do "jamais".*

Bertolt Brecht

RESUMO

O nosso futuro depende da relação entre a natureza e o tipo de uso que fazemos dos recursos naturais disponíveis. Hoje, existe um razoável consenso (na consciência média da opinião pública) de que o planeta não resistirá por muito mais tempo ao processo de degradação ao qual a produção industrial (entre outros fatores) o está submetendo. Este trabalho teve como objetivo agregar contribuição teórica ao debate que acompanha o advento do novo milênio: a contraproduktividade industrial frente à degradação contínua do meio ambiente através de uma confrontação entre as práticas correntes no campo da administração e as necessidades da preservação ambiental indicadas na literatura. Desta forma, realizamos uma extensa pesquisa bibliográfica, compilando e discutindo os temas considerados mais relevantes, e através da utilização do discurso direto, procuramos demonstrar a relação presente entre as pesquisadoras e o objeto do estudo, qual seja, em última instância, a sociedade, pois as críticas apresentadas neste trabalho estendem-se também às autoras. Finalmente foram tecidas algumas considerações pertinentes acerca do assunto em tela e tendemos fortemente a acreditar, que perceber a questão ambiental como mero interesse mercadológico, pode até ser o primeiro passo do processo de conscientização mas, seguramente, é insuficiente para a preservação do planeta a longo prazo. Caberia, portanto, à sociedade em geral, abdicar da condição de objeto inerme da história e operar como sujeito ativo no sentido de promover uma revolução intelectual e ética na coletividade para que se altere definitivamente o modo como o homem se relaciona com a natureza e com ele mesmo.

Palavras-chaves: discurso ambientalista, empresas, meio ambiente, sociedade de consumo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral:.....	11
2.2 Objetivos específicos:.....	11
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	12
4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIA.....	15
5 O DEBATE ECOLÓGICO CONTEMPORÂNEO.....	23
5.1 Um breve histórico ecológico	25
5.2 Desenvolvimento sustentável.....	28
5.3 A perspectiva empresarial	32
5.3.1 <i>Noções sobre internalização dos custos</i>	35
5.3.2 <i>Institucionalização da função ambiental</i>	42
5.3.3 <i>A questão da certificação - ISO 14000</i>	46
5.4 A perspectiva da ecologia profunda	52
5.5 Ecologia profunda no contexto empresarial.....	60
6 A SOCIEDADE DE CONSUMO EM MASSA E TAXA DE UTILIDADE DOS PRODUTOS.....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, gostaríamos de esclarecer que este trabalho foi construído de maneira pouco convencional, diferente da maioria dos trabalhos de conclusão de curso em Administração. Trata-se de uma pesquisa um tanto ousada, haja vista o tema escolhido para sua elaboração e, evidentemente, não pretendemos, encerrar o debate acerca do assunto apresentado a seguir. Entendemos, isto sim, tratar-se de um pequeno passo, que objetiva contribuir de alguma forma para uma maior mobilização de consciências frente à problemática ambiental.

Este trabalho, portanto, trata de alguns de nossos questionamentos e inquietações reunidos durante nossa vida acadêmica em função, até mesmo, de este ter sido um aspecto pouco abordado durante o curso, e o qual, acreditamos possuir grande relevância, principalmente nos dias atuais.

Neste sentido, é indiscutível que importantes descobertas nos campos da Ciência e Tecnologia estão acontecendo dia a dia numa quantidade e velocidade impensadas. No curto espaço de aproximadamente cem anos a ciência teve um desenvolvimento maior do que em toda a história da humanidade. Internet, inteligência artificial, clonagem, computadores poderosíssimos, manipulação do código genético e muitas outras novidades surgem a cada momento e passam a ter influência direta sobre nossas vidas. Mas se pararmos um pouco para refletir, será que nós seres humanos, apesar de todas essas novidades e conquistas, estamos adquirindo uma existência mais digna? Será que estamos mais felizes? Diminuiu a miséria, a fome, a injustiça no mundo? E o ar que respiramos? A água que bebemos? O que comemos? Tem melhor qualidade hoje? Será que vivemos em harmonia entre nós humanos ou com o planeta?

O tipo de desenvolvimento pelo qual a sociedade industrial contemporânea optou ao longo de todos esses anos, marcados por radicais transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais pode ser classificado, sem medo de exageros, de caráter fundamentalmente destrutivo e cruel, caracterizado por todo o tipo de exploração e abuso, tanto na relações essencialmente humanas, como nas relações humanas com os demais seres vivos.

As atuais circunstâncias nos obrigam a enxergar e admitir que não temos o controle de tudo e que se desejamos de alguma forma que as próximas gerações tenham um mundo capaz de abraçar a vida, precisamos urgentemente mudar de forma radical nossos pensamentos e, principalmente, nossas ações. Os diversos processos tecnológicos que tem servido de

sustentação para o “progresso”, juntamente com a ideologia do consumismo irracional e o pensamento tecnocêntrico que reina em nossa sociedade, conduzem à degradação e, a continuar neste ritmo, à completa exaustão dos recursos naturais. Um exemplo claro dessa afirmação é a utilização cada vez maior de utensílios, que são de difícil degradação e que por essa razão originam quantidades absurdas e crescentes de lixo, em geral tóxico, insalubre, quando não letal.¹

A necessidade de preservação ambiental é uma questão urgente e de extrema importância para toda a humanidade. O nosso futuro depende da relação entre a natureza e o tipo de uso que fazemos dos recursos naturais disponíveis. Talvez seja por essa razão que, em nenhum momento o debate sobre a questão do meio ambiente esteve tão presente em todos os segmentos sociais. A novidade está em que nos últimos anos (cerca de 20 ou 30) a palavra *ecologia* deixou de ser apenas uma designação para uma disciplina científica e passou a identificar um amplo e heterogêneo movimento social, que engloba desde ONGs², partidos políticos, ambientalistas e mais recentemente, empresários.

Ao que tudo indica, a fase do alarmismo ecológico já faz parte do passado. Hoje existe um razoável consenso (na consciência média da opinião pública) de que o planeta não resistirá por muito mais tempo ao processo de degradação ao qual a produção industrial (entre outros fatores) o está submetendo.

O grande debate que encerra este século refere-se ao fim da fase de expansão industrial que, durante cerca de 30 anos, após a II Guerra Mundial, alavancou índices de crescimento econômico em todo o globo, incluindo o Brasil, sem demonstrar maiores preocupações em preservar recursos naturais. Há bem pouco, a degradação de um espaço territorial era entendida e aceita como o inevitável preço do desenvolvimento. Devido a este desenvolvimento acelerado e a uma conscientização mundial que vem se formando em torno da questão ambiental, algumas atitudes começam a ser tomadas com o intuito de reverter este quadro preocupante.

¹ Podem-se encontrar inúmeros exemplos que expressam o potencial letal do lixo tóxico, a saber: Em 1968, a descarga de mercúrio na baía de Minamata – Japão por uma indústria química, envenenou mais de 1.500 pessoas e levou à morte aproximadamente 200. Em agosto de 1990, no mar Branco, localizado no Norte da Rússia, vários milhares de estrelas-do-mar morreram em consequência do lixo radioativo militar que poluía a água. Mesmo no Brasil, mais especificamente na cidade de Goiânia, há poucos anos, o lixo radioativo (Césio 137) matou algumas pessoas e contaminou dezenas com diferentes graus de radiação, cujos efeitos as acompanharão até o fim da vida.

² ONG (Organização Não-Governamental): Criada pela iniciativa privada e caracterizada pelo trabalho voluntário. Tem como objetivos básicos a promoção da paz e do desenvolvimento mundial, a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos humanos. São exemplos de ONGs: Greenpeace, World Wild Foundation, Cruz Vermelha Internacional, Médicos sem Fronteiras, entre outros.

Curiosamente, o empresariado é um dos segmentos da sociedade que se esforça para demonstrar sua inserção no movimento ambientalista. Em consequência de pressões de ONGs, opinião pública, mercados externos e regulamentações governamentais, o setor industrial começa a buscar certificações, como os selos verdes e a ISO 14000³, que apoiem seu sistema de produção e garantam o que chamam de “excelência ambiental”, tudo isto acompanhado, obviamente, de gigantescos esquemas de publicidade, com o objetivo de mostrar ao mundo de quais empresas a sociedade precisa consumir para garantir a conservação do meio ambiente.

Partindo deste pressuposto, este trabalho pretende sustentar que, muito embora as iniciativas empresariais ecologicamente responsáveis possam minimizar a degradação ambiental em alguns aspectos, isto é apenas um paliativo, visto que a atual lógica de produção de mercadorias é incompatível com a preservação ambiental a longo prazo.

³ A série ISO 14000 é um conjunto de normas de gestão ambiental voluntárias, que estabelecem padrões internacionais de desempenho para as empresas. Avaliam a organização como um todo, em termos de *gerenciamento dos problemas ambientais e também a adoção de produtos e processos não prejudiciais ao meio ambiente.*

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Agregar contribuição ao grande debate teórico que acompanha o advento do novo milênio: a contraproduktividade social da produção industrial frente a recursos naturais limitados e à degradação contínua do meio ambiente.

2.2 Objetivos específicos:

- Levantar os principais elementos sobre o debate que envolve a finitude dos recursos naturais e a degradação do ecossistema terrestre;
- Proceder ao levantamento de bibliografia relacionada ao meio ambiente no âmbito da teoria administrativa;
- Proceder ao levantamento de bibliografia relacionada ao debate ecológico não restrito a uma perspectiva mercadológica;
- Realizar uma confrontação entre a corrente teórica atual no campo da administração e sua congruência com as necessidades substantivas, indicadas pela bibliografia, da preservação ambiental;

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Inicialmente, é preciso reforçar que este trabalho, por possuir algumas peculiaridades, não encontra muita guarida nos esquemas tradicionais de produção de trabalhos de conclusão de curso, especialmente em áreas de ciências sociais aplicadas como é o caso da Administração.

Sua primeira característica refere-se à utilização do discurso direto como forma de demonstrar a identidade existente ente sujeito e objeto, ou seja, a relação presente entre nós, pesquisadoras, e o objeto de nosso estudo, qual seja, em última instância, a sociedade pois, segundo Demo (1987, p. 16) “quando estudamos a sociedade [...], estudamos a nós mesmos, ou coisas que nos dizem respeito socialmente”.

Sendo assim, quando contestamos e criticamos certos aspectos da sociedade industrial contemporânea, esta crítica aplica-se também a nós, visto que, fazemos parte desta sociedade, não podendo dela nos excluir como indivíduos. O discurso direto surge, portanto, como meio de enfatizar esta idéia e também como forma de uma comunicação clara com o leitor, no sentido de não deixar dúvidas quanto à responsabilidade, tanto individual como coletiva, frente ao problema ecológico, o qual não se trata de uma questão longínqua e iminente – como muitas vezes a faz parecer a utilização do discurso indireto -, mas real e concreto.

Uma segunda característica encontra-se na distinção que alguns autores, como Cervo e Bervian (1996) e Marinho (1980) fazem entre pesquisa pura ou básica e pesquisa aplicada. Consideram a primeira como aquele tipo de pesquisa no qual o pesquisador tem como meta o conhecer, o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual de compreender e obter conhecimento, enquanto na pesquisa aplicada o pesquisador busca contribuir para fins práticos e apresentar soluções para problemas concretos.

Neste trabalho, a busca pelo conhecimento (a conscientização) é o eixo central, sem dúvida alguma, e seu grande objetivo é discutir, construir, desenvolver aquilo que entendemos por “senso crítico”.

O leitor não vai encontrar análise de variância, índices de regressão, desvio padrão, gráficos e tabelas, porque este trabalho caracteriza-se, em terceiro lugar, por ser essencialmente bibliográfico, ou seja, consiste no exame da bibliografia (conjunto de escritos), “para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica” (RUIZ, 1996, p. 58).

A melhor conotação dada à pesquisa bibliográfica, em nosso juízo, é a apresentada por Cervo e Bervian:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, Em ambos os casos, busca conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO e BERVIAN, 1996, p. 55).

Neste caso, portanto, a pesquisa bibliográfica foi realizada independentemente, percorrendo os passos de um trabalho científico completo.

Entretanto, mesmo tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, esta também necessitou de um processo de coleta de dados, “[...] com a diferença de que esses dados são idéias, conceitos, categorias que têm de ser manipulados técnica, criativamente e, sobretudo, metodologicamente” (SANTAELLA, 2001, p. 187).

Finalmente este trabalho caracteriza-se, por sua conotação sociológica, vinculada à noção de processualidade do real, segundo a qual a realidade está permanentemente se desdobrando, em movimentação, em ebulição, ou seja, a realidade trata-se de um processo inacabado e sempre em construção, “que admite sempre aperfeiçoamentos e superações. Ao lado de componentes funcionais, que podem transmitir uma face de relativa harmonia e institucionalização, predominam os conflituosos, através dos quais as realidades estão em contínua fermentação” (DEMO, 1987, p. 15).

Portanto, a realidade social é complexa, fragmentada, é um permanente vir-a-ser. E este permanente vir-a-ser determina que se consiga captar razoavelmente apenas alguns fragmentos do presente e, evidentemente, o futuro desta visão processualística está aberto, está para ser feito, ou seja, não tem uma direção pré-determinada, não existe uma fatalidade ou um local de chegada para a história como muito tempo se pensou.

Sendo assim as realidades sociais “[...] se manifestam de formas mais *qualitativas* do que quantitativas, dificultando procedimentos de manipulação exata” (DEMO, 1987, p. 16-7). Isto é, não é possível reduzir-se tudo a métodos quantitativos de análise da realidade, pois ela não pode ser apreendida somente através de esquemas simplistas de tabelas e gráficos; cálculos matemáticos, por mais rigorosos que sejam, não são capazes de proporcionar uma compreensão adequadamente ampla da realidade, que é múltipla, difusa, complexa, multidirecional.

Todavia Demo (1987, p. 16-7) alerta que “a percepção da qualidade não deve ser desculpa para falta de rigor na análise, como se nas ciências sociais valesse a reflexão solta, confusa e mesmo disparatada. Pelo contrário, será um desafio a mais para apresentarmos construções científicas mais cuidadosas”.

Desta forma, metodologicamente, este trabalho não tem esquemas pré-determinados de conhecimento do real, como é comum acontecer em trabalhos de conclusão de curso em Administração. O procedimento metodológico fundamental utilizado para a elaboração deste relatório foi, além da leitura de bons textos relacionados ao tema, um processo permanente, ininterrupto, incansável e não concluído de debate sobre a realidade, e suas perspectivas.

Método este interpretado por Rudio (1995, p.15) como “[...] a elaboração, consciente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo, isto é, a operação discursiva de nossa mente”.

Em função das características apresentadas acima, podemos considerar que este trabalho, aproxima-se da metodologia dialética pois, sem fugir da lógica, denota a sensibilidade pela pelos problemas sociais (neste caso específico, a questão ecológica), a expectativa de transição histórica, e a crença de que “toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável” (DEMO, 1987, p. 86).

Assim, este trabalho, da mesma forma que a concepção dialética, “não escapa à condição comum de ser uma *interpretação* da realidade, ou seja, de ser uma das formas de *construir*” (DEMO, 1987, p. 86).

Todavia, assumindo que tanto a ciência como a realidade traduzem-se em um processo, o qual está sempre em mutação, não há que se falar na construção de posições definitivas.

Dentro desta perspectiva portanto, não houve intenção de nossa parte em estabelecer verdades absolutas e conseqüências precisas em relação aos temas estudados. O que apresentamos aqui é fruto da nossa percepção, que encontra sustentação na visão de muitos autores e que, por outro lado, se opõe à visão de muitos outros. Assim, podemos dizer que este trabalho, modesta, mas corajosamente, revela nossas indignações e questionamentos acerca da realidade em que vivemos.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IDEOLOGIA

Em vários momentos nos damos conta que muitas das idéias divulgadas em meios de comunicação, na política, em simples conversas com amigos e nas relações sociais em geral, assumem vida própria, “disseminam-se por si só” e passam a influenciar, quando não dominar, os conceitos que temos a respeito das coisas. Dificilmente percebemos o imenso poder que estas idéias passam a ter sobre nossa consciência, mesmo quando “pensamos” que pensamos. Mas ao adotarmos uma postura crítica em relação a todos os conceitos que compõem o que entendemos por realidade, todos nos tornamos capazes de elaborar nossas próprias concepções e, eventualmente, evitar de acreditar em tudo aquilo que é apresentado (e às vezes realmente parece ser!) como a única verdade.

A partir daí, poderemos construir nossa própria visão de mundo, muito embora este novo olhar para o real entre em contradição com o conjunto (ou parte dele) de idéias tidas e aceitas como universalizantes, ou pelo menos, universalizáveis. Não se trata de uma caminhada confortável, dado que o poder gigantesco das idéias que nos atraem a esta “ordem das coisas” do real é avassalador.

Este conjunto de idéias correntes (que compõe uma ideologia, como veremos) é dotado de um extraordinário poder de persuasão e, além disso, é objeto de “bombardeio” diário sobre o nosso subconsciente através da mídia, da escola, dos governos, de todos os aparelhos públicos e privados de ideologia.

Assim, romper ou por-se à salvo deste “bombardeio” diário, ininterrupto, não consiste tarefa simples, já que nos opomos a idéias e comportamentos não conformistas, que de um lado tendem a nos isolar e, de outro, nos exigem permanente estado de vigilância em relação a todos os valores, idéias, comportamentos, hábitos de consumo etc, tidos como “normais”.

É justamente isso que o presente trabalho propõe: o questionamento, a discussão crítica de uma realidade que ora nos é apresentada e na qual são depositados todos os créditos de único caminho a ser seguido para a solução da problemática ambiental e, em última instância, da salvação do planeta e da “felicidade” geral da humanidade. Isto nos conduz à necessidade de, ainda que não de forma exaustiva, proceder à compreensão dos mecanismos pelos quais opera a ideologia.

O processo de formação da nossa mentalidade tem início na infância; vimos ao mundo e nos deparamos com inúmeras crenças e valores culturalmente pré-estabelecidos, os quais são automaticamente incorporados em nossas vidas, em nosso modo de pensar e agir, um mundo com todo um sistema de idéias pronto e incidindo diretamente sobre nós, nos

pressionando de maneira tal para que absorvamos o ideal de comportamento “legítimo” da sociedade da qual passamos a fazer parte.

Penna (1994) salienta que não é possível examinar o significado de ideologia sem compreendermos, em primeiro lugar, no que baseia-se o próprio termo. Iniciando a busca por uma explicação mais apurada é possível perceber claramente a polivalência de sentidos que esta expressão encerra.

De acordo com Chauí (1995), a expressão ideologia surge inicialmente em 1801 na França, constituindo a obra de Destutt de Tracy, *Éléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia), o qual planejava construir uma ciência da gênese das idéias, considerando-as fenômenos naturais reveladores da relação existente entre corpo humano, enquanto organismo vivo e o meio ambiente ao qual este integra-se. Tratando-se de uma teoria referente às aptidões sensíveis, responsáveis pela elaboração das idéias dos homens: vontade, julgamento, percepção e memória. A autora afirma que a ideologia, “inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o próprio real [...]” (CHAUI, 1995, p. 25).

Por outro lado, Chauí (1995) destaca que uma característica básica da ideologia é justamente considerar as idéias como independentes da realidade histórica e social, a fim de que tais idéias possam explicar aquela realidade, quando na verdade, o que ocorre, é que essa realidade é que torna compreensíveis as idéias desenvolvidas. A ideologia propriamente dita, ressalta a autora, caracteriza-se como:

Sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas idéias revelam tal separação, o que aparece é que as idéias é que estão separadas do mundo e o explicam. As idéias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens (CHAUI, 1995, p. 65-6).

No entanto, prossegue a autora, a ideologia assumiu uma denotação pejorativa quando Napoleão Bonaparte, considerando que um grupo de filósofos franceses contrariava suas aspirações imperialistas, denominou-os de “tenebrosos metafísicos” deturpando, desta forma, a concepção que estes ideólogos tinham de si mesmos (consideravam-se materialistas,

realistas, anti-metafísicos⁴), alegando a ignorância destes a respeito do realismo político e afirmando a inversão que operavam nas relações entre as idéias e o real.

A autora dá continuidade à sua exposição, salientando que a expressão ideologia voltou a ser utilizada novamente, próxima ao seu significado original por Augusto Comte na obra *Cours de Philosophie Positive*, na qual é apresentada a visão positivista da ideologia, tratando-a como teoria, ou seja, como a organização sistemática dos conhecimentos científicos para explicar o conjunto dos fenômenos naturais e humanos. Portanto, o termo agora, assume duas significações:

por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época (CHAUI, 1995, p. 25-6).

Entretanto, o termo ideologia, utilizado para exprimir o conjunto de idéias e as formas de pensamento de uma época, desconsidera, segundo Cyrino (1987), a crítica ao processo ideológico, entendido como a construção de uma visão distorcida da realidade na consciência social. O autor destaca que, neste sentido, a ideologia permite apenas apontar formulações a respeito do processo histórico e modos particulares de vida sem, no entanto, considerar aspectos positivos ou negativos na representação da realidade.

No entanto, no que se refere a uma compreensão marxiana, complementa Chauí (1995), torna-se impraticável a compreensão da origem e função da ideologia sem o entendimento, em primeiro lugar, do universo que envolve a luta de classes, pois a ideologia é uma arma a favor da dominação de uma classe em relação a outra e também uma das facetas da luta de classes. A ideologia compreende um dos artificios de dominação mais comuns e poderosos, pois atua sorrateiramente, no subconsciente das pessoas, de maneira que sua influência passa despercebida.

Desta forma, é na tradição marxiana que a ideologia, com maior desenvoltura, desveste-se de uma concepção metafísica, para compor um ente de enorme eficácia operacional no plano da realidade histórica. No âmbito desta tradição, a ideologia passa a compor as formações sociais como uma espécie de amálgama, cuja função é dotar a realidade de um sentido, de uma certa coerência, tendo sempre em vista os interesses do grupo dominante ou aspirante à dominação.

⁴ Metafísica: Plano filosófico no qual se procura discutir o real subtraindo a materialidade, fundamentando-se em noções abstratas e não na experiência. Trata-se de construções subjetivas destinadas a dar inteligibilidade a questões fundamentais da filosofia com o homem, sua gênese, sua destinação, a história, o cosmo etc.

A ideologia, explica Chauí (1995), não pode ser entendida como um pré-conceito, ou mesmo como uma pré-noção. Não se trata de um sinônimo de subjetividade, ela na verdade, compreende um fato social pois, é construída pelas relações sociais, com razões bastante definidas para manifestar-se, não sendo um acúmulo de idéias sem sentido que causam danos para a ciência, mas sim, uma forma de desenvolvimento de idéias estimuladas por certos tipos de relações sociais que surtem efeitos diretos sobre os indivíduos em sociedade.

Neste sentido, a ideologia pode ser entendida como resultante da prática em sociedade, salienta Chauí (1995); surge da interação social dos homens quando estes representam para si mesmos essa interação de maneira invertida. Ou seja, cada classe social reproduz para si sua forma de existência de acordo como é vivido diretamente por ela, tais idéias (todas elas invertidas) diferenciam-se conforme as classes e experiências nas relações de produção de cada uma. Entretanto, ressalta a autora, as idéias dominantes em uma determinada sociedade numa época específica não compreendem o conjunto de *todas* as idéias que existem nessa sociedade, serão *apenas* as idéias defendidas pela classe dominante dessa sociedade nessa época. Isso quer dizer que a idéia que a classe dominante faz de si mesma, de sua vinculação com a natureza, de sua relação com os demais homens, com a espiritualidade, com o Estado etc., se estabelecerá como a idéia que *todos* os integrantes dessa sociedade tem sobre a realidade.

É no entanto, através do aporte teórico de Marx que a ideologia assume, como vimos, um sentido crítico, um modo de pensar especial, no qual o indivíduo ignora as reais motivações de suas idéias e atitudes, que permanecem confinadas em seu inconsciente. É neste ponto que surge o que Marx chama de “falsa consciência”, ou seja, a distorção do conhecimento e da realidade a fim de mascarar as reais motivações que guiam as convicções e atitudes das pessoas. Marx acrescenta à ideologia um conteúdo moral (PENNA, 1994).

É justamente a ideologia burguesa, que através de seus pensadores, irá elaborar um conjunto de idéias que sustentem essa “falsa consciência” e conseqüente alienação⁵, fazendo,

⁵ A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um ser-outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles. [...] Marx [...] interessou-se em compreender as causas pelas quais os homens ignoram que são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da História. Interessou-se em compreender porque os humanos acreditam que a sociedade não foi instituída por eles, mas por vontade e obra dos deuses, da Natureza, da Razão, em vez de perceberem que são eles próprios que, em condições históricas determinadas, criam as instituições sociais – família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola religião artes, ciências, filosofia – e as instituições políticas – leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, exército, impostos, prisões. A ação socio-política e histórica chama-se práxis e o desconhecimento de sua origem e de suas causas, alienação (CHAUI, 1999. p. 170).

por exemplo, com que os homens acreditem que a desigualdade se dá pela natureza ou mesmo pela quantidade de talentos que um indivíduo detém, ou até que a desigualdade ocorre por uma escolha própria – os trabalhadores honestos alcançam sucesso e riqueza material enquanto que os indolentes e preguiçosos, não aproveitam a chance e acabam na pobreza. A alienação também tem o poder de fazer com que os homens acreditem que são diferentes por natureza, mas que inseridos na sociedade, em suas atividades sociais, possuem oportunidades iguais de se desenvolver, chances iguais para trabalhar e melhorar de vida – obscurecendo desta forma, a realidade de que os trabalhadores não comandam seu trabalho, por essa razão, suas possibilidades de melhorar não dependem deles (CHAUI, 1995).

De acordo com Chauí (1995, p.76), “a sociedade civil concebida como um indivíduo coletivo é uma das grandes idéias da ideologia burguesa para ocultar que a sociedade civil é a produção da divisão em classes e é a luta das classes”.

Assim, para fazer com que todos acreditem naquilo que convenha à classe dominante e confiem em idéias que não expressam a realidade profunda dos fatos, Chauí (1999) demonstra que a ideologia opera por inversão – emprega os efeitos como causas e transforma estas em efeitos – engendrando idéias e falsos acontecimentos (casualidades). Uma vez inculcada a ideologia, passamos a considerar os efeitos como causas.

Outra maneira pela qual opera a ideologia é através da criação do imaginário social, uma imaginação reprodutora que coleta representações imediatas do modo como vivemos as relações sociais, reproduzindo-as de forma lógica e organizada dentro de um conjunto de idéias ao qual é atribuída a função de representar a realidade e estabelecer as regras de comportamento, o conjunto de valores, as expectativas prescritas para toda a sociedade. A ideologia oculta as contradições existentes na teia social e garante um “caminho seguro” para os indivíduos, eliminando angústias, medos, dúvidas, oferecendo a todos as diretrizes para compreender a realidade e como se comportar sob sua ordem.

A terceira forma de atuação da ideologia, segundo a autora, é o silêncio. A coerência da ideologia é preservada quando nem tudo é revelado, porque se isso ocorresse, ela tornar-se-ia incoerente e cairia em contradição, perdendo assim sua credibilidade perante a sociedade. A ideologia revela aquilo que é necessário para guiar todas as pessoas através dos caminhos que interessam à classe dominante e por outro lado, oculta fatos que gerariam questionamentos capazes de colocar em risco tal hegemonia.

O que não podemos perder de vista é o fato de que, apesar de sua imaterialidade e intangibilidade a ideologia, quando disseminada adequadamente é não apenas funcional, mas indispensável à manutenção da integridade da “ordem”.

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (CHAUI, 1995, p. 93-4).

Esta dominação só pode ser pensada, pelo menos por um tempo duradouro. Com a permanente tentativa de universalização deste conjunto de concepções, de visões de mundo.

Essa universalidade das idéias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As idéias da ideologia são, pois, universais abstratos (CHAUI, 1995, p. 95).

Desta forma, o ponto de chegada da ideologia é espriar-se por corações e mentes à ponto de todas as pessoas, ou uma grande maioria delas, assumirem este conjunto de idéias como suas. Em outras palavras, são capazes de enxergarem-se nesta ideologia como num espelho.

No início do processo de ascensão é verdade que a nova classe representa um interesse coletivo: o interesse de todas as classes não dominantes. Porém, uma vez alcançada a vitória e a classe ascendente tornando-se classe dominante, seus interesses passam a ser particulares, isto é, são apenas seus interesses de classe. No entanto, agora, tais interesses precisam ser mantidos com a aparência de universais, porque precisam legitimar o domínio que exerce sobre o restante da sociedade. Em um palavra: as idéias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária e diabólica, mas são a conservação de uma universalidade que já foi real num certo momento (quando a classe ascendente realmente representava os interesses de todos os não dominantes), mas que agora é uma universalidade ilusória (pois a classe dominante tornou-se representante apenas de seus interesses particulares) (CHAUI, 1995, p. 100-1).

Em resumo, a ideologia constitui um conjunto de proposições acerca do real, dotada de: a) coerência interna; b) interesses condensados de uma classe social; e c) eficácia política, na medida em que é a responsável pela calcificação das relações entre classes sociais.

Ainda segundo Chauí:

Cometemos um engano quando imaginamos ser possível substituir uma ideologia “falsa” (que não diz tudo) por uma ideologia “verdadeira” (que diz tudo). Ou quando imaginamos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a ideologia “verdadeira” é a dos dominados. Por que nos enganamos nessas duas afirmações? Em primeiro lugar, porque uma ideologia que fosse plena ou que não tivesse “vazios” e “brancos”, isto é, que dissesse tudo, já não seria ideologia. Em segundo lugar, porque falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação. Esses enganos nos fazem sair da concepção marxista de ideologia para cairmos na concepção positivista da ideologia [...]. Podemos, isto sim, contrapor a ideologia e crítica da ideologia, e podemos

contrapor a ideologia ao saber real que muitos dominados têm acerca da realidade da exploração, da dominação, da divisão social em classes e da repressão a que este saber está submetido pelas forças repressivas dos dominantes (forças repressivas que não precisam ser apenas as da polícia ou as do exército, mas que podem ser, sutilmente, a própria ideologia difundida e conservada pela escola e pelas ciências ou filosofias dos dominantes (1995, p. 115-6).

A linguagem é o plano privilegiado de veiculação da ideologia, tendo sempre em vista a manutenção da “ordem” das coisas⁶. As palavras, portanto, não só podem ser carregadas de ideologia como, por esta mesma razão, têm poder estruturador da “ordem” social.

Não é por outra razão que, freqüentemente, encontramos palavras que rapidamente disseminam-se e passam a formatar o conteúdo cognitivo das pessoas. É comum, inclusive, a repetição mecânica destes modismos de forma acrítica, de tal maneira que o ator social, imaginando ser bem informado, nada mais faz do que prestar-se à consolidação de idéias que, muitas vezes (na maioria), são contrárias a seus próprios interesses.

A fase histórica vivida pela humanidade, o capitalismo, é uma formação social que se especializa em criar e recriar categorias ideológicas, mesmo quando insiste paradoxal (na aparência) e inutilmente em decretar o fim das idéias, o fim das ideologias⁷. Utilizando seus poderosos aparelhos públicos e privados de ideologia não economiza esforços e custos na permanente tentativa de ocultamento da dominação.

Uma de suas ferramentas essenciais, no plano discursivo, é desnaturar o nome das coisas. Desfigurar, deturpar, adulterar a natureza de palavras e conceitos, de sorte a difundir sentimentos opostos aos quais a verdadeira essência das coisas levaria à repulsa, tudo isso na direção de conferir opacidade à dominação, a limitar a visão de mundo dos dominados à sua.

Tomemos por exemplo o termo “globalização”: eis aí uma palavra dotada de um poder aparentemente mágico, que reflete no fato de sua rapidíssima vulgarização, bem como no poder sedutor que exerce, suscitando nas pessoas (de qualquer nível cognitivo) a noção condensada de uma política contra a qual não há resistência possível; esta palavra sugere, para uma segura maioria das pessoas, uma nova, original e irreversível forma de capitalismo.

Assim, quando modismos integracionais começam a ser “bombardeados” pela mídia, podemos ficar certos de que, na maioria dos casos, trata-se de pura ideologia, de aparência absolutamente racional, positiva, bem intencionada, mas que oculta interesses reais muitas vezes, inconfessáveis.

⁶ É preciso ficar muito claro que a ideologia é um elemento necessário mas não suficiente para a manutenção desta “ordem”. Não é por outra razão que a classe dominante recorre, aliás com freqüência, ao uso da violência estatal contra aquelas idéias “pouco conformistas”. E isto em todas as fases da história da sociedade humana.

⁷ A este respeito ver a obra de Daniel Bell, *O fim da Ideologia* (1980).

Assim, um dos pressupostos deste trabalho é a ruptura com a tutela terminológica imposta pela classe dominante e seus intelectuais, ou seja, uma crítica a ideologia hegemônica, sem no entanto desconsiderar

que as ciências sociais de modo particular dependem de um ambiente aberto de discussão crítica e autocrítica. O antídoto à ideologia é a crítica à ideologia. Esta crítica não pode iludir-se com a expectativa ingênua de que já não seria ideológica. Mas, sendo autocrítica, produz o ambiente necessário de criatividade, sem o qual as ciências sociais tornam-se um palco mediocre de autodefesa (DEMO, 1987, p. 64).

Portanto, para efeito deste trabalho, categorias como responsabilidade de empresas na questão ambiental, modismos ecológicos, sustentabilidade, certificações etc, são bastante filtradas.

5 O DEBATE ECOLÓGICO CONTEMPORÂNEO

Após centenas de anos de exploração humana, a situação em que o planeta Terra se encontra esboça um quadro não muito otimista para as próximas gerações.

A natureza parece ter chegado ao seu limite e vem, a seu modo, retribuindo os excessos cometidos pelo homem, principalmente na atividade industrial, com o derretimento progressivo das calotas polares, graves secas, escassez de água, aquecimento global dentre outros.

MacNeill et al revelam:

Desde 1900, a população mundial mais do que triplicou. Sua economia cresceu 20 vezes. O consumo de combustíveis fósseis aumentou 30 vezes e a produção industrial 50 vezes. A maior parte desse crescimento, cerca de quatro quintos dele, aconteceu a partir de 1950. (1992, p.15)

As estatísticas apontam uma tendência suicida, após séculos de agressão, chegamos a um ponto tal, que os bens naturais mais preciosos, condição *sine qua non* para a sobrevivência não apenas da espécie humana, estão seriamente comprometidos. Só para citar um exemplo, a escassez de água já se tornou uma grave barreira ao desenvolvimento em 80 países que abrigam 40% da população mundial. Além disso, a utilização dos recursos hídricos dobrou em escala global entre as décadas de 1940 e 1980 e tende a duplicar novamente no ano 2000. (FALKENMARK apud MACNEILL, 1992).

Todos os anos, a humanidade produz em torno de 30 bilhões de toneladas de lixo (PENNA, 1999), que são jogados na natureza, arriscando a manutenção de nossas reservas hídricas potáveis. A atmosfera, uma fina camada que além de outras funções, serve como filtro protetor da radiação cósmica, vem recebendo descargas de gases tóxicos e partículas sólidas num ritmo alarmante, principalmente em função da eliminação de resíduos por indústrias siderúrgicas, petroquímicas etc, e pela queima de carvão e petróleo em usinas, por automóveis e sistemas de aquecimento doméstico. PENNA (1999, p.60) salienta que “até a Revolução Industrial, a concentração de CO₂ na atmosfera era de 275 a 285 partes por milhão (ppm), tendo aumentado quase 30% desde então. [...] Esse índice continua a aumentar, ano a ano, tendo atingido quase 361 ppm, em 1995, e 363 ppm, em 1998”.

Em grandes centros urbanos são comuns os dias em que a poluição do ar atinge níveis críticos, o chamado *smog*, que além de ocasionar várias doenças no aparelho respiratório, em situações extremas, pode até matar.

Como o gás carbônico tem a propriedade de absorver calor, estando ele presente na atmosfera nos índices atuais, contribui para o chamado efeito estufa, que segundo PENNA

(1999, p.59) “é fenômeno no qual gases diversos acumulados na atmosfera – produzidos por ações antrópicas – retêm o calor emanado pelo planeta, sob a forma de raios infravermelhos, impedindo-o de dissipar-se pelo espaço exterior”. O efeito estufa é responsável pelo aquecimento da superfície terrestre, gerando conseqüências como derretimento das geleiras e a alteração das características climáticas de todo o planeta, abalando o equilíbrio dos mais variados ecossistemas terrestres. O mesmo autor complementa afirmando:

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) estimou que os níveis dos mares poderiam subir até 220 cm (sete pés) até o ano 2100 (*Global Ecology Handbook*, 1994). Mesmo considerando-se que, desde a última Era Glacial, os oceanos elevaram-se em pelo menos 100m, essa aparentemente pequena elevação poderá trazer efeitos desastrosos. Comunidades costeiras, produção de alimentos, abastecimento de água, recursos pesqueiros, indústrias de produtos florestais e sistemas ecológicos inteiros estarão sob risco, se o aquecimento global acelerar-se nas próximas décadas (PENNA, 1999, p. 67).

Além disso, a poluição atmosférica contribui para a destruição da camada de ozônio, responsável por filtrar os raios ultravioleta do Sol; e pela ocorrência das chuvas ácidas, precipitações atmosféricas carregadas de ácido sulfúrico e ácido nítrico, que afetam plantas, prejudicam solos, poluem águas e ocasionam doenças no aparelho respiratório.

A respeito da utilização de substâncias tóxicas descarregadas na natureza, Drew (1989) cita o exemplo da guerra do Vietnã (1954-1973), na qual as forças norte-americanas destruíram um quinto de toda a área da floresta úmida tropical vietnamita para fins militares, usando o chamado “agente laranja”, herbicida poderoso, com concentração treze vezes superior que a necessária para eliminar ervas daninhas na agricultura. Os efeitos deste ato perdurarão por muitos anos e muitas das suas conseqüências ecológicas ainda são desconhecidas.

Uma grande quantidade de insetos, fungos, bactérias e outros organismos, denominados “pragas”, por transmitirem ou serem a própria causa de doenças e destruírem os alimentos do homem, têm sido combatidos de diversas formas. Um exemplo é o DDT, que demora aproximadamente 10 anos para perder parte de sua toxicidade, tendo sido bastante utilizado alguns anos atrás e que tem hoje sua fabricação proibida em alguns países. O uso constante de substâncias deste tipo provoca a contaminação dos solos, plantas, animais e rios.

É importante destacar que as águas são o destino final de todo o poluente solúvel lançado no ar ou no solo. Hoje, as águas do mundo inteiro recebem descargas contínuas das mais variadas substâncias poluidoras: resíduos fecais provenientes de esgotos domésticos; fertilizantes e agrotóxicos utilizados na lavoura; detergentes; metais pesados lançados por

indústrias etc. A consequência direta dessa irresponsabilidade é o comprometimento de inúmeras espécies que habitam as águas, que dependem das águas para se alimentar, enfim, que dependem da água para viver assim como nós seres humanos.

Para se ter uma idéia, nos últimos trinta anos, milhares de quilômetros quadrados de florestas foram destruídos em todo o mundo, acabando com todo um conjunto vivo de flora e fauna, ameaçando o equilíbrio natural de muitas regiões. Ainda hoje, empresas exploram de forma predatória florestas de lugares do mundo quase que intocados, exterminando espécies raras de animais e contribuindo para acabar com o verde, influenciando o clima, a qualidade do ar, a absorção das águas da chuva pelo solo e é claro, a beleza das paisagens de muitas localidades.

MacNeill et al (1992) informam que desde 1850, as florestas do planeta tiveram uma redução de 6 bilhões para 4 bilhões de hectares e que, nos últimos quarenta anos, a destruição florestal foi intensificada, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, nos quais se encontra, aproximadamente 60% das florestas que restam. E por falar em Brasil, os autores salientam que nosso país pode estar perdendo mais de 8 milhões de hectares de floresta anualmente.

Segundo Drew (1989, p.68) “no mínimo duzentas espécies de mamíferos e de aves se extinguíram nos últimos três séculos, em consequência da atividade humana”. Penna (1999, p.84) complementa ao destacar que hoje “a quantidade de espécies ameaçadas de extinção inclui, no mínimo, 5.400 animais e 26 mil plantas”.

Enfim, a situação é grave e a forma como a sociedade lida com estes fatos reflete o descaso e a irresponsabilidade humanas para com as questões ambientais. Salvo as atitudes de alguns poucos grupos de pessoas conscientes da importância da preservação da natureza, a postura da sociedade em relação a esta problemática pouco mudou nas últimas décadas, não sendo suficiente para começar a reverter o quadro de degradação ambiental que se intensifica a cada dia. Assistimos à destruição de nossa casa – planeta Terra, sentados no sofá com o controle remoto na mão, como se isso nada tivesse a ver com nossas vidas e, confortavelmente impotentes, aguardamos pacientes o fim que não demorará a chegar.

5.1 Um breve histórico ecológico

O meio ambiente, após séculos de agressão continuada devido ao acelerado processo de desenvolvimento das sociedades pós-Revolução Industrial está tornando-se, gradativamente, uma das grandes preocupações mundiais.

Até a década de 60, o interesse pela ecologia limitava-se a alguns poucos círculos restringindo-se, praticamente, à área tecno-científica relativa ao campo biológico. No contexto geral da sociedade (a não ser por alguns poucos grupos sociais), a questão ecológica foi muito pouco discutida pelo menos até o final dos anos 60, início de 70.

No Brasil, nem mesmo em nível institucional dava-se muita importância à problemática ambiental pois, enquanto governantes de países desenvolvidos começavam a preocupar-se mais intensivamente com o meio ambiente, representantes brasileiros convidavam empresas estrangeiras a investir e instalar suas fábricas em nosso território, com o argumento de que havia uma vasta área para ser ocupada e poluída (MAIMON, 1994).

A publicação, em 1972, do relatório elaborado pelo Clube de Roma, intitulado *Os Limites do Crescimento*, chocou a população ao apresentar uma visão bastante cruel a respeito do futuro da humanidade. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no mesmo ano, oficializou internacionalmente a discussão da problemática ecológica criando, inclusive, um organismo para tratar das questões ambientais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A partir desta época, a preocupação com o aumento da degradação ambiental parece ter assumido maiores proporções.

O golpe advindo das crises do petróleo, iniciadas em 1973, também serviu para alertar, a sociedade para o fato de que “os recursos naturais não-renováveis são bens finitos e precisam ser usados de forma comedida” (DIEGUES, 1992, p. 24).

No tocante às empresas, Maimon (1994) esclarece que, com as sucessivas crises do petróleo, as indústrias que de alguma maneira já vinham sendo pressionadas para adotar equipamentos de despoluição, passaram a rever seus processos produtivos.

Mas de acordo com Schmidheiny (1992), ainda nesta época, a conservação ambiental era vista pelas empresas como um custo que afetava de forma negativa a vantagem competitiva e que devia ser, se possível, evitado.

As empresas ainda demonstravam pouco interesse pelo problema ecológico, relegando os recursos naturais a mera fonte fornecedora de matérias-primas limitando-se, quando muito, a cumprir regulamentações governamentais.

Na década de 80, com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), disseminou-se o conceito de desenvolvimento sustentável.

Também a partir dos anos 80, ainda que de forma incipiente, o setor empresarial, principalmente nos países desenvolvidos, adquiriu uma postura diferente da até então adotada, incluindo a questão ambiental em sua agenda.

É a partir desta época, que a “responsabilidade ambiental passa, gradativamente, a ser encarada como uma *necessidade de sobrevivência*, constituindo um mercado promissor” (MAIMON, 1994, p. 121, grifo nosso).

Ou seja, os gastos com o meio ambiente, passam da categoria de custos, para a de investimentos, tendo em vista o crescimento de um novo mercado, principalmente em países desenvolvidos.

Em 1992, ocorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), cujo objetivo era concretizar a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável. Diversos tratados e convenções foram aprovados durante a conferência, entre eles a Agenda 21 que, segundo Barbieri (1997, p. 13), “é um programa de ação para se implementar o desenvolvimento sustentável. É uma espécie de receituário abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável [...]”.

Por outro lado, no ano de 1997, época esta em que a conscientização da grave crise ecológica já estava bastante difundida mundialmente, a assinatura do Protocolo de Kyoto, que pretende a redução das emissões de elementos poluentes pelos países do Norte, demonstrou a resistência de certos países, notadamente, os Estados Unidos, em cumprir o acordo e, conseqüentemente, em procurar minimizar os danos causados por suas indústrias ao meio ambiente.

Uma declaração do Presidente George Bush, que se recusou a ratificar o Protocolo de Kyoto, revela o total descaso do governo norte-americano para com a situação deplorável do planeta: “Somos o maior poluidor do mundo, mas, se for preciso, vamos poluir ainda mais para evitar uma recessão na economia americana” (ISTO É, 2000, p.21).

Maimon (1996) acrescenta que a década de 80, apesar de representar um momento de difusão da conscientização ambiental e da formulação de novas políticas governamentais, não influenciou significativamente a relação das empresas brasileiras com o meio ambiente. Não ocorreu, portanto, a incorporação da responsabilidade ambiental em nossas empresas na mesma proporção em que aumentava a preocupação mundial com os problemas ecológicos, visto que, as empresas brasileiras, nesta época, defrontavam-se com a escassez de recursos financeiros.

No que tange a esfera empresarial especificamente, Layrargues (1998) acredita que até o início da década de 90, apesar de algumas atitudes tomadas pelo empresariado apresentarem certos pontos semelhantes com o discurso ambientalista, ainda persistia um certo antagonismo na relação empresa - meio ambiente.

Entretanto, a crescente pressão exercida pela globalização dos problemas ambientais, somada à discriminação do mercado internacional de empresas poluidoras através de barreiras não-tarifárias, passou a afetar intensamente, a partir da década de 90, a postura de nossas indústrias exportadoras em relação à questão ambiental (MAIMON, 1996).

É portanto, nos anos 90 que a preservação ambiental passou a influenciar definitivamente o setor empresarial, apresentando-se como um novo nicho de mercado (OTÁVIO et al., 2000).

Creemos que, no Brasil, apesar de alguns exemplos bem sucedidos, a incorporação das questões ambientais teve (e ainda tem) um longo caminho a ser percorrido, principalmente, devido ao descompasso em relação a outros países que já interiorizaram esta problemática em seu contexto social, e não apenas empresarial, como a Alemanha, por exemplo.

5.2 Desenvolvimento sustentável

É praticamente impossível nos dias atuais falar na problemática ecológica sem mencionar a questão do desenvolvimento sustentável.

O modelo de desenvolvimento sócio-econômico-tecnológico que temos vivido neste século, é um processo de acumulação de riquezas, aumento de produtividade enfim, de modernização. Tem-se chegado à conclusão que esse desenvolvimento, o qual desconsidera os limites naturais do planeta, nada tem de “sustentável”.

A partir dessa premissa, muito tem-se falado numa nova proposta desenvolvimentista, partindo do pressuposto da sustentabilidade⁸. É aí que entra em cena o *desenvolvimento sustentável* que, apesar de ser uma expressão cunhada já há algum tempo, torna-se cada vez mais discutida, haja vista a relevância que a questão ecológica recebe nos dias atuais.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável tem-se mostrado bastante polêmico, começando pela sua definição.

Ungaretti (1996) explica que o economista ambiental inglês David Pearce, apresentou em seu livro “Blueprint for a Green Economy”, mais de 30 definições diferentes para o termo, todas elas colhidas em literaturas especializadas sobre ambientalismo.

⁸ Segundo Barbieri (1997), o conceito tradicional de sustentabilidade vem das ciências biológicas, aplicado especificamente aos recursos renováveis, para os quais, a noção de sustentabilidade baseia-se na idéia de que a exploração permanente deve limitar-se ao excedente do período, preservando a base dos recursos. Maimon entende o termo como a sustentabilidade “de um recurso ou de um ecossistema e depende de um equilíbrio entre os ritmos de extração que assegurem um mínimo de renovabilidade para o recurso” (1996, p. 10).

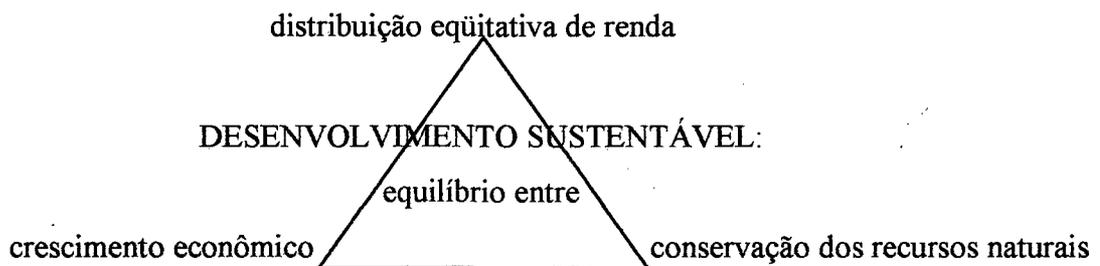
Como não é objetivo deste trabalho uma investigação exaustiva sobre o tema, nos limitaremos aqui, a alguns pontos que consideramos mais relevantes, tomando como conceito o elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), descrito no relatório *Nosso Futuro Comum* (1991, p. 46): “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Esta noção de desenvolvimento sustentável baseia-se, segundo o CMMAD (1991), em dois conceitos-chave, quais sejam: as “necessidades”, notadamente dos países “pobres”, que devem ser priorizadas; e as limitações que a atual situação tecnológica e social vem causando ao meio ambiente, impossibilitando, desta forma, o atendimento das necessidades presentes e futuras.

Na visão de Léveque (1999, p. 208) o desenvolvimento continua a ser o centro da questão, no entanto, “as políticas ambientais não devem mais ser mantidas à margem das principais escolhas econômicas e sociais”.

No entender de Diegues (1992, p. 27), um dos aspectos positivos do desenvolvimento sustentável “é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos naturais”.

Estes seriam os três pilares básicos do desenvolvimento sustentável, e podemos representá-lo da seguinte forma:



Por outro lado, o fato de a CMMAD ter concluído que o desenvolvimento sustentável requer crescimento econômico, ou seja, que o desenvolvimento sustentável não está contra o crescimento econômico mas sim, exige que a economia considere as variáveis ambientais, vem gerando grande polêmica e várias críticas por parte de diversos autores.

Este pressuposto adotado pela Comissão baseia-se na constatação de que:

a satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo

atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros. (...) Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades (CMMAD, 1991, p. 47).

Schmidheiny (1992, p. 06) acredita que “[...] as maiores mudanças exigidas pelo desenvolvimento sustentável deverão ocorrer nos países mais ricos, que consomem a maior parte dos recursos, produzem mais poluição e dispõem de maior capacidade de realização das mudanças necessárias”.

Mas alguns autores como Brüseke (1998) e Layrargues (1998) expressam opiniões controversas à de Schmidheiny. Não depositam tanta confiança nesta nova proposta de desenvolvimento e vêm justamente criticando a forma como a CMMAD aborda a questão do crescimento econômico. Na concepção dos autores, a Comissão preocupou-se em manifestar um piso mínimo de consumo para que se atendam as necessidades dos países “pobres”, omitindo, no entanto, o nível máximo de consumo que deveria ser adotado nos países de primeiro mundo. Desta forma, não haveria necessidade que os países industrializados se esforçassem em reduzir seus padrões de consumo pois, conforme expõe Layrargues (1998, p. 150), “estariamos diante apenas de um problema: a poluição da pobreza”.

Outra crítica que surge sobre este posicionamento da Comissão é apontada por Shiva, (1991) e Carvalho (1992) (apud LAYRARGUES, 1998) os quais, alertam para o fato da proposta de desenvolvimento sustentável encontrar-se limitada pelo mercado e em sintonia com sua lógica. Neste sentido, haveria uma redução desta expressão para o âmbito estritamente econômico, desqualificando, conseqüentemente, o significado de sustentabilidade. Ou seja, na interpretação destes autores, o termo desenvolvimento sustentável desvia-se do que deveria ser seu objetivo maior, entenda-se a sustentabilidade do meio ambiente e da população, para adequar-se à lógica de crescimento econômico, vindo a sustentar, desta maneira o mercado, o que redundaria num modelo de desenvolvimento idêntico ao convencional.

Stahel (1998, p. 104) segue pela mesma linha, afirmando:

ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, não se colocando a questão básica quanto à própria possibilidade de uma tal sustentabilidade, o conceito corre o risco de tronar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo.

É também neste sentido que Penna (1999, p.140) afirma ser o desenvolvimento sustentável, pelo menos até agora, apenas um conceito com alguns objetivos formulados, sendo cada vez mais incluído “na retórica desenvolvimentista, nos discursos dos que pregam o crescimento econômico constante”. Segundo Penna (1999), trata-se de uma nova “roupagem” para antigos modelos de desenvolvimento ou, como propõe Diegues (1992, p. 29) “em casos extremos, trata-se da maquiagem de velhos discursos com uma coloração ‘verde’”.

Já na interpretação de Schmidheiny (1992), o problema principal do desenvolvimento sustentável é que, apesar de sua grande receptividade em diversos setores da sociedade, falta motivação e interesse por parte daqueles que detêm o poder para efetuar as modificações necessárias, o que ocasiona um número reduzido de ações concretas para pô-lo em prática.

Para além das críticas apontadas, Guimarães (apud BARBIERI, 1997) acredita que não há como alcançar a sustentabilidade, se os espaços destinados à cidadania não forem ampliados através da conservação de regimes democráticos e do aperfeiçoamento das instituições sociais.

O que pode ser complementado pela idéia de Rattner (apud LAYRARGUES, 1998), o qual considera que, além da busca pelo equilíbrio nas relações homem-natureza, o desenvolvimento sustentável deveria objetivar o alcance da harmonia e igualdade nas relações entre nossa própria espécie, ou seja, nas relações entre os próprios seres humanos.

É o que também propõe Stahel (1998), destacando que ao falarmos em desenvolvimento sustentável, devemos considerar não apenas os aspectos materiais e econômicos mas sim, compreender todos os aspectos políticos, sociais, culturais e físicos; conjunto este, que compõe o fenômeno do desenvolvimento. Segundo o autor, “a sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade conjunta de suas partes” (1998, p. 109).

Layrargues (2000) afirma que devemos pensar não só em termos de desenvolvimento sustentável baseado em questões econômicas e ambientais e propõe, em sentido mais amplo, uma transição para as sociedades sustentáveis, criadas a partir do enfrentamento conjunto de problemas ambientais e sociais.

Uma sociedade sustentável, no entender de Boff (2000, p. 137), é aquela que “produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas [...]; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão”. Uma sociedade capaz de adquirir hábitos mais saudáveis e promover um tipo de desenvolvimento que opere dentro dos

limites estabelecidos pela natureza deveria ser, na visão do autor, pré-condição essencial para um desenvolvimento verdadeiramente harmonioso.

O conceito vigente de desenvolvimento sustentável não pretende impor limites ao crescimento econômico, mas direcioná-lo de modo tal, que reduza os impactos da atividade humana no planeta. Esta proposta, em nosso juízo, não estende seu debate à redução de consumo, ao questionamento dos rumos do sistema produtivo, ao questionamento dos valores que estruturam a sociedade, ou seja, “o desenvolvimento sustentável é desejado, desde que ineficientes aparelhos de ar condicionado, complicados aparelhos sintetizadores e toda a sorte de bugigangas que povoam um domicílio afluyente continuem a ser produzidos” (CAVALCANTI, 1998, p. 161).

Assim, o desenvolvimento sustentável seria uma forma menos impactante de manutenção do *status quo*. Ajusta-se determinadas ineficiências aqui, impõe-se algumas leis de preservação ali, algumas multas aos “poluidores”, mas a essência não muda, a produção continua, o consumo aumenta, o crescimento econômico permanece e a degradação tende a ser intensificada. Sustentável para quem?

5.3 A perspectiva empresarial

Até a Revolução Industrial, o objetivo principal da produção não era o lucro e sim a subsistência. Por esta razão e também em função da ocupação populacional do espaço geográfico da época não ser tão intensa quanto hoje, o resultado era uma baixa produtividade que não causava impactos tão profundos e evidentes na natureza.

A partir do estabelecimento da economia industrializada, a subsistência não mais se encaixa como objetivo principal da produção; o foco das indústrias que se estabeleciam a partir desta época era produzir mais, em menor tempo, para repassar ao mercado, incorrendo em menores custos para, desta forma, atingir níveis cada vez maiores de acumulação de riqueza. Isto significava, obviamente, uma maior e mais intensiva utilização dos recursos naturais.

Ao longo dos anos, com a constante e ininterrupta evolução nos métodos de produção e gerenciamento dessas indústrias, a competição por novos mercados tornou-se um objetivo concreto e decisivo para as empresas. Nesta disputa, que nos dias atuais é cada vez mais acirrada, principalmente em função da globalização, qualquer diferencial, ou melhor, qualquer “vantagem competitiva” atribuída ao negócio é sua garantia de sobrevivência e de possíveis aumentos de lucro.

É neste contexto de políticas de contratendência, de competição por novos mercados, que surge como uma grande novidade a questão ambiental nas empresas. Novidade esta que não se refere ao problema ambiental em si, visto que este existe e já é discutido há bastante tempo; a novidade, neste caso, diz respeito à mudança de percepção do setor empresarial.

Já dissemos que, durante muito tempo, o interesse das empresas pelo meio ambiente limitava-se à sua exploração, pois este era visto simplesmente como fonte inesgotável de matérias-primas e também como depósito universal de resíduos. Conseqüentemente, a preocupação do setor empresarial com a conservação do ecossistema terrestre mostrava-se praticamente nula, e as únicas medidas adotadas pela indústria neste sentido, referiam-se ao cumprimento de legislações e normas de políticas ambientais exigidas e aplicadas pelos governos.

Mas, com a intensificação do debate ecológico na década de 90, principalmente a respeito das atividades impactantes das indústrias sobre o meio ambiente, o setor empresarial passou a ser pressionado por diversos atores econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, descobria um promissor mercado relacionado à questão ecológica tornando-se, a partir daí, uma verdadeira “febre” entre os empresários modernos adotar estratégias ambientalmente corretas em suas organizações.

Callenbach et al. (1995, p. 27) salientam que diversas empresas “deram início à bem-sucedida adoção de métodos ambientais para poupar dinheiro e aumentar as vendas. A noção de que causar prejuízo ao meio ambiente poderia minar a competitividade das empresas começou a conquistar credibilidade”.

Hoje em dia, podemos inclusive afirmar que a incorporação de práticas ecológicas pelo setor empresarial vem deixando de ser um diferencial, para tornar-se um fator de sobrevivência, pelo menos para as grandes empresas exportadoras.

Autores (DONAIRE, 1994; MAIMON, 1994; SANCHES, 1997; BARBIERI, 1998;) que vêm estudando esta nova “abordagem, apontam os fatores que consideram como predominantes para a inserção do empresariado na “onda ecológica”:

- Disseminação do movimento ambientalista e conseqüentemente maior pressão de ONG's de preservação ambiental;
- Busca de vantagem competitiva junto aos consumidores;
- Aumento de regulamentações e políticas ambientais por parte dos governos;
- Pressões mercadológicas exercidas, principalmente, por clientes externos situados em países onde a consciência ecológica é bastante desenvolvida.

Impulsionados por estes fatores externos, os empresários começam a questionar e rever as práticas até então adotadas em suas organizações e esbarram em diversas preocupações, advindas justamente, de seu descuido histórico para com o meio ambiente.

Na tentativa de solucionar os diversos desafios que se apresentam e tornarem-se ambientalmente responsáveis, as empresas vêm construindo, pouco a pouco, sua estratégia. O conceito de desenvolvimento sustentável, já comentado anteriormente, produziu diversos resultados no âmbito empresarial e, algumas empresas, objetivado alcançar a suposta “sustentabilidade”, têm demonstrado total confiança neste modelo, como provável caminho a ser seguido para a resolução do conflito entre o binômio meio ambiente X desenvolvimento.

Layrargues (1998) afirma, que as idéias provenientes do debate sobre desenvolvimento sustentável, apesar de bem recebidas pelos ambientalistas, surtiram seu maior efeito sobre o setor empresarial, tanto que este

se assumiu como o agente mais autorizado a implementar as estratégias para atingir um desenvolvimento que se reconheça em harmonia com o meio ambiente. (...) Em âmbito internacional, criam-se comunidades empresariais com o único propósito de divulgar as premissas do desenvolvimento sustentável, fato enfaticamente sugerido pela Comissão Brundtland e pelo banco Mundial, como é o exemplo da Câmara de Comércio Internacional, do Business Council for Sustainable Development, da Global Environmental Management Initiative, entre outras agremiações empresariais (LAYRARGUES, 1998, p.28).

Este ímpeto com o qual o setor empresarial assume grande parte da responsabilidade na luta pelo desenvolvimento sustentável revela-se a partir de seu próprio discurso.

Starke (apud LAYRARGUES, 1998) apresenta o depoimento do presidente da Câmara de Comércio Internacional, explicitando o compromisso com as mudanças necessárias para o alcance da harmonia entre meio ambiente e desenvolvimento:

Cabe fundamentalmente ao setor empresarial privado o encargo de provar que o desenvolvimento sustentável é factível [...]. Temos de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo consumismo verde, pela reciclagem, minimização de resíduos e eficiência energética, e ao mesmo tempo demonstrar a responsabilidade e o empenho das empresas quanto a reduzir as pressões sobre o meio ambiente e criar soluções inovadoras [...] (p.72-3).

Mas é no discurso de Schmidheiny (1992), que a idéia do empresariado/mercado como o agente mais capacitado para executar as estratégias em busca do desenvolvimento sustentável, é mostrada com maior clareza.

Na concepção do autor, a base do desenvolvimento sustentável deve ser os mercados abertos, nos quais a fixação dos preços deverá refletir os custos ambientais. Ou seja, o

mercado é que deve motivar as pessoas na direção desta nova proposta, ficando a cargo do governo apenas o fornecimento geral do contexto no qual estas ações em busca da sustentabilidade possam acontecer.

Baseado nesta idéia, o autor defende que o empresariado é o setor mais competente para construir o caminho do desenvolvimento sustentável, devendo este, assumir o controle da mudança pois, desta forma, além de ser “menos doloroso, mais eficiente e menos dispendioso para os consumidores, para os governos e para as próprias empresas” (SCHMIDHEINY, 1992, p. 86) estará se confirmando que a economia de mercado, ressalvadas algumas poucas imperfeições, é a melhor alternativa para a sociedade.

Sumariamente, Schmidheiny (1992, p. 184) conclui que “o verdadeiro desafio global para a empresa é, portanto, beneficiar-se com o sistema, ao mesmo tempo contribuindo com ele e melhorando-o. Essa é a essência do desenvolvimento sustentável”.

Apoiados na crença de que as forças de mercado são as mais indicadas e em melhores condições para incorporar a questão ambiental nas empresas e, conseqüentemente, atingir uma sociedade ecologicamente equilibrada, que os adeptos desta idéia defendem o mecanismo de auto-regulação como melhor alternativa para a prevenção da poluição, conservação dos ecossistemas, além de ser aquele que menores custos acarreta aos governos.

Mas o que vem a ser o mecanismo de auto-regulação? Para entendermos melhor como funciona este mecanismo, devemos entrar na questão da internalização dos custos ambientais.

5.3.1 Noções sobre internalização dos custos

O mercado, como já explicado anteriormente, durante muito tempo, julgava meio ambiente e crescimento econômico como duas realidades divergentes e antagônicas, na qual a consideração da variável ambiental representava um risco para o empreendimento. Pouca (ou nenhuma?) consideração dispensava aos problemas ambientais e na adoção medidas saudáveis em relação à natureza, concentrando seu interesse na acumulação privada dos lucros.

Entretanto, o poder público, em alguns países, preocupado com o crescimento da degradação ambiental, através da formulação de políticas ambientais, passou a interferir no mercado, objetivando corrigir algumas de suas falhas, principalmente aquelas referentes à questão ambiental.

Guimarães et al (1995) explicam que a política ambiental tem por intuito suprimir ou reduzir duas fontes de distorções provenientes do mercado quais sejam, a alocação ineficiente dos recursos e as externalidades negativas.

O princípio do “poluidor- pagador”, adotado inicialmente pelos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é que vem fundamentando as iniciativas governamentais na adoção de políticas ambientais de controle da poluição.

Este princípio prevê a transferência dos custos relativos à prevenção e controle da poluição àqueles que seriam responsáveis por ela, ou seja, o custo das medidas e despesas realizadas pelos governos para manter o meio ambiente saudável deveria refletir-se nos custos dos bens/serviços das empresas poluidoras.

Bursztyn (1994) esclarece que a aplicabilidade do princípio não é influenciada mesmo que o poluidor repasse ao preço final de suas mercadorias uma parte ou o conjunto total dos custos ambientais, pois o que interessa é que o responsável pela poluição seja o primeiro “pagador”.

É justamente sob este princípio que vigoram os atuais mecanismos de políticas ambientais para a internalização dos custos pelas empresas.

Acselrad (1998) destaca que é preciso considerar dois planos de debates distintos: a questão da valoração econômica, que diz respeito a um procedimento de cunho metodológico e, a questão específica da internalização dos custos ambientais, enquanto prática política.

É conveniente explicar que foge ao objetivo deste trabalho analisar os métodos de valoração do meio ambiente e que, portanto, nos limitaremos a apresentar, ainda que de forma sucinta, alguns conceitos relativos à externalidade e internalização dos custos ambientais, bem como os mecanismos frequentemente adotados na consecução desta prática.

Martins e Ribeiro (1995) esclarecem que até hoje, não foi possível imputar às mercadorias produzidas todos os custos em que as empresas incorrem para sua fabricação pois, tradicionalmente, as empresas computam em seu custo de produção apenas o valor dos insumos que efetivamente significam desembolso financeiro.

Desta forma, criam-se as externalidades negativas advindas da produção industrial, principalmente, da falta de consideração na tomada de decisões empresárias no que se refere às consequências ambientais e sociais.

Fischer e Dornbush (apud SANCHES, 1997, p. 58) explicam: “uma externalidade surge sempre que a produção ou o consumo de um bem tem efeitos paralelos sobre os consumidores ou produtores envolvidos, efeitos estes que não são plenamente refletidos nos preços de mercado”.

Nas palavras de Acselrad (1998), externalidades compreendem os impactos negativos oriundos de empreendimentos privados que venham a atingir terceiros e sem que tais danos

sejam computados aos preços. Isto significa que os impactos causados por estas atividades sobre bens pertencentes à coletividade, na visão de certos autores, representam “custos sociais” superiores aos seus “custos privados”⁹.

No âmbito dos recursos naturais, a noção de externalidade fica bastante clara através deste exemplo:

[...] suponha-se, por exemplo, uma fábrica de cimento instalada perto de uma região tradicionalmente agrícola, que não dispõe de uma estação de tratamento do ar quente despejado no MA por seus pulverizadores. Esse fluxo de ar contém diminutas partículas de um pó muito fino, que ao ser liberado no MA é transportado pelo vento e pelas correntes de ar frio até as regiões circunvizinhas. Essas partículas de pó suspensas no ar – e que são nocivas – cobrem os campos de lavoura da região. Conseqüentemente, a agricultura é afetada negativamente em sua qualidade e quantidade de produção, gerando perdas para os agricultores. Se essas perdas não forem recompensadas, diz-se, então, estar criado um custo externo, ou seja, uma externalidade (BENAKOUCHE; SANTA CRUZ, 1994, p. 138).

A partir do exemplo acima, é possível perceber que o custo correspondente a uma externalidade surge basicamente quando:

- a atividade exercida por um agente acarreta perdas para outro agente, seja este a sociedade ou o meio ambiente;
- as perdas provenientes desta atividades não são ressarcidas. (BENAKOUCHE; SANTA CRUZ, 1994).

Entretanto, Acselrad (1998, p. 135) ressalta que ao se aplicar a noção de externalidade às questões ambientais, tem-se concebido que: “a) a externalidade é excepcional frente às capacidades de regulação do mercado, e b) a degradação do meio ambiente é uma manifestação de ineficiência na alocação dos recursos”. Sendo assim, o autor critica aqueles que, sob esta perspectiva, condicionam os problemas ambientais a uma simples consequência das inaptações da própria natureza e não como resultantes das deficiências do mercado.

Com o intuito, portanto, de amenizar estas externalidades a que a sociedade e o meio ambiente estão sujeitos, devido aos impactos causados pelas indústrias, surgiram mecanismos para que estas pudessem ser interiorizadas pelas empresas.

Isto significa que as externalidades negativas não contabilizadas pela indústrias, tem sido, na medida do possível, incorporadas às contas econômicas das empresas, através do que vem se chamando de internalização dos custos ambientais.

⁹ De acordo com o autor, os “custos privados” referem-se àqueles expressos monetariamente, enquanto os “custos sociais” (que abrangem os custos ambientais) são, na verdade, um custo fictício, para os quais não existe expressão monetária. (ACSELRAD, 1998, p. 131)

A internalização dos custos ambientais, de acordo com Sanches (1997, p. 58) “é uma maneira de equilíbrio das forças de mercado e de distribuição mais justa, em termos monetários, dos danos que a sociedade está suportando como efeitos da modificação da qualidade do meio ambiental”.

Na visão otimista de Bursztyn (1994) a internalização traduz-se em um recurso eficaz que, além de permitir ganhos na gestão dos recursos naturais, tem o poder de estimular a geração e adoção de tecnologias mais limpas.

Contudo, Acselrad (1998, p. 128) aponta duas dificuldades inerentes à internalização dos custos: “a) dificuldades aparentemente “técnicas” de valorar processos ecológicos incertos e heterogêneos; b) dificuldades de identificar as fontes de legitimidade para fundamentar valores econômicos de tais processos e fazê-los valer nos mecanismos decisórios ou no mercado”.

De qualquer forma, apesar dos obstáculos encontrados para tal contabilização, tem-se debatido que tipo de prática seria mais eficiente para que as indústrias internalizem seus custos ambientais.

Na literatura (SCHMIDHEINY, 1992; GUIMARÃES, 1995; MAIMON, 1996; SANCHES, 1997) encontramos três tipos de mecanismos de internalização os custos ambientais:

a) *Comando e controle*: instrumentos tradicionalmente utilizados pelos governos em sua política ambiental que abrangem, basicamente, as regulamentações e normas ambientais utilizadas pelo poder público no combate à poluição e à degradação do ecossistema, influenciando diretamente as atividades do poluidor. De acordo com Sanches (1997), os principais mecanismos da política de comando e controle são normas e padrões (principalmente padrões de emissão de efluentes), licenças e permissões e também o controle do uso do solo e da água.

Guimarães (1995, p. 74) explica que nesta abordagem “o governo especifica os padrões e quantidades de poluentes que podem ser dispostos no meio ambiente, muitas vezes também indicando a tecnologia considerada mais apropriada para alcançar esses objetivos”. Portanto, podemos perceber que a implementação e regulação do mecanismo de comando e controle provém do poder público e, conseqüentemente, a atuação governamental é intensa neste tipo de abordagem.

A vantagem deste enfoque, segundo Guimarães (1995) é a possibilidade do governo prever a redução dos níveis de poluição, justamente pelo fato de ser ele quem estabelece as regras neste caso. Entretanto, o autor aponta algumas deficiências deste tipo de política

ambiental, como por exemplo a não consecução dos objetivos dentro dos prazos determinados, pois sua aplicação é complexa e seus custos são elevados. Sanches (1997) acrescenta mais uma crítica à abordagem de comando e controle, afirmando que este tipo de instrumento não incentiva as empresas a buscar soluções mais eficientes além dos padrões estabelecidos pelas regulamentações.

b) Instrumentos econômicos: como alternativa às políticas de comando e controle, bastante criticadas, e objetivando aumentar a eficiência da gestão ambiental, nos últimos anos, muitos países passaram a adotar os instrumentos econômicos.

Não há uma conceituação bastante clara e generalizada do que vem a ser um instrumento econômico, explica Schmidheiny (1992, p. 22) mas, de acordo com o autor, o que é comum a todas as definições é a consideração da intervenção governamental no mercado “através de mecanismos como impostos e encargos sobre poluição, autorizações de poluição negociáveis e cotas de recursos (...)”.

Esta falta de unicidade em torno do termo foi demonstrada na prática através de um estudo realizado em 1987 e patrocinado pela OCDE, o qual identificou mais de 100 tipos de instrumentos econômicos empregados em seus países-membros. Entre os mais utilizados encontram-se: cobrança de taxas sobre emissões e produtos, subsídios, licenças negociáveis entre outros.

De qualquer forma, algumas tentativas conceituais elaboradas por determinados autores podem ajudar-nos a compreender melhor os instrumentos econômicos.

No entender de Bursztyn (1994, p.23), este tipo de instrumento atua como um incentivo econômico no que se refere aos poluidores, que podem optar pela alternativa economicamente mais vantajosa pois, “geralmente, os poluidores têm a opção de poluir e pagar por isto, ou alocar recursos em investimentos de despoluição, ou então, adotar a melhor tecnologia disponível (em termos ambientais) [...]”. O autor aponta como principais vantagens deste mecanismo a melhor eficácia no que se refere aos custos, o estímulo constante à diminuição dos níveis de poluição, mudanças tecnológicas, maior flexibilidade administrativa e uma potencial fonte de recursos e geração de receitas.

Mas a grande vantagem apontada pelos estudiosos (BURSZTYN, 1994; GUIMARÃES, 1995; SANCHES, 1997) e defensores deste enfoque, é a maior liberdade e flexibilidade que o mercado possui em tomar as decisões e escolher suas próprias práticas. As políticas ambientais baseadas nos instrumentos econômicos, apesar de também serem implementadas pelo governo, estão mais perto dos mecanismos de mercado e a intervenção estatal ocorre em menor grau do que no comando e controle, justamente pelo fato das

empresas possuírem opção de escolha entre investir ou não em alternativas que causem menor impacto ao meio ambiente.

c) Auto-regulação: Neste tipo de mecanismo, grosso modo, o poder público confia às forças de mercado total responsabilidade pela iniciativa e formulação de práticas ambientalmente sustentáveis. Neste caso, portanto, ocorre uma completa desregulamentação na qual não existe interferência por parte dos governos.

Na opinião de Sanches (1997), adotar a auto-regulação significa uma tentativa de equilibrar as forças de mercado que, além de estimular a inovação, representa um grande avanço no que se refere à internalização dos custos ambientais e também na introdução de práticas mais originais para lidar com os impactos da indústria no meio ambiente.

Sanches (1997) ainda explica que, inicialmente, a auto-regulação em relação à questão ambiental, ocorreu mediante elaboração de acordos voluntários, firmados basicamente entre autoridades públicas e indústrias. Mas, além deste tipo de acordo, outras formas de auto-regulação surgiram no âmbito empresarial, como por exemplo, a “Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável”, lançada pela Câmara Internacional de Comércio (CIC) em 1991, com o objetivo de servir como um guia para as empresas na busca da sustentabilidade; os Princípios CERES, que promovem a responsabilidade ambiental e que procuram estabelecer padrões ambientais de avaliação de atividades empresariais que impactam o meio ambiente; e mais recentemente, a ISO 14000, que, conforme assegura Sanches (1997), se propõe a atender as propostas de internalização dos custos ambientais de uma forma mais pró-ativa, permitindo ainda a realização de progressos tecnológicos para a minimização dos impactos ambientais da indústria.

Todavia, Schmidheiny (1992) alerta para o fato de que uma das desvantagens da auto-regulação seria a facilidade que empresas teriam para formar cartéis e, ainda, a possibilidade de nem todas elas assumirem o compromisso de mudar suas atitudes em relação ao meio ambiente. Portanto, nas palavras do autor, “o setor empresarial precisa de uma combinação ótima de comando e controle, auto-regulação e instrumentos econômicos; cremos que a atual combinação, na maioria dos países, está por demais calcada na abordagem do comando” (1992, p. 24).

Mas ao que nos parece, esta afirmação de Schmidheiny em favor de uma estratégia híbrida entre os três mecanismos, como melhor solução a ser aplicada, não encontra fundamento em outras assertivas suas (como algumas já apresentadas) pois, a ênfase que o autor dá ao mercado como principal e mais capacitado agente para assumir a responsabilidade da “mudança de rumo”, revela sua preferência pelo mecanismo de auto-regulação:

As abordagens não baseadas nas soluções de mercado podem apresentar riscos maiores. A vantagem da abordagem de mercado é que os riscos são compensados pelas novas oportunidades inerentes à competição, à eficiência e à inovação. Se esses poderes essenciais do engenho humano não forem postos a serviço dos novos objetivos da sociedade, vemos poucas chances de o desenvolvimento se tornar sustentável algum dia (SCHMIDHEINY, 1992, p.34).

Assim, estabelece-se uma discussão entre aqueles que postulam a atuante participação do Estado através do mecanismo de comando e controle como melhor alternativa e, entre aqueles que criticam este mesmo mecanismo, por ser um entrave à livre iniciativa e defendendo, portanto, que as forças de mercado, através da auto-regulação substituam a responsabilidade do poder público.

Layrargues (1998) explica que, aqueles que intercedem a favor do mercado, considerando-o como a instância mais capacitada para internalizar os custos ambientais, acreditam que o próprio mercado provará o sucesso tanto econômico como ecológico da auto-regulamentação, na medida em que for demandada uma produção limpa.

Ao defender idéia contrária à de Schmidheiny e daqueles que advogam a auto-regulação, Guimarães (1995), atenta para o fato de que o mercado não possui condições de internalizar sozinho todos os custos ambientais sendo imprescindível, portanto, o diálogo e a intervenção governamental, ao invés do mercado simplesmente reivindicar a completa desregulamentação por parte do poder público.

Semelhante opinião possui Layrargues (1998), ao assegurar que, repassar ao mercado todas as responsabilidades pela internalização dos custos ambientais, redundaria na manutenção do *status quo*, ficando fora de cogitação, portanto, a discussão sobre um novo modelo civilizacional. Em seu entendimento, tal situação “despontaria, em verdade, uma nova oportunidade de reforçar o peso do mercado como o regulador da economia. Traduz-se num sonoro não ao controle do Estado e à intromissão da sociedade civil na vida econômica” (LAYRARGUES, 1998, pg. 64).

O próprio relatório *Nosso futuro comum*, na interpretação de Maimon (1996), apesar de estimular e aprovar iniciativas pró-ativas do setor produtivo para que se proceda à transição para o desenvolvimento sustentável, ressalta existirem limites para este tipo de atuação, sendo necessário, portanto, a cooperação e o controle, através de regulamentações governamentais.

Finalizando, Barbieri (1997) acrescenta que devemos ter em conta a hipótese da própria economia de mercado ser a causa da degradação humana e ambiental, não esquecendo, todavia, que países onde a questão econômica centralizava-se nas mãos do

Estado também não alcançaram êxito em termos ambientais. Logo, deve-se transcender a dicotomia privado x estatal pois, a busca por um desenvolvimento social e ecologicamente saudável é um problema muito mais relevante do que os debates que se encerram no âmbito econômico, pois trata-se de uma questão de interesse público.

5.3.2 Institucionalização da função ambiental

Outra dimensão relevante que devemos abordar além da internalização dos custos, ainda que de forma não muito aprofundada, é a que se refere à institucionalização da função ambiental na organização, ou seja, como, de fato, a questão ecológica vem integrando-se a estrutura organizacional das empresas.

Na concepção de Maimon (1996), é a partir da década de 80 que as empresas começam a visualizar a preservação ambiental num cenário de oportunidades como fator competitivo. Neste contexto, e também como resposta às crescentes regulamentações e sanções governamentais, surgem algumas medidas que visam minimizar o impacto industrial no meio ambiente.

Maimon (1996) explica que a função ambiental pode assumir diferentes formas no organograma institucional. Donaire (1995) sugere que a adoção destas medidas sejam divididas em três etapas, conforme o grau de conscientização que a empresa possui em relação à problemática ambiental. Estas etapas não são estanques e podem sobrepor-se umas às outras, dependendo da empresa. Mas, o autor ressalta que, pouquíssimas empresas situam-se na terceira fase, que seria a etapa na qual a organização conseguiu alcançar sua “excelência ambiental”.

Em relação à primeira fase, chamada de controle da poluição nas saídas, Donaire (1995) esclarece que esta restringe-se à instalação de equipamentos de despoluição, como por exemplo, o uso de filtros em chaminés, construção de redes de esgotos etc. As tecnologias utilizadas neste tipo de abordagem são denominadas “fim de linha” ou “*end of pipe*”, justamente por tratarem os resíduos somente ao final do processo de produção, não interferindo na estrutura produtiva em si, que continua intacta.

Mas seus elevados custos, suas medidas de caráter corretivo e seu alcance limitado – pois na realidade este tipo de tecnologia ataca apenas os efeitos da poluição, e não suas causas – acabaram por induzir a busca por uma nova forma de controle da poluição.

Sendo assim, numa segunda fase capaz de superar a precária solução anterior, integra-se o controle ambiental às práticas e processos produtivos. Desta forma, Donaire (1995) explica que o foco da proteção ambiental que acontecia nas “saídas”, desloca-se para o setor

de produção como um todo, ou seja, a responsabilidade pela questão ambiental institucionaliza-se como função da produção.

É neste panorama que insere-se o conceito de tecnologias limpas que, ao contrário das tecnologias de fim de linha, procura reduzir os níveis de poluição através de medidas preventivas incorporadas ao próprio processo de produção, geralmente com modificações na matriz tecnológica.

De forma abrangente, a Agenda 21 em seu capítulo 34, explica que estas tecnologias “são as que protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais seus resíduos e produtos e tratam os despejos residuais de uma maneira mais aceitável do que as que vierem a substituir” (apud BARBIERI, 1997, p. 34).

De forma mais específica, Barbieri (1997) expõe que as tecnologias de produção mais limpa, objetivam reduzir a quantidade de rejeitos e o desperdício, antes mesmo de seu surgimento, o que se dá através de mudanças nos produtos e processos de produção.

Neste caso, a preocupação é, antes de tudo, evitar a formação dos resíduos, através da prevenção em todas as fases que compõe o ciclo de vida do produto.

Portanto, a diferença essencial entre o controle da poluição nas saídas e o controle ambiental integrado ao processo produtivo, é que o primeiro trata o problema após sua ocorrência, tentando minimizar seus efeitos através de medidas corretivas; enquanto o segundo, procura evitar que o problema venha a ocorrer, por meio de medidas preventivas integradas ao processo produtivo, como por exemplo, a seleção e substituição de matérias-primas tóxicas, desenvolvimento de novos produtos e processos, equipamentos menos poluentes etc.

Entretanto, com a crescente evolução do debate relativo aos problemas ecológicos, Maimon (1996) afirma que, hoje em dia, pelo menos as grandes empresas, passam a ser analisadas pela sua excelência ambiental, ou seja, através da avaliação de seus valores éticos e sua performance em relação a preservação do meio ambiente.

Desta forma, “a excelência ambiental passa a ser considerada necessária para o sucesso da empresa: quando inatingida, capaz de ser ruínosa e irrecuperável; quando alcançada no momento adequado e bem explorada, passível de se converter em oportunidades de novos ganhos e crescimento [...]” (DONAIRE, 1995, p. 37).

A partir deste novo quadro, algumas empresas entenderam que precisavam dedicar maior atenção à área ambiental, e incluíram-na entre suas prioridades estratégicas, envolvendo todas suas áreas funcionais.

Esta é a terceira fase definida por Donaire (1995) na qual, a responsabilidade pelo controle ambiental, anteriormente exclusiva do setor produtivo, passa a inserir-se na própria gestão administrativa da empresa, interferindo, inclusive, “no planejamento estratégico, no desenvolvimento das atividades de rotina, na discussão de cenários alternativos e conseqüentemente na análise de sua evolução, gerando políticas, metas e planos de ação” (MAIMON, 1996, p. 25).

Barbieri (1997) esclarece que, geralmente, a transição para esta nova fase acontece no momento em que os benefícios provenientes da implantação de tecnologias limpas começam a ser auferidos e a desempenhar um papel vital para a empresa.

Assim, Donaire (1995) explica que esta nova percepção da questão ambiental na organização, exige uma função administrativa específica na estrutura institucional, para que a empresa possa trabalhar este aspecto de forma articulada pois, no momento em que a questão ambiental é percebida como parte da gestão administrativa, ela finalmente torna-se um valor da empresa que deve ser explicitado publicamente.

Também nesta fase, entendemos, dar-se maior relevância e realizarem-se maiores investimentos no *marketing* voltado para a questão ambiental. Considerando o fato das empresas que se encontram nesta etapa entenderem a questão ambiental como ponto estratégico para suas decisões, obviamente a função de marketing assume novas tarefas, entre elas, a de considerar o aspecto ecológico. Inclusive porque, empresas que já atingiram este grau de consciência e transformação em suas práticas buscarão, obviamente, utilizar esta postura para com a questão ambiental a fim de adquirirem uma nova vantagem competitiva no mercado.

Este mercado que surge em vista da sensibilização ecológica, tem sido denominado de *ecobusiness*, ou seja, um novo mercado “relativo às novas oportunidades de negócios – criação e difusão de novos produtos e serviços – cuja demanda depende da difusão da consciência ecológica” (MAIMON, 1996, p. 30).

São exemplos de negócios que surgem em função do crescimento do mercado verde, as consultorias ambientais; indústrias de reciclagem; indústrias de equipamentos de controle de poluição; empresas de despoluição do ar e da água etc, e ainda, a fabricação de ecoprodutos ou produtos “verdes”, os quais são vendidos a partir de sua imagem ecológica.

Os ecoprodutos podem ser considerados, de certa maneira, como o mercado mais promissor em termos ambientais pois, ao contrário das consultorias ambientais e indústrias de despoluição, por exemplo, que possuem sua clientela bem definida e, inclusive limitada, os produtos “verdes” atingem consumidores várias classes e segmentos de mercado.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup e publicada em 1992, consultou a população de 22 países e revelou que, “do total dos entrevistados, 53% disseram estar dispostos a pagar um preço mais alto pela proteção do meio-ambiente. Também pensavam assim 71% dos brasileiros pesquisados. [...]” (MAIMON, 1994, p. 125).

Diversas empresas, inclusive no Brasil, têm tentado aumentar a demanda de produtos “ecologicamente corretos” e expandir o *ecobusiness* utilizando seus esforços de *marketing*, agora voltados para a difusão de informações sobre os benefícios ecológicos do consumo verde, ou seja, o departamento de *marketing* da empresa passa a “incluir a preocupação com o meio ambiente entre seus objetivos estratégicos” (BARBIERI, 1998, p. 60).

O *marketing* verde ou ambiental ímbui-se, portanto, de divulgar ao consumidor, a possibilidade de suas necessidades serem satisfeitas por produtos que determinem menores impactos ambientais, além de demonstrar, implicitamente, um compromisso ético por parte das empresas em relação ao meio ambiente.

Como meio para alcançar este objetivo, as organizações utilizam-se da propaganda, considerada por Kotler (1999, p.137, grifos do autor), “a ferramenta mais poderosa para promover a *conscientização* das pessoas sobre uma empresa, um produto, um serviço ou uma idéia. [...] uma campanha publicitária pode construir a *imagem* da marca e até possibilitar sua *aceitação*, se não um certo grau de *preferência*”.

Desta forma, criam-se grandes esquemas de marketing verde e numerosas campanhas publicitárias, visando demonstrar à comunidade a nova postura da organização com o objetivo, obviamente, de ser reconhecida pela sociedade como uma empresa ambientalmente responsável e portanto, merecedora de total confiança. Assim, enxurradas de material publicitário tem servido para influenciar o consumo verde, ou seja, incutir nos consumidores a necessidade de cada vez mais restringir seu consumo a produtos “verdes”, provenientes de empresas ecologicamente responsáveis.

Uma estratégia empresarial bastante adotada para a certificação da qualidade ambiental de seus produtos e processos, tem sido a aplicação de selos verdes que, segundo Nahuz (1995, p. 58), são rótulos outorgados a “produtos ou serviços julgados menos prejudiciais ao meio ambiente do que produtos ou serviços comparáveis, com base em critérios previamente definidos”.

A diferenciação a partir dos selos verdes, ao conferir maior atratividade aos produtos do que seus similares, representa também um forte argumento mercadológico. Entretanto, muitas empresas, ao perceberem a crescente sensibilização da sociedade pela questão ambiental, tentam promover uma imagem ambientalmente correta, utilizando um apelo

ecológico baseado na outorga de selos verdes sem, no entanto, operare modificações profundas em seus processos e produtos.

Para evitar este tipo de concorrência desleal, “foram criadas, em alguns países, leis e entidades que regulam a publicidade com o objetivo de evitar a atrelação de alguns produtos à ecologia, sem que a empresa tenha uma verdadeira preocupação ambiental” (SOUZA, 1993, p. 49).

A crescente proliferação dos selos verdes também foi uma das motivações que levou a Organização Internacional de Normalização (ISO) a elaborar a série ISO 14000, com o intuito de uniformizar as normas ambientais existentes em linguagem internacionalmente aceita. Esta série também vem tornando-se uma excelente oportunidade para as organizações demonstrarem a veracidade de seu comprometimento no que se refere à sua imagem verde, seu compromisso e credibilidade para com o meio ambiente, inspirando, desta forma, confiança nos seus consumidores.

5.3.3 A questão da certificação - ISO 14000

No momento em que as empresas passam a perceber a variável ambiental como fator de competitividade e novos nichos de mercado começam a se delinear, surge o interesse por parte das organizações de tornarem-se “ambientalmente responsáveis” e intensifica-se a necessidade de divulgar que o setor empresarial tem condições de ser o grande promotor do desenvolvimento sustentável. Muitas empresas decidiram promover sistemas próprios de “análises” ou “auditorias” ambientais, objetivando avaliar seu desempenho ambiental, as quais, contudo, podem não ser suficientes para proporcionar à organização a garantia de que suas práticas atenderão efetivamente os requisitos legais e de sua política ambiental. Para que demonstrem sua eficácia, portanto, é preciso que esses procedimentos sejam conduzidos dentro de uma perspectiva mais abrangente, de um sistema de gestão estruturado e integrado ao conjunto das atividades de gestão.

A ISO (International Organization for Standardization), organização internacional com sede na Suíça, fundada para desenvolver normas de homogeneização em diversas atividades e representada no Brasil pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, propôs-se, baseada na norma britânica sobre gestão ambiental BS 7750, a elaborar uma abordagem de sistema de gestão ambiental comum, harmônica e aceita internacionalmente, que constitui a série ISO 14000.

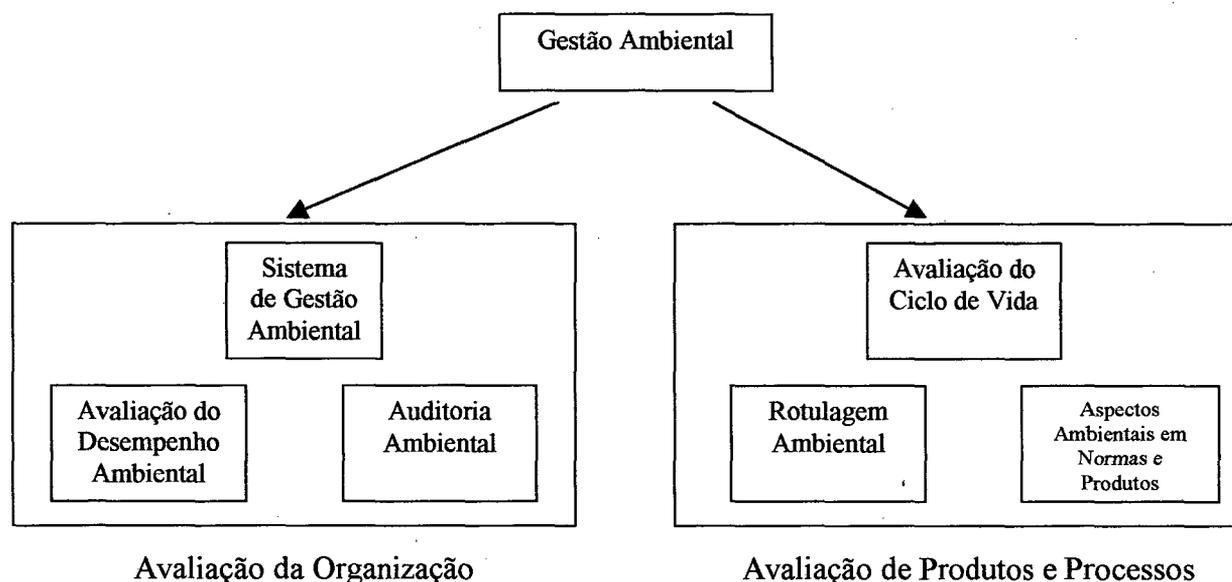
O papel das normas ISO 14000, portanto, segundo Tibor e Feldman (1996) é relacionar os elementos necessários para que se consiga implementar um sistema de gestão

ambiental eficaz nas organizações, o que inclui a elaboração de “uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e alvos, a implementação de um programa para alcançar esses objetivos, a monitoração e mediação de sua eficácia, a correção de problemas e a análise e revisão do sistema para aperfeiçoá-lo e melhorar o desempenho ambiental geral” (Tibor e Feldman, 1996, p. 20).

De acordo com a CNI – Coalition for Network Information (apud Campos, 1996, p. 22), a série ISO 14000 consiste num conjunto de normas que “visa estabelecer diretrizes para a implementação de sistemas de gestão ambiental nas diversas atividades econômicas que possam impactar o meio ambiente, e para a avaliação e certificação destes sistemas, com metodologias uniformes e aceitas internacionalmente”.

É necessário explicar que o termo ISO 14000, é a denominação de todo o conjunto de normas estabelecidos pela ISO em relação à questão ambiental. A norma formulada especificamente para fins de certificação é a ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental Especificação e Guia para Uso; às normas restantes, cabe apenas orientar o processo de implementação. É baseado no cumprimento das exigências da ISO 14001, portanto, que a certificação é conferida às empresas.

A estrutura da ISO 14000 tem sido, geralmente, representada através da seguinte figura:



Como podemos perceber, o conceito maior no qual se baseia a ISO 14000, refere-se à gestão ambiental.

Em termos gerais a gestão ambiental, refere-se ao “controle apropriado do meio ambiente físico, para propiciar o seu uso com o mínimo abuso, de modo a manter as comunidades biológicas, para benefício continuado do homem” (BRAZILIAN ENVIRONMENTAL MALL, 2000).

Especificamente na esfera empresarial, Valle (1995, p. 39) caracteriza a gestão ambiental como “um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos e adequadamente aplicados que visam a reduzir e controlar impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente”.

A ISO, portanto, aborda a gestão ambiental através de seis áreas específicas relacionadas à questão ambiental nas empresas, concentradas em dois grandes tópicos: Avaliação da Organização e Avaliação de Produtos e Processos. Apresentaremos brevemente cada uma delas.

As normas voltadas para a *Avaliação da Organização* incluem o sistema de gestão ambiental, a auditoria e a avaliação do desempenho ambiental.

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), é requisito básico para a concessão da certificação ISO 14001 às empresas e é definido pela ISO (apud BARBIERI, 1998, p. 66) como a etapa do sistema de gestão organizacional que compreende “estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, alcançar, proceder à avaliação crítica e manter as políticas ambientais”, sendo que a política ambiental refere-se a um documento “onde são declarados os rumos e trajetórias que a organização irá tomar para realizar de forma ambientalmente sadia suas atividades produtivas” (MACEDO, 1994, p. 130).

Macedo (1994) entende que, é a partir da implantação do SGA, visto como uma ferramenta que objetiva manter os níveis de viabilidade ambiental dos empreendimentos, que a função denominada Gestão Ambiental institucionaliza-se, da mesma forma que outras funções tradicionalmente aceitas.

Entendemos, portanto, a gestão ambiental como a função propriamente dita, delineada nos moldes de diversas outras funções existentes numa empresa, como por exemplo, o *marketing*, recursos humanos, produção etc. O SGA, por outro lado, seria a ferramenta, ou melhor, o conjunto de ações e recursos que viabilizaria a aplicação e a institucionalização da gestão ambiental na organização, de forma que esta seja definitivamente integrada em sua estrutura organizacional, assuma um valor estratégico para a empresa e possibilite a adoção de práticas que garantam menor impacto de seus produtos e atividades ao meio ambiente.

Ainda no âmbito de avaliação da organização, a ISO pretende que se realize uma avaliação periódica nas empresas certificadas, a fim de verificar a conformidade das práticas adotadas com os requisitos estabelecidos pela ISO em relação ao sistema de gestão ambiental. Esta verificação é orientada através da norma 14010 (Auditoria Ambiental – Princípios Gerais), que descreve os princípios comuns para a execução de uma auditoria ambiental.

A auditoria ambiental é conceituada por Valle (1995, p. 50) como uma ferramenta administrativa que “permite fazer uma avaliação sistemática, periódica, documentada e objetiva dos sistemas de gestão e dos desempenho dos equipamentos instalados em um estabelecimento de uma empresa, para fiscalizar e limitar o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente”.

Também é necessário que a empresa passe por uma avaliação de seu desempenho/performance ambiental.

O desempenho ambiental de acordo com a ABNT-1998 (apud BRAZILIAN ENVIRONMENTAL MALL, 2000), consiste em resultados mensuráveis do sistema de gestão ambiental relativo ao controle das atividades, produtos e serviços de uma organização, com base na sua política, objetivos e metas ambientais.

Segundo Macedo (1994), este desempenho significa a performance de uma organização ou processo produtivo nas relações que efetua com o ambiente.

São exatamente estes resultados mensuráveis, provenientes da implementação do SGA, que a ISO pretende que sejam analisados, através de um processo utilizado para “medir, analisar, avaliar e descrever o desempenho ambiental de uma organização em relação a critérios acordados para os objetivos apropriados da gestão” (TIBOR e FELDMAN, 1996, p.157), chamado de avaliação do desempenho ambiental, orientado pela norma ISO 14031.

A *Avaliação de Produtos e Processos*, abrange normas relativas à avaliação do ciclo de vida do produto, rotulagem ambiental e aspectos ambientais em normas e produtos.

Em relação à avaliação do ciclo de vida (ACV) Tibor e Feldman (1996, p. 186) explicam que se trata de “conjunto sistemático de procedimentos para compilar e examinar os *inputs* e *outputs* de substâncias e energia e impactos ambientais associados diretamente ao funcionamento do sistema de produtos ou serviços em todo seu ciclo de vida”.

De forma mais simples, podemos dizer que a ACV preocupa-se em analisar todas as fases do ciclo de vida de um produto ou serviço, desde a extração de matérias-primas até a disposição final de seus resíduos.

Os estágios compreendidos na ACV, podem ser resumidos, de acordo com Santos e Höeffel (1999) em: extração de matérias-primas, fabricação, transporte e distribuição, uso, reutilização e manutenção, reciclagem e, finalmente, gestão de resíduos.

Logo, as normas da avaliação do ciclo de vida, tendo como base os princípios gerais e diretrizes propostos pela ISO 14040, vêm enfatizar a necessidade de se promover uma análise completa dos impactos das atividades industriais no meio ambiente.

Outra área da qual a ISO 14000 se ocupa é a rotulagem ambiental. Os rótulos ambientais (sob a forma de símbolos, declarações nas embalagens ou através de propagandas) proporcionam aos consumidores, informações sobre o produto/serviço em termos de seus atributos ambientais. Deve-se, entretanto, atentar para que a utilização destes rótulos baseiem-se em informações reais e verificáveis, ao contrário de diversos tipos de “selos verdes”, muitas vezes enganosos, geralmente fornecidos pelas próprias empresas com o intuito de ganhar credibilidade em relação a sua imagem.

Sendo assim, o trabalho de rotulagem da ISO, partindo da norma 14020 – Objetivos e Princípios -, propõe-se a harmonizar as diversas práticas de eco-rotulagens existentes, através do estabelecimento de critérios tecnicamente válidos a partir dos quais, seja possível oferecer aos compradores informações claras, precisas, fundamentadas e, além disto, melhorar o desempenho ambiental nas operações industriais.

Finalmente, a última área abrangida na avaliação de produtos e processos refere-se aos aspectos ambientais em normas de produtos, orientada pela norma 14060 - Guia para inclusão de Aspectos Ambientais no Padrão do Produto.

Tibor e Feldman (1996, p.226) explicam que esta orientação descreve aspectos gerais que devem ser considerados no momento do desenvolvimento de novos produtos, buscando equilibrar dois propósitos: “atingir o desempenho pretendido do produto e reduzir efeitos ambientais adversos que possam surgir”.

Mesmo considerando quão complexo deve ser antecipar-se e identificar o impacto de um produto no meio ambiente, algumas observações por parte de quem redige as normas de produtos, podem influenciar significativamente a extensão ou redução destes efeitos.

Outros aspectos importantes ainda merecem ser ressaltados em relação à ISO 14000. Em primeiro lugar, apesar de ser uma norma voluntária, a ISO 14001 pode, devido a sua rápida repercussão e aceitação, tornar-se exigência em transações internacionais envolvendo indústrias situadas em países industrializados, transformando-se, portanto, em uma barreira não tarifária que viria a prejudicar o comércio de exportação dos países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, Tibor e Feldman (1996, p. 23) atentam para o fato de que “as normas ISO 14000 estão relacionadas a processos – e não a desempenho”.

Assim, exclui-se tudo o que estiver relacionado ao desempenho ambiental real pois, apesar de as normas exigirem que a política ambiental da empresa englobe determinadas características referentes ao cumprimento da legislação e eliminação da poluição, “os padrões não ditam como a organização alcançará essas metas, nem descrevem o tipo ou nível de desempenho exigido” (TIBOR e FELDMAN, 1996, p. 58).

Isso significa que a ISO 14000 não impõe às empresas critérios específicos de desempenho ambiental a serem alcançados, ou seja, a empresa é certificada e avaliada em função de metas e objetivos atribuídos por ela própria. A ISO apenas oferece elementos para a construção de um sistema que ajudará estas empresas a atingir suas próprias metas, o que nem sempre implica na transformação das políticas organizacionais no sentido da preservação do meio ambiente, podendo restringir-se a uma atuação basicamente preventiva ou ainda, resumir-se a um simples processo burocrático.

Deve-se atentar, contudo, para o fato de que a certificação não é um fim em si mesma, não devendo ser considerada, portanto, como o ponto máximo que uma empresa pode alcançar em termos de preservação ambiental

Por outro lado, as normas ISO 14000, por suas características de voluntariedade e não intervenção governamental, podem ser consideradas uma espécie de mecanismo de auto-regulação o que, vem a reforçar a posição do empresariado no momento em que o setor, dispondo deste instrumento, possui maiores argumentos para promover-se como o agente mais preparado na busca do desenvolvimento sustentável. Na visão de Layrargues o discurso ambientalista empresarial sustenta que

[...] ocorrerá naturalmente – independentemente de coerção governamental por meio de instrumentos de controle da poluição tradicionais – uma paulatina adesão empresarial para efeitos de incremento de competitividade, até que todas as empresas completem a transição em direção à sustentabilidade (LAYRARGUES, 2000, p. 82).

A aplicabilidade deste discurso deve ser questionada, juntamente com a crescente esperança depositada pelo setor empresarial no sentido de que a implantação do sistema de gestão ambiental e sua certificação pela ISO 14001 levaria ao definitivo equacionamento da problemática industrial relativa ao meio ambiente. Este tipo de discurso, segundo Layrargues promove a ilusão de que “não será mais necessário repensar o modelo civilizacional desejado para as gerações futuras, pois o neoliberalismo teria apresentado argumentos convincentes

atestando sua vitória sobre qualquer outro modelo. Essa é a face oculta da ISO 14000” (2000, p. 88).

5.4 A perspectiva da ecologia profunda

A forma de pensamento ocidental, assim como as ciências, ainda hoje, em sua imensa maioria tem como principal fundamento a visão cartesiana-mecanicista do mundo. Essa visão, afirma Capra,

consiste em várias idéias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio do crescimento econômico e tecnológico [...] (CAPRA, 1996, p.25).

O hábito de reduzir os mais variados e complexos fenômenos a seus componentes mais básicos a fim de compreendê-los, característica primordial do método científico reducionista elaborado por Descartes¹⁰ para guiar a razão e buscar a verdade nas ciências, foi negativamente apropriado pela sociedade industrial contemporânea, refletindo-se em nossa cultura, que, de forma fragmentada, desenvolveu e continua a desenvolver tecnologias, organizações e modos de vida completamente desvinculados do ritmo natural do planeta. O homem aqui não é visto como parte integrante da natureza, mas superior a ela, seu dono e dominador.

Por essa razão, a visão de nossa cultura aqui é comparada à visão mecanicista de Descartes – bastante limitada para basear a compreensão da realidade em que vivemos, na qual os problemas do mundo não representam fatos isolados, pelo contrário, estão ligados ao modo como agimos, à forma como nos relacionamos, enfim, aos valores que escolhemos para guiar nossas atitudes.

O próprio Descartes já demonstrava ter consciência das limitações da apropriação dos princípios de seu método, quando afirmou:

Nunca o meu intento foi além de procurar reformar meus próprios pensamentos, e construir num terreno que é todo meu. De modo que, se, tendo minha obra me

¹⁰ René Descartes (1596 – 1650) autor de “O discurso do Método”, filósofo e matemático francês, sustentou que a razão era o único caminho para um conhecimento seguro. Identificado como racionalista, acreditava que a única fonte segura de conhecimento era a razão, ou seja, nada poderia ser verdadeiro, enquanto nós mesmos não o reconhecêssemos como tal. Para se chegar isto era necessário decompor um problema em tantas partes isoladas quanto possível. Defendia que para construir um novo conhecimento, devia-se partir dos aspectos mais simples a fim de chegar aos mais complicados.

agradado bastante, eu vos mostro aqui o seu modelo, nem por isso quero aconselhar alguém a imitá-lo (1973, p.44).

Gonçalves (1990, p.35) enfatiza que o pensamento de uma natureza “objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra [...]”.

O humanismo cartesiano, acredita Ferry (1994, p.29), “é, sem dúvida alguma, a doutrina que mais longe chegou na desvalorização da natureza em geral e na do animal em particular. Reduzida ao *status* de simples mecanismo, a inteligência, a afetividade e mesmo a sensibilidade foram-lhe recusadas”.

A sociedade industrial contemporânea transformou o pensamento de desvinculação homem/natureza em ação, através de sua racional e intensiva exploração do meio ambiente, embriagando o ser humano de ilusões materiais, necessidades artificiais auto-reprodutoras, que com suas grades invisíveis fazem do homem o pior tipo de escravo – se é que ser escravo já não é o pior a que se pode chegar - aquele que ostenta uma liberdade que não tem.

Gonçalves (1990) sustenta, no momento em que afirmamos “o homem está destruindo a natureza”, esquecemos que existem certos tipos de sociedade, como as comunidades indígenas, que vivem em perfeita harmonia com o meio ambiente. Portanto, não seria o homem em si, em seu sentido genérico que “destrói a natureza”, mas a forma como este vem a se organizar socialmente.

Em outras culturas, diferentemente das civilizações ocidentais:

A concepção de mundo produziu reações muito diferentes em relação à natureza. Os índios dos Estados Unidos viam na natureza virgem símbolos diretos do mundo espiritual [...], a unidade do homem e da natureza está implícita no budismo do sudeste da Ásia, no taoísmo chinês e no xintoísmo nipônico. Na antiga China, determinados aspectos da terra eram considerados manifestações do ser cósmico [...]. A noção budista do consumo como o meio de chegar simplesmente à felicidade, sendo ideal o máximo de felicidade com o mínimo de consumo [...] (DREW, 1989, p.3).

A forma como nos organizamos e pensamos nossa sociedade, definitivamente contribui tanto para a dicotomia homem-natureza quanto para o desgaste cada vez maior de nosso planeta.

Sendo assim, é apresentada uma nova maneira de compreensão do mundo que se contrapõe ao pensamento cartesiano: a Visão Sistêmica. De acordo com Gonçalves (1990) é a partir do século XX que começa a surgir a idéia de sistema.

Na visão sistêmica, que para título deste trabalho refere-se a uma teia de relações, o todo passa a reinar sobre as partes, o conjunto sobre os seus componentes; esta nova visão da realidade está baseada no entendimento da interdependência e inter-relação dos fenômenos que envolvem a natureza e o homem, como sua parte integrante.

No entender de Capra (1996, p.35),

a concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de integração. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. Os exemplos de sistemas são abundantes na natureza. Todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo. (...) Os mesmos aspectos de totalidade são exibidos por sistemas sociais – como formigueiro, a colméia ou uma família humana – e por ecossistemas que constituem numa variedade de organismos e matéria inanimada em interação mútua. O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles. (...) Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes.

Não estamos falando de um conjunto de unidades materiais, afirma Machado (1984), mas de um conjunto de inter-relações dinâmico e organizado em relação ao todo que preserva sua identidade mesmo sob alterações do meio através de mecanismos auto-reguladores.

Desta forma, apesar da individualidade e autonomia inerente a todos os seres vivos, salienta Capra (1982), é difícil a determinação, mesmo que aproximada, das fronteiras entre organismo e meio ambiente. Portanto, defende o autor, sendo a economia composta de seres humanos e organizações sociais em uma dinâmica e contínua rede de interações, esta também caracteriza-se, segundo a concepção sistêmica, como um sistema vivo, dependente e interrelacionado ao meio ambiente.

Sob esse aspecto, Capra (1982) afirma que uma economia, assim como qualquer outro sistema vivo, somente manter-se-á em perfeita “saúde” em situações que preservem o equilíbrio ecológico e a flexibilidade social que permita uma adaptação às mudanças necessárias à harmonização com o meio ambiente.

Penna (1999) acrescenta que o homem moderno demonstra grande incapacidade na compreensão dos ideais que realmente importam para uma sociedade, ou seja, aqueles que não tenham seu foco na competição e na avidez. O autor segue afirmando que na sociedade industrial, que ele chama de “aquisitiva”, possuir e obter lucro são direitos sagrados e inalienáveis (consequência da ideologia capitalista). Fato este, cada vez mais contestado por um crescente número de pensadores que pouco a pouco começam a perceber os perigos

iminentes de uma civilização que tem sua estrutura calcada no consumo material e na competição obsessiva por maior riqueza e poder. Segundo Penna (1999, p. 213) “alguém já afirmou que a competição desperta o que há de melhor nas empresas... e de pior nas pessoas”.

Capra (1982), indo ao encontro desta idéia, conclui que alcançar o equilíbrio e a flexibilidade nas economias, tecnologias e instituições sociais, somente será possível se houver uma profunda transformação nos valores da sociedade – “da auto-afirmação e da competição para a cooperação e a justiça social, da expansão para a conservação, da aquisição material para o crescimento interior” (CAPRA, 1982, p. 387).

Prance (2000) afirma que somente conseguiremos alterar o curso perigoso no qual se encontra nossa relação com a natureza, a partir de uma transformação moral e ética nos valores que atualmente conduzem a sociedade.

É justamente esta revisão - e conseqüente alteração - nos princípios, valores e práticas norteadores do modo de vida contemporâneo o que propõe o ideário da ecologia profunda.

A expressão “ecologia profunda”, foi originariamente proposta no início da década de 70, pelo filósofo norueguês Arne Naess, em resposta à irresponsabilidade humana na exploração dos recursos naturais, que já naquela época, ainda que em menor abrangência, era questionada por pensadores e alguns setores da sociedade.

A palavra "ecologia" é originária das ciências biológicas onde é utilizada para se referir aos modos como as coisas viventes interagem entre si e com seus ambientes. Para Naess (1989), a ciência ecológica, tida como relacionada somente a fatos e lógica, não poderia responder perguntas éticas a respeito de como nós humanos deveríamos viver. Para isto, precisamos de uma sabedoria ecológica. Sendo assim, o autor afirma que a ecologia profunda busca desenvolver esta sabedoria ecológica através do foco na experiência profunda com a natureza, no profundo interrogatório de suas relações e eventos e no compromisso profundo com sua preservação. Este conjunto é o que o autor chamaria, de uma ecosofia: filosofia do “ser” mais consistente e evoluída, uma forma de pensar e agir no mundo que engloba a sabedoria e a harmonia ecológica.

Naess (1989) enfatiza que um aspecto chave na compreensão da ecologia profunda é a percepção de *gestalts* ou cadeias de relações. Para o autor, precisamos entender que não existe nenhum objeto isolado na natureza, todos os objetos são partes de uma vasta rede de interconexões. Dependemos do bem-estar da natureza para o nosso próprio bem-estar físico e psicológico, e a conseqüência desta percepção deveria ser nossa inclinação a proteger vida não-humana. Segundo o autor, tudo na natureza é dotado de valor intrínseco, independente de qualquer valor utilitário e econômico que possa ter para fins exclusivamente humanos. Nosso

próprio esforço humano para auto-realização tem igual fundamento ao de outros seres. Existe uma igualdade fundamental entre a vida humana e não-humana. Esta perspectiva ecocêntrica contrasta com o antropocentrismo, que só designa valor intrínseco aos humanos e só estima a natureza se esta for útil para nossa espécie.

O quadro abaixo apresenta, de maneira resumida, as diferenças entre as propostas de Arne Naess e a visão de mundo que ainda hoje predomina.

VISÃO DE MUNDO PREDOMINANTE	ECOLOGIA PROFUNDA
Completo domínio da natureza	Harmonia com a natureza
Ambiente Natural como fornecedor de recursos para o homem	Toda a Natureza possui valor intrínseco
Superioridade do homem sobre os demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento humano baseado no crescimento econômico e material	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de auto-realização
Confiança na amplitude das reservas de recursos	Reconhecimento da finitude dos recursos do Planeta
Progresso e soluções baseados em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Consumo desenfreado	Consumo do que é necessário e reaproveitamento, reciclagem de materiais
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento e respeito de tradições das minorias

Naess, Arne. *Ecologia, Comunidade e Estilo de vida*. Cambridge: CUP, 1989.

De forma resumida, a plataforma da Ecologia Profunda apresentada por Naess (1989) defende que:

- o florescimento da vida humana e não-humana na Terra tem valor intrínseco. O valor de formas de vida não-humanas é independente da utilidade que estes podem ter para propósitos estritamente humanos;
- riqueza e diversidade de formas de vida são valores em si mesmos e contribuem para o florescimento da vida humana e não-humana na Terra;
- os humanos não têm nenhum direito de reduzir esta riqueza e diversidade, exceto para satisfazer necessidades vitais;
- a atual interferência humana no mundo não-humano é excessiva, e a situação está piorando rapidamente;
- o florescer de vida humana e suas culturas é compatível com uma diminuição significativa da população humana. O florescimento da vida não-humana requer tal diminuição;

- mudanças significativas para melhor nas condições de vida requerem mudanças políticas. Estas afetam estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas;
- A mudança ideológica é principalmente no sentido de apreciar a qualidade de vida em lugar de aderir a um alto padrão de vida. Deve haver uma consciência profunda da diferença entre quantidade e qualidade;
- aqueles que concordam com os pontos precedentes têm obrigação direta ou indireta de contribuir na tentativa de implementar as mudanças necessárias à saúde do planeta.

Portanto, a ecologia profunda, conforme descreve Capra (1982, p. 402), apoia-se na ciência moderna e na abordagem sistêmica, fundamentando-se, basicamente, “numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudança e transformação”.

Sendo assim, neste momento, faz-se necessário apresentar algumas distinções entre ecologia profunda e ecologia superficial - que, ao que nos parece, representa a ótica sob a qual as questões ambientais vem sendo tratadas atualmente, notadamente por empresários.

Ferry (1994), esclarece as diferenças existentes entre a ecologia profunda e a superficial, atribuindo a esta última a proposta de simplesmente organizar o sistema e não de substituí-lo por outro, ou seja, a manutenção do *status quo* incentivada pela busca atual de uma qualidade de vida superior. Enquanto que a ecologia profunda, por outro lado, incorpora a negação absoluta do projeto civilizatório atual, optando por colocar a biosfera antes e acima do ser humano e, desta forma, sugerindo uma atitude ecocêntrica, sem no entanto, reduzir o ser humano a um nível inferior de importância. Trata-se apenas de compartilhar a centralidade com todos os outros seres vivos.

Capra (1982) propõe que uma nova perspectiva para a realidade ocorrerá sob a visão ecológica, indo além da superficialidade que acompanha a busca de soluções imediatas para a proteção ambiental. Enfatizando tal afirmação, que objetiva um significado mais profundo de ecologia, o autor relata que filósofos e cientistas perceberam a necessidade de diferenciar a “ecologia profunda” da “ecologia superficial”. O autor explica que, enquanto a ecologia superficial destina-se a controlar e administrar de maneira mais eficiente os recursos presentes no meio ambiente natural em prol da satisfação das necessidades humanas; a ecologia profunda pressupõe uma verdadeira revolução na percepção que temos do papel dos seres humanos no ecossistema terrestre.

Ou seja, a ecologia profunda valoriza todos os seres vivos, sua importância e particularidades, atribuindo ao ser humano uma posição nem superior, nem inferior aos

demaís organismos e sim, parte integrante de uma rede de relações interdependentes chamada vida.

A ecologia profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialistas. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte (CAPRA, 1996, p. 26).

Toda e qualquer discussão e questionamento sobre os valores que regem nosso modo de vida apresenta-se como base para a compreensão do real significado da ecologia profunda. A ecologia profunda baseia-se em valores que vão muito além da materialidade e racionalidade do antropocentrismo, ainda hoje, norteador de nossa cultura; é regida pela valorização da vida, não só humana, mas de toda e qualquer vida, compreendendo nosso planeta como uma grande teia de relações presente no universo.

Essa nova proposta de compreender o mundo e sua interdependência, essa “ética ecológica”, se faz urgente nos dias atuais, uma vez que, ressalta Capra (1996), grande parte das conquistas científicas não atuam no sentido de promover ou mesmo preservar a vida mas, acabam servindo como ferramentas para a destruição da vida. Exemplos desoladores dessa afirmação, conforme o autor, são os armamentos desenvolvidos por físicos, que representam grande ameaça à vida no planeta; os químicos, que indiscriminadamente contaminam o meio ambiente; biólogos que põe à solta tipos desconhecidos de microrganismos sem mensurar as possíveis conseqüências; cientistas torturando animais em nome do desenvolvimento da ciência. Enfim, com todas essas demonstrações explícitas de indiferença, frente à inquestionável necessidade de manutenção da vida no planeta, a introdução de padrões eticamente condizentes com a preservação ecológica - não só na ciência, mas em todos os aspectos que envolvem nossa relação com o meio ambiente natural e mesmo entre nós, seres humanos - se faz urgente.

A ecologia profunda exige uma transformação muito maior na sociedade do que simplesmente a opção por formas alternativas de energia, reflorestamento de áreas desmatadas, separação e reciclagem de lixo, purificação das águas, proteção de animais praticamente extintos ou engajamento em movimentos de proteção ao meio ambiente. A ecologia profunda clama por uma substituição dos valores da sociedade industrial contemporânea pautados no consumo e no aumento da produção por outros mais compatíveis com a real preservação ecológica do planeta, ou seja, valores norteados por uma ética ecológica.

Logo, enfatiza Layrargues (1998), a ecologia profunda representa a compilação da percepção da crise ecológica com a reflexão crítica sobre a sociedade industrial, que preconiza a aquisição e a competição como propulsores para o aperfeiçoamento da sociedade e desemboca, enfim no atual dilema civilizacional. Assumindo o desafio de transformar o *status quo*, reivindicando mudanças radicais nos paradigmas que servem de base para essa civilização predatória-perdulária, que somente contrapondo-se à natureza é que consegue reconhecer sua própria identidade.

Propostas apresentadas por diferentes óticas, ditas ambientalistas, incluindo nesta categoria o setor empresarial que levanta a bandeira verde, acabam por confundir e desviar as atenções do verdadeiro centro da problemática ambiental – que supera a mudança nos processos administrativos-produtivos, o tratamento dos resíduos da produção etc – ou seja, que critica, acima de tudo, o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial, defensor do crescimento econômico, da elevação do grau de consumo (no caso, de produtos “ecologicamente corretos”) como resposta para todos os problemas da civilização, esquecendo-se de que estes tem grande participação no processo atual de degradação do planeta.

Sendo assim, ressalta Layrargues (1998), a ecologia profunda nos apresenta a ética ecológica, algo que existe muito antes da economia, muito antes dos mercados, antes mesmo da existência humana. Precisamos incorporar na sociedade valores éticos que possibilitem a nós seres humanos nos realizar não mais em torno de nossa individualidade, focada na vida privada, na aquisição e na competição. Precisamos transcender esse egoísmo antropocêntrico que guia a maioria de nossas atitudes, essa avidez capitalista que assumiu uma importância perigosa em nossas vidas, a fim de construirmos um caminho mais seguro rumo ao futuro, caminho este que exige um relacionamento de maior respeito e integração com o planeta e todo o sistema vivo (do qual somos parte) que o faz existir.

Portanto, enquanto o ponto de vista da ecologia superficial está baseado numa proposta reformista - que não questiona o *modus operandi* da sociedade industrial contemporânea nem tampouco percebe a necessidade de uma mudança nos valores que ditam seus pensamentos e ações; para a ecologia profunda, a resposta à crise ecológica é muito mais abrangente e exige uma revolução em escala planetária. É justamente neste ponto, assinala Layrargues (1998) que percebe-se a ligação com as racionalidades econômica e ecológica: sendo uma proposta revolucionária, a ecologia profunda aproxima-se da racionalidade ecológica, pela mesma razão que ecologia superficial aproxima-se da racionalidade

econômica. É através dessa distinção, que a compreensão da problemática que envolve o ambientalismo se torna possível.

A ecologia profunda representaria, como destaca Ferry (1994, p.110), uma revalorização do Cosmo, reafirmando sua grandiosidade e, de certa maneira, superioridade, em relação à humanidade, “visto que constitui, na hierarquia dos seres, a condição primeira: a natureza pode passar sem o homem, mas não o inverso”.

5.5 Ecologia profunda no contexto empresarial

Tendo visto os fatores que vem sendo apontados pelos autores como predominantes na inserção do setor empresarial na “onda verde”, percebemos que em momento algum se mencionou, como motivação primordial para a escolha deste caminho mais “ecologicamente correto”, a real conscientização da necessidade de preservação do planeta. Terá sido esquecimento por parte destes autores ou ela realmente não existe?

Layrargues (2000, p. 82) enfatiza:

Coerentemente apresentado, o discurso empresarial verde anuncia uma mudança do rumo proposto em relação ao estilo de desenvolvimento convencional, contornando a omissão das empresas num recente passado extremamente poluidor. Sensibilizadas com a questão ambiental e sinalizando o início de um processo de transição ideológica, teriam agregado os princípios ecológicos ao modus operandi da produção industrial, marcando o início de uma nova fase, baseada nos critérios da sustentabilidade ambiental.

Em um amplo estudo, Layrargues (1998), em quem baseamos fortemente esta parte da análise, não vacila ao informar que estamos diante de uma grande dúvida: qual seria o verdadeiro motivo que despertou o interesse do empresariado em adquirir uma postura ecologicamente correta? A racionalidade ecológica em função da conscientização da grave crise ambiental que estamos vivenciando – focada na transição ideológica – ou a racionalidade econômica, estimulada pela possibilidade de manter e ao mesmo tempo fortalecer as forças de mercado a fim de estas continuarem sua função de reguladoras da sociedade – caracterizando-se, neste caso, como uma apropriação ideológica?

Poderíamos então questionar se logo o setor empresarial, que desde os primeiros debates envolvendo a questão da preservação ecológica sempre foi considerado o maior responsável pela degradação ambiental, estaria transcendendo seus interesses mais fundamentais como a lucratividade acima de tudo, o incentivo ao consumo etc, em prol da melhoria das condições ambientais do planeta. Ou toda essa demonstração de reconhecimento da necessidade de manter a natureza saudável, seria, como defende Layrargues (1998), uma

apropriação ideológica do discurso ambientalista clássico, com a intenção de manipular e controlar a opinião pública e apenas passar a imagem de que o setor empresarial aderiu à causa ecológica e abandonou definitivamente o comportamento predatório e danoso ao meio ambiente?

Paira no ar a insistente dúvida: será que as empresas finalmente estão dispostas a sacrificar parte de seus princípios capitalistas básicos de sobrevivência, e estão optando por um caminho menos egoísta e mais consciente para com a necessidade da coletividade de habitar um planeta no qual seja possível a qualquer pessoa desfrutar de ar puro para respirar, água limpa para beber, uma bela paisagem natural para contemplar, necessidades essas que não tem preço e que não podem ser vendidas em *shopping centers*?

Layrargues (1998) aponta que enquanto a racionalidade econômica interpreta o que estamos vivendo hoje como uma mera crise ambiental, a racionalidade ecológica entende esta como uma crise muito mais profunda e abrangente, uma crise civilizacional.

Assim sendo, a questão que envolve os problemas ambientais da atualidade vai além da simples constatação de que o meio ambiente está em crise e é justamente neste ponto, que se encaixa a racionalidade ecológica, fazendo uma crítica radical às necessidades impostas pela expansão do capital, que explora os recursos naturais em nome da acumulação sem se preocupar com as conseqüências para o planeta. A racionalidade ecológica insiste na necessidade de uma transformação radical da sociedade, na qual a manutenção do equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, a qualidade da vida na Terra estejam à frente dos interesses de produção e obtenção de lucro.

Sob esta perspectiva, a racionalidade ecológica transcende a idéia de meio ambiente como mais uma variável de mercado, no qual basta implantar estratégias que viabilizem um desenvolvimento dito “sustentável” que todos os problemas estarão resolvidos. Sob a ótica da racionalidade ecológica, o que está em questão é a forma de pensar e viver no planeta, que considera necessária a ocorrência de uma verdadeira transformação política, social e cultural capaz de repensar os objetivos do desenvolvimento, mudar os rumos da produção, -enfim, superar o caráter destrutivo da relação homem-natureza.

Por outro lado, a racionalidade econômica, fortemente arraigada no discurso do ecologismo superficial, considera o livre mercado como fator de maior relevância e único capaz de reverter o atual caos em que a sociedade industrial contemporânea está mergulhada. Esta idéia baseia-se fortemente na crença de que somente um mercado forte e competitivo, agindo sem os limites impostos pelas regulamentações governamentais e “ecologicamente

conscientizado” será capaz trazer a prosperidade e o desenvolvimento necessários para que a sociedade supere a crise ambiental e alcance a sustentabilidade.

Como exemplo de racionalidade econômica, podemos citar MAGALHÃES (1984), que em seu discurso bastante extremo e assumidamente desprovido de qualquer consideração em relação aos limites do planeta ou mesmo em relação ao futuro do ser humano, de maneira exaltada revela:

Como o homem, para se expandir, altera o equilíbrio ecológico “natural”, decorre que quanto mais avanço e bem-estar são conquistados, mais é preciso “processar” a natureza. Assim, não há como esconder a faceta, anti-humanitária mesmo, dos movimentos indiscriminadamente defensores da ecologia, anti-consumistas, que mal disfarçam uma nostalgia bestial pela época pré-histórica. Não há por que retrocedermos historicamente: o homem conquistará cada metro quadrado útil do planeta e depois irá ao espaço. Em nossa escala, para minimizar os efeitos depressivos do capitalismo, é preciso ser anti-ecológico, inclusive é preciso exaurir todas as reservas de energia conhecidas o mais rápido possível, pois só assim serão gerados recursos para descobrir novas fontes de energia, necessárias para nossa expansão (p. 25).

Obviamente que se trata de uma demonstração máxima de racionalidade econômica, por essa razão, há que se considerar que atualmente, muitas empresas, ainda que preservando esta racionalidade, não chegam a este ponto extremo de descaso e, à sua maneira, preservando, é claro, seus interesses de mercado, tentam minimizar os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente. Atitude essa, nem um pouco suficiente para garantir um planeta sadio a longo prazo para as próximas gerações.

Dentro da abordagem da racionalidade econômica, também podemos citar Panayotou (1994) que acredita que a alternativa não está em eliminar a degradação ambiental por completo, e sim, mantê-la em um nível que permita à sociedade o alcance de seus objetivos e a manutenção de suas atividades econômicas, urbanas etc. Esse discurso fica bastante claro na afirmação do autor:

Quando a degradação ambiental é vista no contexto dos objetivos de desenvolvimento da sociedade, nem todo o desmatamento, erosão do solo ou poluição da água merecem ser prevenidos. É necessário e até benéfico que haja algum desflorestamento quando a terra dessa floresta passa a ter um uso superior, que pode ser agrícola, industrial ou residencial. Desde que todos os custos, inclusive aqueles oriundos da diminuição de quantidade e qualidade, e perda de diversidade de florestas, tenham sido contabilizados; desde que, ao mesmo tempo, a produtividade e a sustentabilidade dos usos alternativos tenham sido considerados com a devida margem de erro; desde que os efeitos colaterais dessa conversão da floresta tenham sido pagos por aqueles que os geraram, então sim, o desflorestamento deve ser aceitável. (PANAYOTOU, 1994, p.19)

A partir desta manifestação de total desprezo à importância de um meio ambiente saudável para a permanência de toda e qualquer espécie no planeta, percebe-se como é longo e árduo o caminho da conscientização ecológica. Difícil é saber se temos muito tempo restante para mudar de rumo e assumir uma postura menos criminosa, expressão que nos ocorre após as duas citações anteriores. Nada justifica subjugar a natureza à função de mera fonte inesgotável de recursos. Qualquer tipo de desenvolvimento que de alguma forma não esteja harmonizado com o ciclo natural do planeta, que não considere o cuidado com o sistema vivo que o integra, deve ser questionado pois, cedo ou tarde, a natureza cobrará essa atitude e responderá a altura (como lentamente já está fazendo) o descaso humano para com a sua preservação.

Como pode ser possível contabilizar a biodiversidade de uma floresta? Teias de vida interdependentes que se desenvolvem por milhares de anos? O que sabemos sobre a vida para chegarmos ao pé de uma árvore com mais de quatrocentos anos e com algumas análises e fórmulas, atribuímos um valor monetário que expresse a importância deste ser vivo para a sociedade? Será que é tão simples assim? E todo o sistema vivo que se forma em torno desta árvore (imagine de uma floresta!), várias espécies que estabelecem relações vitais, será que isso tem preço? Pode ser negociado? E o oxigênio liberado pelas folhas das árvores, oxigênio essencial também para nós seres humanos, podemos contabilizar isso? Será que temos o direito de interferir assim no ciclo natural da vida em nome da industrialização, da obtenção de lucros que como uma bola de neve gerarão a necessidade de mais lucros e, conseqüentemente mais destruição?

Indo ao encontro desta idéia Callenbach (1995, p. 47), aponta a dificuldade que se incorre ao tentar monetizar os impactos ecológicos pois, a maioria deles “não é passível de quantificação exata, visto que eles afetam a qualidade de vida – humana e não-humana – que é basicamente determinada por juízos de valor [...]”.

Ou seja, diversos impactos ao meio ambiente são intangíveis, sem possibilidade de valoração econômica e quantitativa, como por exemplo, a perda do patrimônio cultural, “a extinção de espécies animais, da destruição de monumentos arqueológicos, sofrimentos provocados por doenças contraídas em razão do processo econômico, etc” (BUARQUE, 1990, p. 129).

Segundo Buarque (1990, p. 121), portanto, “o custo ecológico é mais do que econômico. Ele é humanista, e não há como incorporá-lo por métodos de maximização individual de cada agente econômico”.

Neste ponto encontra-se um empecilho para a análise monetária do meio ambiente e também para as ações ambientais empresariais. Ou, como explica Callenbach (1995), sendo a preocupação básica da gestão administrativa equiparar valores a preços, a ênfase nos últimos, principalmente em relação ao meio ambiente, perpetua a tensão entre quantidade (que é mensurável e objetiva) e qualidade (representada por valores nem sempre monetizáveis).

É também o que propõe Acsehrad (1998), quando lembra que os danos ambientais não são facilmente monetizáveis e portanto, geralmente não há com se comparar os custos sociais e privados pois, a defasagem entre eles é antes de tudo de qualidade e não de quantidade.

O que acontece é que a maioria dos economistas e administradores, de acordo com Hutchison (2000, p.27), “ignora completamente a crise ambiental, ou, coloca sua fé na capacidade infinita da criatividade humana, na engenhosidade e na inovação tecnológica para a superação de todos os potenciais obstáculos que poderiam surgir de uma mudança ambiental drástica.”

Dentro da racionalidade econômica, a natureza é superficialmente vista como fornecedora auto-renovável de recursos, que como afirma Hutchison (2000), tem o poder de impulsionar a produção competitiva e a capacidade ilimitada para absorver e transformar os resíduos de uma economia em crescimento contínuo.

A racionalidade ecológica vem justamente no sentido de superar esse pensamento capitalista-produtivista, no qual a acumulação e a competição são impostos como aspectos libertadores da sociedade, e propor uma alternativa mais equilibrada para lidar com a natureza e suas limitações. Isso não significa em momento algum, ressalta Layrargues (1998), que a natureza passe a regular por completo a vida da sociedade, e sim, que se alcance um justo equilíbrio entre as forças sociais onde a prudência ecológica tenha o poder de evitar que a racionalidade econômica atrepele as limitações ecossistêmicas de resistência dos sistemas naturais.

O pensamento de KURZ (2000)¹¹ vai ao encontro desta idéia,

¹¹ KURZ, R. A capitulação final dos ambientalistas. **Robert Kurz Homepage**, 2000. Disponível em: <<http://planeta.clix.pt/obeco/rkurz81.htm>>. Acesso em 20 mar. 2002.

as alternativas sociais ‘escolherão’ –antigos e novos potenciais do conhecimento natural segundo seus próprios pontos de vista, e em parte deixarão de lado a herança do capitalismo, em parte a transformarão (...) sem nunca retroceder a um passado qualquer ou mesmo a uma ‘origem’ fantasmagórica.

Não existe qualquer dúvida de que uma gestão mais coletiva, responsável e harmônica na orientação das ciências e técnicas utilizadas pela sociedade se faz urgentemente necessária. Não podemos deixar que nossos caminhos sejam essencialmente guiados pela obtenção de lucro e riquezas materiais. No entanto, Guattari (1997, p.24) concorda com os autores mencionados anteriormente quando declara que “certamente seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver. Jamais o trabalho humano ou o habitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas (...)”. O autor defende que precisamos encontrar uma maneira de reorientar a situação na qual nos encontramos hoje sem, no entanto, negar que o desenvolvimento tecnológico, urbano etc existe, e constitui um fato irreversível. “De uma certa maneira, temos que admitir que será preciso lidar com esse estado de fato. Mas esse lidar implica uma recomposição dos objetivos e dos métodos do conjunto do movimento social na *condições de hoje*” (GUATTARI, 1997, p.25, grifo do autor).

Boff (2000) avança nesta discussão, acrescentando que precisamos modificar nosso tipo de desenvolvimento de forma que este seja compatível com a preservação da natureza. O autor sustenta que:

Não existe desenvolvimento em si, mas sim uma sociedade que opta pelo desenvolvimento que quer e que precisa. (...) Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente (BOFF, p.137, 2000).

Os fatores apontados anteriormente levam a crer que não está havendo uma mudança profunda no que concerne ao verdadeiro respeito à natureza e a construção de uma ética ecológica. Layrargues (1998) expõe que hoje, o setor empresarial, para ser aceito por uma sociedade mais exigente e de certa forma mais informada a respeito dos problemas ambientais, apropriou-se do discurso ambientalista e metamorfoseou sua postura, maquiando-a de “verde”, a fim de demonstrar uma real conscientização para com o meio ambiente, quando na verdade não é esta a realidade que opera.

Layrargues fundamenta este posicionamento sustentando:

O discurso empresarial verde continua coerente com o discurso empresarial clássico: a proposta de redução do consumo, como uma das principais estratégias que compõe o ideário ambientalista clássico, o ecologismo profundo, encontra-se absolutamente ausente em todos os discursos registrados. [...] A ideologia do consumismo foi totalmente preservada de críticas, assim como o mercado recebeu implicitamente os maiores elogios possíveis pela sua capacidade de enfrentamento da crise ambiental da atualidade. O discurso empresarial verde apresenta-se, portanto, em bases contraditórias para com os princípios da racionalidade ecológica, que deveriam manifestar-se a partir da ecologia profunda (1998, p.208-9).

Nesta medida, “o denominador comum do ‘antes’ para o ‘depois’ continua sendo o individualismo, o mercado, a competição, o consumismo, a produtividade máxima, ou seja, aqueles mesmos valores questionados originalmente pelo ambientalismo radical” (LAYRARGUES, 2000, p. 87).

O falso discurso ecológico e a preocupação exclusiva em manter o espaço no mercado e os altos níveis de produção, evidenciam-se, confirmando a ideia de Layrargues, através de exemplos citados por Schmidheiny (1992) o qual, vangloria a eficácia de ações empresariais em países desenvolvidos que conseguiram, apesar da redução no consumo de energia e matérias-primas dobrar sua produção (no caso de indústrias químicas a partir de 1970); e aumenta-la em duas vezes e meia (no caso de indústrias japonesas entre os anos de 1965 e 1985).

Assim, Layrargues (1998) acredita que a racionalidade ecológica encontra dificuldades para difundir sua lógica, pois é percebida como uma ameaça à manutenção e reprodução do sistema da racionalidade econômica pois se trata de uma crítica à ideologia dominante. Por essa razão, o ecologismo é entendido como o utópico¹², pois, tem um forte caráter contestador que procura desmascarar a ordem estabelecida, apontando onde estão as contradições que maquiavam os interesses dominantes.

Desta forma, fica evidente que o que está acontecendo nas empresas, entusiasmadas com os potenciais mercadológicos oferecidos pela “onda verde”, nada mais é do que uma reciclagem de ideias empresariais antigas, uma verdadeira apropriação da ideia clássica de preservação ambiental, que em nenhum momento pretende se desprender dos interesses econômicos e voltar suas atitudes para a construção de uma ótica empresarial mais consciente dos limites impostos pela natureza. Pelo contrário, Layrargues observa que:

O setor empresarial ter-se-ia inserido no ambientalismo movido pela adequação à nova realidade e, para não perder o espaço competitivo pelo mercado, a solução foi

¹² Utilizaremos aqui uma definição limitada, definida por Mannheim (1976, p. 216), na qual utópica é a orientação que distinguindo-se da realidade, tende a enfraquecer, parcial ou completamente, a ordem de coisas que prevaleça no momento.

assumir os critérios de sustentabilidade ambiental, mas cuja atitude operacional ocorreria através da ecologia superficial [...] não estaria ocorrendo, como inicialmente sugerido, uma transição da racionalidade econômica para a racionalidade ecológica (LAYRARGUES, p.64, 1998).

Defendendo valores econômicos em vez da sensibilização ecológica, o discurso empresarial verde objetiva a conservação do *status quo*, a preservação da sociedade industrializada e de superconsumo (agora voltado a produtos “verdes”) e manutenção do livre mercado. Preserva-se aqui os princípios básicos da selvageria capitalista com uma nova roupagem, pronta a perpetuar sua hegemonia destrutiva e negando qualquer possibilidade de transformação dos valores da sociedade industrial, alternativa que se apresenta como única para a conservação da vida no planeta a longo prazo.

Layrargues (1998) sustenta que a ênfase ambiental no discurso empresarial se apropria da proposta ecologista em mudar os rumos da sociedade, não ocorrendo neste caso, a substituição da racionalidade econômica pela racionalidade ecológica. A intenção reside apenas em fazer com que a sociedade acredite que o setor empresarial está tornando real o sonho ecologista através da mudança nos valores que baseiam a ideologia da sociedade de consumo. Neste caso, prossegue o autor, não ocorre de forma alguma uma dissolução das forças de mercado, e sim, seu fortalecimento. Com uma nova face, a essência permanece a mesma, ou seja, continua mantida a lógica operacional da livre-iniciativa e da competição ávida por novas oportunidades de lucro, renovada pelas potencialidades desta nova possibilidade de mercado, o mercado-verde.

Dessa forma, fica relativamente fácil verificar que as empresas não estão mais ecologicamente conscientes, a motivação para a inserção do empresariado na “onda verde” foi de origem puramente econômica, uma simples adaptação às mudanças no mercado que demanda produtos “ecologicamente” fabricados e também a necessidade de preservar a natureza pelo menos um pouco para que as empresas possam continuar a exercer suas atividades (autopreservação). Assim, as empresas continuam a atuar sob o jugo da racionalidade econômica, que pouca relação tem com a preservação ambiental.

Layrargues alerta,

Retirando da pauta de discussão justamente a crítica ao modelo de desenvolvimento convencional predatório-perdulário da sociedade industrial, e substituindo-a pela valorização do mito tecnológico, o ambientalismo empresarial não veio somar esforços ao ecologismo e sim desestruturar seu núcleo estrutural. Enquanto o ecologismo superficial vê nos paradigmas da sociedade industrial de consumo a solução da atual crise ambiental, o ecologismo profundo vê justamente o problema (LAYRARGUES, 1998, p.220).

O perigo da crença cega de que o modelo de desenvolvimento neoliberal teria o poder de reverter a situação atual de crise, reside no fato de assim estarmos desviando o foco da crítica ao modelo civilizatório, da necessidade repensar os valores da sociedade e partir para uma mudança mais profunda e significativa capaz de proporcionar qualidade de vida num planeta saudável.

Neste sentido, uma outra abordagem é definida por Santos e Höeffel (1999). Ainda que utilizando diferente nomenclatura, estes autores, assim como Layrargues, entendem que há duas perspectivas pelas quais pode-se abordar a postura empresarial frente a problemática ambiental: uma basicamente técnica e outra partindo de uma perspectiva sistêmica. A primeira acredita que a reformulação dos processos produtivos (a introdução de novas tecnologias, legislação apropriada e sistemas de controle) é a resposta para a crise ambiental, sem no entanto, aprofundar o debate sobre o modelo civilizatório adotado pela sociedade industrial contemporânea. Por outro lado, a abordagem sistêmica defende que a solução da crise ambiental atual depende de uma grande mudança na estrutura e nos valores da sociedade moderna que, conseqüentemente ocasionará a introdução de novas tecnologias, sendo estas desenvolvidas a partir de uma nova relação homem/natureza, que considera entre outros elementos o padrão de consumo exagerado e prejudicial, característica acentuada de algumas sociedades. Os autores salientam que a grande maioria das propostas de gestão ambiental tem sido construídas dentro da primeira perspectiva, ou seja, a técnica.

Sendo assim, Layrargues conclui:

Neste tocante, percebe-se que o discurso empresarial verde continua coerente com o discurso empresarial clássico: a proposta de redução do consumo, como uma das principais estratégias que compõe o ideário ambientalista clássico, o ecologismo profundo, encontra-se absolutamente ausente em todos os discursos registrados. Em nenhum momento de suas falas, ocorreram menções quanto à crítica ao estilo de vida da sociedade industrial de consumo. A ecologia do consumismo foi totalmente preservada de críticas, assim como o mercado recebeu implicitamente os maiores elogios possíveis pela sua capacidade de enfrentamento da crise ambiental da atualidade (LAYRARGUES, 1998, p. 208-209).

Não necessariamente baseado nesta questão, mas o fato é que o Instituto Elmwood¹³ buscou diferenciar dois tipos de administração preocupadas com a questão ambiental.

Tendo como ponto de partida a idéia de um novo paradigma, de uma nova visão de mundo a partir de uma perspectiva sistêmica e integrada, Callenbach et al (1995), membros

¹³ Instituição educacional, formada por uma rede internacional de pensadores e ativistas, dedicada a promover a instrução básica em ecologia.

do Instituto Elmwood, apresentam em seu Programa de Gerenciamento Ecológico a administração ambiental e a administração (ou gerenciamento) ecológica (o).

Os autores declaram que do modo como é entendido pelo Elmwood, o gerenciamento ecológico está baseado numa filosofia na qual a compreensão de que o impacto ecológico das atividades empresariais não será minimizado enquanto a empresa não modificar radicalmente sua cultura, ou seja, enquanto não houver uma mudança de paradigma.

Desta forma, propõem uma diferenciação entre a administração ambiental, que seria a postura defensiva e reativa adotada pelas empresas baseada no ambientalismo superficial, enquanto o gerenciamento ecológico, em sentido mais amplo, corresponderia a uma abordagem ativa e criativa, fundamentando-se na aplicação específica dos pressupostos da ecologia profunda. Ou seja, o que o Instituto defende, é que, através da absorção por parte das empresas de práticas gerenciais que seguem o conceito de gerenciamento ecológico, estas estariam indo ao encontro das idéias fundamentais da ecologia profunda.

Sendo assim, os autores, a partir da distinção entre ambientalismo superficial e ecologia profunda cunhada por Arne Naess tentam estabelecer um paralelo com seus conceitos de administração ambiental e ecológica através algumas características básicas, apresentadas a seguir.

⇒ O ambientalismo superficial está de acordo com o paradigma mecanicista dominante; já a ecologia profunda pressupõe uma mudança na maneira como percebemos o mundo, defendendo uma visão holística e sistêmica.

As práticas administrativas ambientais, apesar de representarem um avanço na forma como as empresas lidam com a natureza, tendem a reforçar o *status quo* pois são incapazes de fornecer algum tipo de solução para problemas ambientais críticos e urgentes não abrangidos pelas medidas governamentais de preservação, além de nem sequer questionar o paradigma empresarial dominante.

O gerenciamento ecológico, proposto por Callenbach et al (1995), pressupõem a mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, ou seja, a visão do mundo como uma grande máquina é substituída pelo entendimento do mundo como um sistema vivo, como uma grande e vasta teia de relações. Essa mudança se dá em todos os aspectos, ou seja, muda a maneira de enxergarmos a natureza, o organismo humano, muda a forma de entendermos a sociedade e, portanto, é modificada também a nossa percepção das organizações empresariais. Afinal, as empresas também podem ser caracterizadas como sistemas vivos, e por essa razão, sua compreensão não é possível apenas sob o prisma econômico. Sendo a empresa um sistema vivo, sua administração deve ser condizente com

essa estrutura, que deve ser influenciada pela transmissão de orientações e emissão de impulsos ao meio. Estilo este conhecido como administração sistêmica.

⇒ O ambientalismo superficial gira em torno do antropocentrismo: vê nos humanos a origem de todo o valor e relega à natureza apenas um valor de uso. Por outro lado, a ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e entende os humanos simplesmente como mais uma parte do sistema que compõe a teia da vida.

A administração ambiental propõe solucionar os problemas ambientais na medida em que esta ação venha beneficiar a imagem da empresa no mercado, sem qualquer tipo de ética. O gerenciamento ecológico, no entanto, parte de uma transformação nos valores da cultura empresarial, e tem como principal motivação a ética ecológica e a garantia da qualidade de vida para as futuras gerações.

Hoje, o ambientalismo superficial se utiliza da “lavagem verde”, meio através do qual muitas empresas, com o objetivo de favorecer sua imagem perante a opinião pública, maquiagem mudanças na relação que possuem com o meio ambiente e investem grandes somas em marketing para promover a idéia de que “tingiram de verde” seus processos de produção, suas instalações e as condições nas quais seus funcionários trabalham. Tais atitudes muitas vezes indicam que a empresa prefere ignorar as mudanças ecológicas possíveis. Além disso, a escolha por projetos de reciclagem ou de eficiência energética, apesar de sua importância, favorece a comodidade dos gestores, impedindo muitas vezes que seja feita uma reavaliação fundamental de produtos e processos de produção, caminho pelo qual devem seguir todas aquelas empresas que realmente desejam preservar o meio ambiente.

⇒ O ambientalismo superficial acata a ideologia do crescimento econômico. A ecologia profunda, diferentemente, substitui esta ideologia que louva o crescimento econômico irrestrito por uma idéia de sustentabilidade ecológica.

A administração ambiental não tem a preocupação de questionar a busca do crescimento econômico acima de tudo - principal impulsionador das políticas econômicas atuais e, também, grande colaborador da degradação do meio ambiente global. Superar essa ideologia de crescimento econômico irrestrito não significa negar crescimento em si, e sim rejeitar a avidez que impulsiona a acumulação material ilimitada. Administrar ecologicamente significa reconhecer que o crescimento econômico ilimitado num planeta com recursos limitados tende a ocasionar um colapso. Portanto, restringe-se o conceito de crescimento, introduzindo-se um limite através da sustentabilidade ecológica para servir de base a todas as atividades empresariais. A administração ecológica necessita de mudanças na cultura

organizacional e será bem sucedida somente se o paradigma ecológico fundado nos valores da ecologia profunda for absorvido pela cultura organizacional.

No entanto, aplicar o conceito de ecologia profunda no setor empresarial através da administração ecológica é tarefa muito difícil, afinal, o interesse econômico de aumento da produtividade e acumulação material, força motriz do sistema capitalista de produção rege as organizações de tal forma que autores como Schmidheiny (1992) chegam a advogar que a melhor forma de se atingir o desenvolvimento sustentável é atribuir ao mercado as “rédeas da situação”, obviamente com o intuito de manter o *status quo* do sistema vigente.

Sendo assim, não podemos esperar que o setor empresarial/industrial abra os caminhos para a sustentabilidade que nossa sociedade precisa.

Nóbrega (1995) julga que a própria ótica pela qual o setor empresarial e também sociedade industrial enxerga o mundo, na qual predomina a lógica competitiva do mercado, as estruturas hierárquicas de poder, a inexistência de ética no capital, representam um grande entrave à evolução da ética ecológica. O autor acredita que tudo indica o predomínio da ecologia superficial na base ideológica predominante da sociedade.

Seguindo esta idéia, Capra (1982) salienta que atualmente não existe nenhum tipo de rede conceitual ou institucional, que abrigue a elaboração do novo paradigma, no entanto os pontos principais de tal rede encontram-se em desenvolvimento por muitos indivíduos, comunidades e organizações que estão desenhando novas formas de compreensão do mundo que seguem a mesma direção da ecologia profunda.

Entendemos que, por melhor que seja a intenção do Instituto em expor a aplicação prática do conceito de ecologia profunda especificamente às empresas, o fato de que o gerenciamento ecológico é um estilo de administração que vem a questionar o modelo de crescimento econômico e por conseguinte nosso modelo de sociedade, incompatível com os objetivos do setor empresarial.

Penna (1999) concorda com essa idéia ao afirmar:

A verdade é que, provavelmente nunca alcançaremos, em escala global, a sustentabilidade do atual padrão de consumo de nossa civilização. Como falar em desenvolvimento sustentável em um mundo que expandiu sua economia em quase seis vezes desde 1950, e que, somente ao longo desta década, acrescentará um bilhão de pessoas ao seu contingente populacional? Com uma produção anual de US\$ 20 trilhões de 1985, a economia global gerou, em apenas 17 dias, o que levou um ano inteiro para ser produzido em 1900. Em menos de dois meses e meio de 1990, a produção foi igual à dos 12 meses de 1950! (PENNA, 1999, p.139-141).

As empresas, como as conhecemos hoje só sabem sobreviver neste modelo de sociedade e, portanto, o setor se propõe a cuidar do ambiente dentro de certos limites que não ameacem o seu mercado, o que não inclui questionar o modelo da sociedade industrial contemporânea.

Desta forma, acreditamos haver um limite bastante claro para a atuação das empresas em termos de preservação do meio ambiente, na medida em que estas empresas sabem trabalhar muito bem com o quantitativo, o monetizável, com aquilo que pode ser objeto de uma relação de troca. Por outro lado, o qualitativo, não é o “forte” do setor empresarial até porque, nem tudo pode ser reduzido a um determinado preço, nem tudo possui um valor de troca. Sendo assim, o mercado, em sua “atuação verde” possui um limite estrutural, imposto pelo próprio sistema, para a preservação do meio ambiente. O “ótimo” para o mercado, portanto, ainda não é suficiente para a sustentabilidade do planeta.

6 A SOCIEDADE DE CONSUMO EM MASSA E TAXA DE UTILIDADE DOS PRODUTOS

Apesar de todas as conquistas tecno-científicas atribuídas à sociedade industrial contemporânea, o contexto mundial atual nos leva a crer que em termos de “sustentabilidade” das práticas adotadas, consciência e respeito ao planeta, estamos muito longe do que poderíamos caracterizar como ideal para a preservação e continuidade da vida na Terra. Já não representa novidade alguma afirmar que nossos padrões de produção e consumo são no mínimo inviáveis (em se tratando de preservação ecológica). Capra (p. 21, 1992) defende que “a superpopulação, a tecnologia industrial têm contribuído de várias maneiras para uma grave deterioração do meio ambiente, do qual dependemos completamente”.

É, portanto, através do cuidado com a natureza que garantiremos nosso futuro, o futuro de nossos filhos, o futuro de nossa espécie capaz de tantas maravilhas – a música, a dança, a pintura, etc – e, ao mesmo tempo, algoz de sua própria sorte – poluição, violência, desmatamento, miséria, etc.

Hoje em dia não temos tempo para pensar, salienta Lorenz (1991), a correria dos tempos atuais não nos permite muitos momentos de reflexão. Assim, enquanto a maioria das pessoas se orgulha por “agir” em vez de “perder” tempo divagando, crimes contra a natureza e conseqüentemente, contra os próprios seres humanos, são praticados em toda a parte. Exemplo é a utilização maciça de produtos químicos em sua grande maioria tóxicos, para a eliminação de insetos na agricultura ou para a fabricação dos mais variados medicamentos (apenas aparentemente inofensivos, cujos efeitos a longo prazo são muitas vezes desconhecidos). Além disso, sofremos diariamente com os efeitos da poluição atmosférica, que preenche de cinza o céu das grandes cidades, nossa saúde também é ameaçada pela água e alimentos que ingerimos, muitas vezes contaminados por uma infinidade de produtos químicos tóxicos, transgênicos etc. Tristes exemplos como esse são comuns ao retratarmos a forma inescrupulosa e injusta como a sociedade lida com a natureza.

As pessoas que estão à frente das grandes empresas, dos governos, enfim, os chamados “líderes”, não se mostram capazes de perceber (ou não querem), que os caminhos escolhidos - muitas vezes impostos - para o desenvolvimento, terão conseqüências diretas e sombrias sobre o futuro das próximas gerações. Segundo Capra (1996), analisando a realidade sob uma ótica sistêmica, as únicas alternativas de desenvolvimento são as soluções “sustentáveis”, ou seja, de acordo com Brown (apud CAPRA, 1996) significa, satisfazer as necessidades de hoje sem diminuir as perspectivas das gerações que ainda estão por vir. Mas

podemos ir mais longe neste ponto e partir para o questionamento de quais são as reais necessidades do ser humano. Do que realmente precisamos para viver felizes e com saúde? Será que as nossas atuais necessidades estão em harmonia com o que é necessário para garantir a preservação do planeta e, em última instância, a nossa própria?

Neste capítulo do trabalho fundamentaremos melhor o porquê de sustentarmos a idéia de que a percepção da questão ambiental como mera variável econômico-mercadológica seja incapaz de preservar a vida no planeta a longo prazo. Isto é, deixar o futuro da humanidade nas mãos do mercado e não questionar o modo de vida da nossa sociedade não reverterá a relação destrutiva que estabelecemos com a natureza.

Acreditamos que apesar das novas práticas empresariais, ao menos teoricamente, encontrarem-se mais responsáveis para com o meio ambiente, guardando sua relevância dentro do atual modelo de sociedade em que vivemos, uma análise bem fundamentada e historicamente conseqüente da questão da ecologia e da preservação do planeta, deve ir além da discussão sobre a responsabilidade do setor empresarial, passando pelo modo com o qual o capitalismo opera a produção de mercadorias.

Nesse sentido, consideramos relevante trazer para o debate dois pontos básicos da sociedade contemporânea: o consumismo e a taxa de utilidade das mercadorias (representada pela teoria de valor de Marx), os quais, em nosso entendimento, representam aspectos fundamentais da incompatibilidade do sistema de produção vigente com a preservação do meio ambiente a longo prazo.

Marx (1985) explica que os artefatos surgem, originariamente, em sua forma natural, como valores de uso. Tornam-se, entretanto, mercadorias (no sentido mercantil) quando seu valor de uso passa a possuir uma manifestação diferenciada de sua forma natural, isto é, a do valor de troca, que apresenta-se quando da sua comparação com outro objeto diferenciado. Portanto, os artefatos possuem uma duplicidade inerente a sua natureza enquanto objetos de uso (valor de uso) e portadores de valor (valor de troca).

Entendemos, então, que o *valor de uso* refere-se às utilidades e qualidades intrínsecas de um determinado artefato ou bem, podendo ser teoricamente mensurado pela capacidade que ele tem de resolver problemas concretos das pessoas, das suas necessidades de preservação e reprodução como espécie e daquelas decorrentes destas duas, como moradia, alimentação, vestuário, educação etc.

O *valor de troca* representa aquela expressão em termos monetários, quantitativos de uma determinada mercadoria, no que ela contém de elementos fetichistas ou mágicos, que podem designar um determinado *status*, posição ou diferenciação social.

O problema está em que, a dimensão do valor de troca, cada vez mais desvincula-se do valor de uso. Em outras palavras, sob o modo capitalista de produção, o valor de uso subordina-se inteiramente ao valor de troca, de tal modo que, o que tem de fato relevância e é levado em conta para efeito da circulação e acumulação do capital é o valor de troca; “é a quantidade, portanto, que se impõe à qualidade; a economia à ecologia, o abstrato (o tempo de trabalho, a produtividade) ao concreto (as qualidades de cada produto)” (GONÇALVES, 1990, p. 115).

Esta realidade difere, e muito, do que acontecia no sistema produtivo artesanal da Idade Média, na qual, de acordo com Marx (apud MÉSZÁROS, 1989), o objetivo principal da produção era a subsistência do artesão, baseada no valor de uso. Em vista disso, a produção subordinava-se ao consumo, que expandia-se lentamente.

Ou seja, naquela época, a taxa de uso dos artefatos produzidos era alta, pois a produção era bastante limitada pela baixa demanda.

Um exemplo de como esta situação alterou-se ao longo do tempo pode ser vista em Gonçalves (1990):

Nas terras liberadas pela expulsão dos camponeses, passa-se a produzir não o que é mais adequado à composição físico-química-orgânica dos solo, mas aquilo que o mercado demanda. Se o produto é perecível, como o são a maior parte dos produtos agrícolas, há que se dar uma sobrevida ao valor de uso, pois se eles se deterioram deixam de ser comprados, perdendo assim o valor de troca. Daí a prática da utilização dos conservantes químicos para garantir que o produto fique mais tempo nas prateleiras à espera de alguém que pague o seu preço. Mais uma vez, o econômico se sobrepõe ao ecológico: o valor de troca ao valor de uso (GONÇALVES, 1990, p.114).

No que tange a questão ecológica, Bursztyn (1994) acredita que o fato dos bens ambientais terem sido vistos sempre como bens livres, isto é, que possuem valor de uso mas não tem valor de troca, além de estarem disponíveis em quantidades ilimitadas, foi o que permitiu sua exploração excessiva e conseqüente deterioração, transformando-os em bens cada vez mais raros.

De qualquer forma, hoje em dia tem-se o valor de uso completamente subordinado ao valor de troca e, conforme Mézáros (1989), as mercadorias podem tanto estar em contínuo uso, quanto nunca serem usadas, sem que isto afete o sistema econômico. Ou seja, independente de a taxa de uso (relação do consumidor com o seu produto), ser máxima ou mínima, isto não aumenta o valor de troca pois, o que efetivamente importa para o capital é que o valor de troca seja operado na esfera da circulação, sem necessariamente considerar se a mercadoria possui alguma utilidade intrínseca ou não.

Nas palavras de Mészáros (1989, p.22) “o capital define ‘útil’ e ‘utilidade’ em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor-de-troca”.

Portanto, concebendo que o valor de uso está inteiramente subsumido ao valor de troca, é exatamente nesta dimensão da mercadoria que deve se concentrar nossa análise para uma tentativa de compreensão mais lúcida da questão ambiental.

Isto posto, devemos entender como efetivamente ocorre a diminuição do valor de uso das mercadorias através do exame do decréscimo da taxa de uso dos artefatos produzidos pela sociedade industrial contemporânea.

Mészáros explica que a taxa de uso decrescente está, em certo sentido, implícita nos processos produtivos de forma geral, manifestando-se, inicialmente,

na proporção variável em que uma sociedade aloca quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de rápido consumo (por exemplo comida), em contraponto aos que continuam usáveis (por exemplo re-utilizáveis) por um período de tempo maior: uma proporção que obviamente tende a se modificar a favor dos últimos (MÉSZÁROS 1989, p. 16).

Mas o capitalismo tende a reverter este processo no momento em que, para encontrar seu “equilíbrio”, precisa que a sociedade consuma em grande velocidade e cada vez mais, bens não re-usáveis.

Ou seja, enquanto a taxa de uso decrescente limitava-se a proporção existente entre bens de rápido consumo e re-usáveis, com tendência a aumentar o dispêndio de recursos em favor dos últimos, isto efetivamente refletia uma conquista positiva para a sociedade. Todavia, o capitalismo operou uma reversão nesta taxa em favor dos produtos de rápido consumo, desequilibrando, conseqüentemente, a proporção encontrada na produção dos bens.

Um aspecto que demonstra claramente como a taxa de uso decrescente em seu formato atual, afeta negativamente os bens produzidos, dá-se através de uma transmutação que podemos chamar de quantitativa, relacionada com o que se convencionou designar de obsolescência planejada, ou seja, o encurtamento (ou pelo menos, o não aumento) da vida útil dos artefatos que se produzem, “a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no redemoinho da circulação acelerada (...) para dissipativamente fazer decrescer as taxas de uso reais” (MÉSZÁROS, 1989, p.43).

Lago e Pádua (1985) explicam que os dois artificios clássicos utilizados pela economia capitalista, quais sejam, o aumento da quantidade e dos preços dos bens produzidos, com o intuito de assegurar o crescente aumento dos lucros, encontraram barreiras no próprio sistema,

advindas do nível de demanda real, que muitas vezes não absorvia o grande volume das mercadorias fabricadas, do poder aquisitivo dos consumidores etc.

Assim, a obsolescência planejada, surgiu como um artifício mais sutil, impondo a renovação constante do consumo de certos tipos de bens e que foi sendo incorporada gradativamente à produção industrial.

Um exemplo clássico e contemporâneo desta regressão, nós poderemos encontrar na indústria informática que, mais ou menos a cada seis meses, está designando a superação tecnológica e funcional de gerações inteiras destes equipamentos determinando, na consciência das pessoas, a necessidade irreal e artificial de, na maioria dos casos (considerando-se que a maioria das pessoas usa o computador como uma eficiente ferramenta para edição de textos), estar constantemente trocando de equipamento.

Portanto, a obsolescência planejada, como uma forma de decréscimo da taxa de utilidade dos artefatos, acompanha o capitalismo ao longo de seu desenvolvimento histórico, na medida que ela é o que possibilita que as pessoas voltem a ter necessidade de repor determinados bens, e da forma mais rápida possível. Acontece que a obsolescência está atingindo níveis efetivamente assustadores, implicando em um constante crescimento da exploração dos recursos naturais, visto que, obviamente, quanto menor a vida útil das mercadorias, maior necessidade do aumento da produção, o que acarreta a exaustão destes recursos.

Schumacher (1977), percebendo os efeitos da obsolescência planejada, introduziu o conceito de *permanência*, a partir do qual sustenta a necessidade de que os bens produzidos tenham uma existência mas perene, com maior tempo de durabilidade e que não sejam tão descartáveis. O autor alude ainda, que seria preciso resistir à tentação de permitir que desejos supérfluos se tornem necessidades, minimizando o materialismo, para que pudéssemos caminhar no sentido de um crescimento econômico, mas evitando que este torne-se ilimitado.

Certamente o conceito de permanência estabelecido por Schumacher não faz parte de nosso cotidiano, muito pelo contrário, vivemos, segundo Penna (1999) na era do descartável, onde a competição industrial, baseada em elementos como a obsolescência planejada e os grandes esquemas publicitários, fundamentam as bases da sociedade do desperdício. Em outras palavras, considerado símbolo do progresso, solução para a correria diária e a falta de tempo conseqüente da vida moderna, os descartáveis representam uma das causas mais importantes do aumento assustador do consumo de matérias-primas e, conseqüentemente, do crescimento acelerado da produção de lixo, na maioria não assimiláveis pelo meio ambiente.

Junto com os descartáveis, a sociedade descarta, joga no lixo em poucos segundos,

todo um conjunto de trabalho empregado, uma grande quantidade de energia, variados materiais, além dos elementos indiretos que compõe a produção desta mercadoria (PENNA, 1999). Um exemplo bastante comum é o copinho de plástico, que abarrotava lixo de escritórios, festas, etc e que consome uma série de insumos que poderiam estar sendo utilizados para a produção de artefatos com maior taxa de uso e menor impacto poluidor no planeta.

É justamente o desperdício, o descarte, que realmente tem sido vantajoso para o sistema econômico atual, isto é, a taxa de uso dos artefatos produzidos sendo mínima, menor será o tempo de utilização de determinado bem e mais rápido será demanda por um substituto. E a taxa de uso decrescente revela-se em um dos notáveis caminhos utilizados pelo capitalismo durante o seu desenvolvimento enquanto sistema dominante, e que se agudiza de forma alarmante neste final de século¹⁴.

Além disso, trata-se de um fato bastante conveniente e, sem dúvida alguma lucrativo para os grandes produtores, essa atração massificada das pessoas, este “estímulo” para a aquisição das “novidades” introduzidas diariamente no mercado, uma infinidade de produtos que chega às prateleiras das lojas, supermercados e outros grandes centros de compras, capaz de exercer verdadeiro fascínio nas pessoas e desta forma, tornar obsoletos produtos que há poucos dias eram considerados “de última geração”.

É assustadora a idéia disseminada entre a maioria da população de que é progressista, símbolo de *status* e modernidade consumir novidades, andar à frente da moda, acompanhar as inovações. Qualquer coisa pode ser transformada em símbolo de *status*, ser comercializada e trazer retornos significativos, como o exemplo:

[...] antigamente os Buick tinham, nos lados do capô do motor, aberturas semelhantes a olhos de boi, totalmente sem função, com molduras cromadas, sendo os de oito cilindros portadores de três de cada lado, e os de seis cilindros, mais baratos, duas somente. Quando a indústria um dia passou a equipar também o de seis cilindros com três ‘olhos de boi’, essa medida teve o sucesso esperado de aumentar em muito a venda desse tipo, o que consolou o fabricante das inúmeras cartas de reclamação nas quais os proprietários dos carros de oito cilindros se queixavam amargamente de que o símbolo de posição social, que só cabia aos seus carros, estava sendo exibido pelos de classe inferior (LORENZ, 1991, p.100).

De outra parte, e como agravante sério desta questão, o capitalismo também nunca teve tanta facilidade e nunca produziu tão profusamente “quinquilharias” de toda a natureza pois, artefatos absurdamente inúteis estão sendo fabricados e consumidos em escala nunca

¹⁴ Ainda em relação a taxa de uso decrescente, é importante salientar que a indústria capitalista também nunca foi tão pródiga em produzir um monstruoso e mortífero esquema de guerra. Ver a este respeito Mészáros (1989).

antes pensada, com taxa de uso chega zero. Englobando as idéias discutidas anteriormente, podemos citar as palavras de Marx:

A vontade de lucro faz nascer uma perpétua necessidade de novas descobertas e de ampliação do mercado, ao mesmo tempo que desenvolve o consumo, para o que é necessário habilitar o homem, tornando-se esta habilitação parte integrante de sua cultura. A universalidade da troca condiciona a universalidade do consumo e, por isso mesmo, a necessidade de homens universais em necessidades e em prazeres. [...] a produção maciça exige, com efeito, não apenas um acesso universal aos produtos, mas também um desfrute imediato – passagem constante de um produto para outro – donde, o fenômeno da moda, ruína da permanência dos artigos e o nascimento de uma moral hedonista, que vira aos prazeres desde que experimentados, de uma cultura essencialmente sensualista e sensacionalista (MARX, 1980, p.30).

Lago e Pádua (1985) apontam também a tendência da mercantilização de aspectos da vida humana que, a princípio, eram tratados no âmbito familiar e que começam a ser objeto de transações comerciais. Assim, “atividades humanas, as mais simples, passam a ter o seu substituo industrial (como a famosa “máquina de escovar dentes”) e até o contato com a natureza, quando existe, passa a ser em grande parte privatizado por hotéis, clubes de campo, etc.” (LAGO, PÁDUA, 1985, p. 52, 53).

Desta forma, posto que o crescimento do valor-de-troca é a preocupação essencial do sistema capitalista, não interessa quão destrutiva é sua natureza desde que o valor de uso mantenha-se subjogado ao primeiro ou, como expõe Gonçalves (1990), enquanto os ecologistas preocupam-se com a preservação dos recursos naturais, os economistas limitam-se ao valor de troca das mercadorias. E mais, através da atual tentativa de valoração econômica dos bens ambientais considerados livres, tem-se objetivado que estes também possam ser comercializados no mercado. Sendo assim, é fácil imaginar porque, numa sociedade baseada nas relações mercantis, o ecológico fique subordinado ao econômico, o valor de uso ao valor de troca.

Mészáros expõe ainda que, no sistema de produção existente,

o consumo e destruição são *equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista*. Desse modo, a questão, se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores-de-uso correspondentes a necessidades – ou o “consumo” através da destruição, é decidida com base na maior suscetibilidade de um ou de outro para satisfazer o conjunto de requisitos da auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis (MÉSZÁROS, 1989, p.60).

Sklair (1999), a nosso juízo, resume adequadamente a questão ao afirmar que a proposta ideológico-cultural do capitalismo global, é estimular as pessoas a consumir além de suas necessidades reais a fim de garantir a continuidade da acumulação de capital em favor do lucro privado, ou seja, para garantir que o sistema de capitalismo global dure para sempre. A

ideologia-cultura do consumismo advoga que o sentido da vida está naquilo que possuímos. Consumir, portanto, significa estar vivo, ser forte, e para que essa sensação de vida e força permaneça, é preciso consumir continuamente. Para o sistema capitalista, homens e mulheres são apenas consumidores. Segundo Penna (1999, p.28), “Entre o final da Segunda Guerra Mundial e os últimos anos da década de 1980, enquanto a população mundial apresentava um crescimento extraordinário de 120%, a produção global de bens conhecia um aumento ainda mais vertiginoso, de cerca de 400%”.

De outra parte, Sklair (1995) ainda expõe que a mídia executa diversas funções para o capitalismo pois, ela apressa a circulação de bens através da propaganda e publicidade, reduzindo o tempo entre a produção e o consumo. Também começa a fixar, desde muito cedo, a ideologia dominante necessária à sobrevivência do capitalismo. Desta forma, cria uma reformulação do consumismo, na qual toda a mídia se transforma em oportunidades de vender idéias, valores, produtos, gerando, então, uma visão consumista de mundo. Penna afirma,

[...] são duas forças castradoras do espírito que hoje andam de braços dados. Uma força de atração: o *marketing*, com sua promessa de fama e fortuna rápida para quem obedecer às suas leis. Outra, de esmagamento: a pressão da mídia e da moda com seus valores e sua urgência ensurdecadora e acapachante (PENNA, 1999, p.53).

Então, o que importa saber, é que o valor de troca é ideologicamente construído através, principalmente, da grande mídia, dos gigantescos esquemas mercadológicos, nos quais o capitalismo se especializa cada vez mais, ou seja, a sofisticadíssima máquina de propaganda do capitalismo não pára de se desenvolver em todos os sentidos, inclusive na geração e produção de necessidades artificiais¹⁵.

Estamos cercados pela pressão da mídia para o consumo. Nas ruas, *outdoors* apresentam o que precisamos comprar para nos tornarmos mais bonitos e atraentes, para estarmos na moda. A TV, o veículo mais abrangente a serviço do capitalismo, em todos os níveis sociais, massifica a idéia do que é preciso ter na geladeira para ser “saudável”, que carro é preciso dirigir para manter o *status*, que produtos compõem a “cesta básica” de um ser humano feliz. A indução ao consumo não encontra-se apenas nos comerciais, ela está em toda parte, é lugar comum em novelas, filmes, no esporte e em tudo o que possa ser utilizado para vender produtos, marcas, imagens.

Hoje é possível inclusive, “comprar” um corpo perfeito. Ressaltamos que somente a idéia é massificada, mas o poder aquisitivo permite que apenas alguns poucos indivíduos

¹⁵ Já existe no mercado, por exemplo, disponível a qualquer pessoa, um equipamento destinado a espremer o tubo do creme dental.

transformem em realidade o sonho vendido pela falácia publicitária. Ou como destaca Lorenz (1991, p.39) quando demonstra o quão tola e manipulável é a grande massa de consumidores, que se deixa facilmente levar pelas artimanhas da publicidade e nem sequer “se revolta contra o fato de ter de pagar, em cada tubo de pasta dentífrica ou lâmina de barbear, uma embalagem com fins publicitários, que freqüentemente custa tanto ou mais que a mercadoria comprada”.

O ser humano inserido na sociedade industrial contemporânea, calcada no estímulo crescente ao consumo, na ostentação, no “ter” acima de tudo, gradativamente torna-se vazio, acrítico, um marionete manipulado pelo universo da aparência, de necessidades criadas, de “idéias enlatadas”, de modos de vida jamais questionados, um verdadeiro “zumbi” que vaga entre vitrines e sinais luminosos, *shoppings centers* e supermercados consumindo sua vida (e a vida do planeta!), reduzindo sua existência ao título de consumidor. Penna retrata brilhantemente este apelo ao consumo, à ambição, ao “ter” para “ser”; um fato desalentador, mas real:

Frequentar *shoppings* tornou-se uma atividade cultural. Em outros tempos, os consumidores “iam às compras”, com a finalidade de obter um ou dois produtos de que necessitavam. Atualmente, gastam horas e horas em centros comerciais, vendo vitrines, lanchando, brincando com os filhos, comparando preços, conversando, mas – principalmente- comprando mais do que precisam, pois um produto bem apresentado, a concorrência e a novidade (que em geral distingue o seu portador) exercem um apelo quase irresistível. Os *shoppings centers* agem como verdadeiros catalisadores do fenômeno consumista. Os *shoppings* afastam os seus frequentadores da vida real. Dentro deles, não existem relógios, luz natural; apenas um cenário de beleza, luxo e erotismo. Tudo estimula a ambição. O projeto arquitetônico é cuidadosamente desenvolvido para que o cidadão se submeta ao maior contato possível com as tentações do consumo. As escadas rolantes obrigam-no a passear pelo andar. Nos *shoppings*, assim como nos supermercados, metade das compras é feita por impulso. Nas lojas de departamentos e nos supermercados, para comprar o essencial, o consumidor é obrigado a passar por corredores apinhados de supérfluos, que lhe excitam a cobiça. Tudo pelo lucro... (PENNA, 1999, p. 57).

Sendo assim, o grande guru do *marketing*, Philip Kotler não vacila em afirmar:

Podemos sempre encontrar empresas que se especializam na versão mais sofisticada do produto e que cobram um preço alto para cobrir seus custos mais elevados. Chamados artigos de luxo, esses produtos são proclamados os melhores em qualidade, mão-de-obra, durabilidade, desempenho ou estilo. Entre os exemplos desse tipo de produto estão os automóveis Mercedes, as canetas e os artigos de escrita Mont Blanc e os acessórios de vestuário Gucci. O produto não somente é fino por si mesmo, mas também fornece prestígio ao comprador, torna-se um símbolo de alto estilo de vida e confere um status mais elevado. Em geral, o preço excede a real diferença de qualidade inerente ao produto” (KOTLER, 1999, p.81)

A grande máquina publicitária tem, portanto, o poder de criar necessidades artificiais, de estimular o consumo a qualquer custo, mesmo que seus defensores advoguem que os

consumidores tem total liberdade de escolha, e adquiram somente aquilo que lhes convém, sem nenhum tipo de imposição. Na realidade, como assegura Penna (1999, p. 54) “o consumidor exerce apenas secundariamente o duvidoso privilégio de escolher entre várias marcas concorrentes”.

Lorenz (1986) aponta para o fato de que, a fim de atingir de maneira mais eficaz um determinado público-alvo, os publicitários perceberam que a utilização de qualquer tipo de argumento racional ou explicações objetivas sobre a estrutura e funcionamento dos produtos, representam uma “perda de tempo”. O autor, ao examinar o potencial manipulador da publicidade, percebeu que esta é capaz de conseguir melhores retornos quando consegue tocar profundamente as emoções humanas e direcionar seus instintos, criando desejos e necessidades antes inexistentes. Os profissionais mais astutos da área entenderam que é justamente no universo do subconsciente que o poder das frases e imagens utilizados de forma “correta” têm maiores resultados, pois trata-se do íntimo das pessoas no qual estão situados, seus medos, frustrações, necessidade de aceitação etc.

Um bom exemplo citado por Lorenz é o anúncio de um maiô ou um produto de beleza qualquer que promete à adquirente

a mesma aparência que tem o modelo fotográfico mostrado no anúncio. Os fabricantes de cosméticos vendem, conforme teria dito um deles a Aldous Huxley, ‘não a lanolina, mas sim a esperança’. A lanolina é barata; já pela esperança os fabricantes cobram muitíssimo mais caro. (1986, p. 141)

A respeito disso, Penna (1999, p.52) repete uma frase já comentada por alguém: “as pessoas gastam um dinheiro que não possuem, para comprar coisas de que não necessitam, para impressionar pessoas que não conhecem”.

Ladislau Dowbor, em entrevista concedida à revista Ecologia e Desenvolvimento fornece mais um exemplo simples, mas bastante claro da manipulação publicitária - realidade que se impõe a nossa sociedade em termos de consumo, forças de marketing e *status*:

[...] David Korton, um pensador norte-americano, [...] estudou o caso do tênis Nike. A produção efetiva do tênis custa em média cinco dólares e sessenta centavos. E vende-se entre 70 e 130 dólares. No momento em que perguntaram para os donos da Nike por que um produto de menos de dez dólares era vendido a 100, responderam: “É que nós não vendemos tênis, vendemos emoções...” É muito curioso, porque na hora de pagar a gente não tem esse argumento de pagar com emoções. Tem que pagar em dólares, direitinho. Mas é um fato que tem moleques que se matam de trabalhar, deixam de comer, de comprar o essencial, para ter um Nike no pé. E por quê? Porque eles recebem de uma sociedade que lhes tira e destrói a identidade uma carga fenomenal de mensagens que lhes dizem que o seu valor se demonstra através do que são capazes de comprar. Como são pobres, através do Nike vão ser alguém. Lhes fazem crer que não estão comprando um tênis, que estão comprando um pedacinho de Michael Jordan. Para obter esse resultado, a Nike gasta mais em um

ano em publicidade com Michael Jordan do que com todas as mocinhas da Indonésia que ficam lá colando os tênis Nike (Revista Ecologia e Desenvolvimento, n. 76, p. 29).

Exemplos como estes refletem a dura realidade expressa pela afirmação de Lorenz (1991, p. 98): “Não somos mais conscientes de quanto nós, ocidentais pretensamente civilizados e livres, somos manipulados pelas decisões comerciais dos grandes produtores”.

Entendemos, então, conforme explicam Lago e Pádua (1985) que a obsolescência planejada, comentada anteriormente, não restringe-se apenas a aspectos materiais, pois atinge através de uma obsolescência cultural, fabricada pela mídia e por grandes esquemas de propaganda, a forma como percebemos nossas necessidades, ditando mudanças de mentalidade, de costumes, preferências etc.

Recentemente, com a nova atitude do setor empresarial frente aos problemas ambientais, a transformação que se opera, é no sentido de direcionar o consumo para produtos ecologicamente corretos. Assim, “[...] Por amor à natureza, todo consumo, a partir de agora, deve ser orientado para os produtos ecológicos” (LAYRARGUES, 1998, p.204).

Impinge-se, então, ao consumidor, a responsabilidade de contribuir para a resolução da problemática ambiental, através do consumo de mercadorias “verdes”.

Mas, apesar de alguns consumidores, denominados “verdes” disporem-se a pagar mais caro por produtos menos nocivos a natureza, valer-se deste discurso para argumentar que o consumidor é o grande agente de fixação da questão ambiental, e que é através da manifestação dos seus desejos que o mercado define-se, não passa de uma ficção, visto que, na prática, o sistema econômico caminha justamente em sentido inverso, ou seja, na realidade não é o consumidor que define o mercado, mas o mercado que, através de seus esquemas publicitários trabalha para que o consumidor sinta a “necessidade” de possuir tudo aquilo que o mercado lhe oferece.

A simples mudança de foco do consumo, para produtos “verdes”, no entender de Laurargues (1998) equivale, portanto, a continuar imprimindo a lógica do consumismo a qualquer custo. Ou seja, a cultura consumista, continua a ser vista como catalizadora do crescimento e progresso econômico, mesmo dentro do modelo de desenvolvimento sustentável pois, muda-se o foco do consumo, que passa a ser os produtos “ecológicos”, mas não se questiona o porquê de se consumir tanto, tantas coisas com pouca ou nenhuma utilidade intrínseca, e quais seriam as reais necessidades humanas.

Entendemos portanto, que as mudanças até então ocorridas, tanto no que se refere as novas práticas setor empresarial, como a criação de um novo modelo de desenvolvimento

baseado na sustentabilidade, não dizem respeito a uma transformação profunda da sociedade suficiente à preservação da natureza pois,

[...]a reforma que ora se presencia explicita apenas mudanças de comportamento dirigidos ao estilo de consumo, e não mudanças de valores. Pode ser que a cultura do desperdício seja substituída pela cultura da reciclagem, mas essa é uma transição míope, pois, enquanto não se questiona a ideologia do consumismo, ela obedece unicamente ao interesse empresarial em recuperar sua matéria-prima ao menor custo possível (LAYRARGUES, 2000, p. 87).

Penna (1999), apesar de considerar a reciclagem importante, econômica e ambientalmente, também se pronuncia a favor de uma mudança mais radical na mentalidade da sociedade, pois entende que a reciclagem de materiais será sempre limitada, configurando-se apenas em paliativo para o consumo exponencial dos recursos naturais.

Este é um aspecto que percebemos como um grande entrave à preservação do meio ambiente pois, apesar de o consumo estar sendo direcionado para produtos “ecologicamente corretos”, o próprio sistema e também a sociedade, continuam venerando o consumismo, preservando-o de qualquer tipo de crítica.

Penna, em nosso entendimento, explica claramente a mentalidade da sociedade em geral:

Possuir algo é a base do sentido de identidade para muitas pessoas. Elas identificam-se e confundem-se com os seus objetos de posse e, portanto, passam a ser o que possuem. Esse desejo de ter leva, freqüentemente, ao desejo de ter mais, de ter o máximo. A **avidez** é o resultado lógico do padrão comportamental de **ter**, ou possuir, em contraposição ao **ser** (PENNA, 1999, p. 39).

Esta ambição pelo poder, pelo ter ou invés do ser, caracteriza nossa sociedade, que está baseada no egoísmo, individualismo, no êxito pessoal. A corrida desmedida por possuir cada vez mais, faz com que os indivíduos valorizem e preocupem-se, principalmente com seus assuntos particulares, limitados ao pequeno mundo que gira a seu redor. O interesse por questões sociais e ambientais, tornam-se preocupações secundárias.

Schumacher (1977) nos fornece um exemplo interessante que se contrapõe à realidade da sociedade industrial de consumo. O autor apresenta aspectos da economia budista, na qual o trabalho possui três funções: desenvolver as faculdades humanas, integrar socialmente o indivíduo e gerar produtos e serviços necessários e suficientes para uma vida humana digna. Na economia budista o ser humano tem maior importância que os bens produzidos, e o processo de criação é mais importante que o consumo em si. O autor demonstra que o nexo dessa economia está no trabalhador e não no produto do trabalho, como acontece na sociedade industrial de consumo. E é justamente neste ponto que se localiza o sentido da libertação—

diferentemente da economia moderna, que considera livre o indivíduo que consegue se realizar através do consumo material e do aumento de seu padrão de vida.

De outra parte, Cavalcanti (1998) compara as comunidades indígenas brasileiras com o outro extremo da sociedade moderna, representado pelo paradigma americano. A organização econômica dos índios está focada no sustento do grupo, na satisfação de suas necessidades básicas e também na promoção do bem-estar (dentro daquilo que o índio acredita como tal), sem objetivar, no entanto, a acumulação de excedentes; seu estilo de vida está baseado na harmonia com o meio ambiente. Por outro lado, dentro da perspectiva da sociedade industrial moderna, o objetivo maior é o lucro imediato. E, em busca desse objetivo maior, a adoção de estilos de vida ambientalmente sustentáveis fica relegada a segundo plano. Com a força do apelo consumista, a importância destacada ao *status* material, ninguém se dispõe a negar a possibilidade de, algum dia, poder comprar um novo DVD, um modelo de carro mais avançado, um freezer etc, pois, segundo o autor “nossa vida pessoal é um contínuo processo de aquisição de bens de consumo, comprados muitas vezes por hábitos consumistas e esbanjadores automáticos, que adotamos em virtude de esquemas persuasivos de *marketing* lançados maciçamente sobre nós” (CAVALCANTI, 1998, p. 161).

O desenvolvimento à maneira dos índios, portanto, é absolutamente inimaginável para indivíduos acostumados aos padrões de vida da sociedade industrial moderna.

Voltando para a realidade da sociedade contemporânea, exemplos de como a ambição da espécie humana funciona e transforma bens inicialmente supérfluos em essenciais, é concedido por Penna (1999), que explica que há apenas 30 anos, os aparelhos de televisão estavam em um número reduzidíssimo de lares brasileiros, mesmo entre a classe média; hoje, o número de TV em cores ultrapassa até o de geladeiras, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1991. (Já no censo de 1980, o total de domicílios com televisão era 11,4% maior do que os que possuíam geladeiras). Mesmo entre as classes mais pobres, a TV – com sua enorme carga de propaganda – é um item obrigatório.

Em relação ao automóvel, Penna expõe:

O automóvel – cujo aumento de produção no Brasil, nas últimas décadas, ultrapassou em muito o crescimento da nossa população – tornou-se um símbolo frívolo de *status*, seguindo uma tendência mundial. Dados do IBGE demonstram que, entre 1970 e 1980, por exemplo, enquanto a população brasileira aumentava em cerca de 30%, o número de domicílios que possuíam automóveis crescia em 260%, porcentagem superior ao crescimento do número de geladeiras, que foi de 176% no mesmo período, ou, ainda, do total de residências atendidas por rede de abastecimento de água, que cresceu 139% (IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*). É bastante expressiva a quantidade de indivíduos que sacrificam coisas essenciais –

como alimentação, moradia, educação e saúde – para comprar um veículo que lhes confira uma aura de bem-sucedidos (PENNA, 1999, p. 40).

Este crescimento desmedido do consumo e da produção de artefatos inúteis e dispensáveis, por mais assustador que possa parecer, possuem um forte sedução, transmitida através dos meios de comunicação perante os indivíduos ou, nas palavras de Penna (1999, p. 42): “[...] não há como negar que determinadas forças do mundo contemporâneo potencializam descabidamente, como nunca visto anteriormente, os desejos de consumo dos indivíduos”.

Neste sentido, Schumacher (1977, p. 258) afirma que somente uma mudança profunda de valores poderá mudar o rumo da civilização industrial de consumo, através da “criação de um estilo de vida que atribua às coisas materiais seu lugar apropriado, legítimo, que é secundário e não primário”.

Portanto, precisamos compreender, em primeiro lugar, a impossibilidade de existir sustentabilidade ecológica numa economia baseada no crescimento ilimitado e na acumulação, pois vivemos num planeta com recursos limitados, os quais não têm capacidade de renovação proporcional à velocidade imposta pela lógica de “progresso” acelerado e contínuo. Enquanto a natureza é cíclica, nossos sistemas econômicos e industriais são lineares, ou seja “nossas atividades comerciais extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, e vendem os produtos a consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos” (CAPRA, 1996, p. 232). Os ecossistemas, portanto, são incapazes, conforme afirmam Lago e Pádua (1985), de absorver por um longo período os resíduos produzidos pela sociedade industrial, que são descarregados na natureza sob a forma de lixo, poluição etc.

Em segundo lugar, o desenvolvimento econômico atual não mais se relaciona com a satisfação das necessidades humanas, isto é, desde que os meios de produção tenham sido transformados em capital, eles tendem a ser contrários às necessidades humanas, se a lógica do capital assim exigir, “sobrepondo às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim chamadas *‘necessidades de produção’*, que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital” (MÉSZÁROS, 1989, p.29).

É também o que sustenta Stahel pois, na visão do autor,

a expansão constante do capital e a busca da “produção pela produção” refletem o fim último e o *modus operandi* do sistema. Longe de buscar a satisfação das necessidades, o capitalismo se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades, única forma pela qual o excedente gerado na produção

pode realizar-se no mercado. A produção crescente exige um consumo crescente, ou seja: necessidades continuamente insatisfeitas (1998, p. 122).

Portanto, o modelo de desenvolvimento que vivenciamos, além de desconhecer os limites de nosso planeta, não desenvolve-se em função das necessidades humanas, mas sim em função de sua própria dinâmica interna, pois o crescimento é visto como um fim e não um meio.

Contradições como estas comprovam a insustentabilidade do modelo econômico atual a longo prazo. Sendo assim, discordamos de Schmidheiny (1992) quando este afirma que a história enfatiza, cada vez mais, as vantagens do sistema econômico vigente sobre outros sistemas econômicos pois é ele que oferece os caminhos mais eficientes de criar riqueza e as melhores chances para o progresso, e que portanto, a mudança de rumo orientada em busca de uma sociedade equilibrada social e ecologicamente não implica abandonar um sistema que tem indubitavelmente seus méritos.

Entendemos, isto sim, a necessidade de uma transformação não apenas baseada nos métodos que o mercado utiliza, mas na consciência geral da sociedade pois, em que pese os movimentos de organismos da sociedade civil estarem numa luta na direção de preservação de florestas, animais em extinção, de sistemas naturais; em que pese o esforço de fóruns e conferências ambientais e, inclusive a mudança de comportamento de diversas empresas em relação a questão ambiental, acreditamos não existir solução para a questão ambiental, se o homem não for capaz de promover uma mudança radical na maneira como ele está se metamorfoseando com a natureza. De tal forma que, todas estes esforços redundarão tendencialmente em mascaramento de uma situação que é de fato insolúvel nos marcos deste modo de produção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dissemos inicialmente, o objetivo maior deste trabalho é agregar alguma contribuição ao debate ecológico atual. Isto posto, e por tudo o que vimos no decorrer do presente, tecemos algumas considerações que não pretendem ser verdades absolutas e inquestionáveis, mas demonstram, isto sim, a interpretação e a percepção das autoras a respeito da crise ecológica que vivenciamos.

Desta forma, tendemos fortemente a acreditar, em primeiro lugar, que perceber a questão ambiental como mero interesse mercadológico, pode até ser o primeiro passo do processo de conscientização mas, seguramente, é insuficiente para a preservação do planeta a longo prazo.

Assim, discordamos de análises que afirmam ser o lucro o propulsor e o eixo central do desempenho ambiental e do tratamento exclusivamente técnico e institucionalizado que tem-se procurado dar à problemática ecológica.

O discurso sofisticado sobre ISO 14000, tecnologias limpas, excelência ambiental, não leva em conta uma reestruturação profunda na essência do modo de produção vigente. De outra parte, o sistema econômico sob o qual vivemos, pede que se produza e se consuma cada vez mais; portanto, dificilmente, qualquer empresa, que tem como objetivo final a reprodução ampliada dos lucros inerente ao capitalismo irá, por livre e espontânea vontade, permitir-se uma conscientização ecológica tão profunda a ponto de reduzir seu ritmo de produção, tendo em vista que o consumismo desenfreado ainda está intrinsecamente estabelecido na lógica de funcionamento da sociedade.

Em outras palavras, a rigorosa subordinação do valor de uso ao valor de troca, o aumento alarmante do consumismo irracional, tendem a esvaziar por completo o conteúdo do discurso preservacionista dominante. A economia atual, baseada no crescimento ilimitado possui, além do impacto ambiental negativo, uma série de contradições no que se refere à sua eficiência e conseqüências sociais. Uma destas contradições é a questão da contraprodutividade, ou seja, o ponto-limite a partir do qual o sistema produtivo se torna cada vez menos eficiente e passa a consumir mais recursos naturais e afetar o meio ambiente do que gerar melhores condições de vida no planeta. Isso quer dizer que o crescimento do mercado, da produção industrial, do consumo de bens etc, pressupostos do modo de produção capitalista, a partir de um certo limite, acaba por torná-lo contraprodutivo.

O perigo desta situação é que, de certa forma, o modo de produção capitalista sustenta-se às custas de sua própria contraprodutividade, pois alimenta-se dos seus próprios

desequilíbrios. É o que observamos com a expansão de vários mercados, como é o caso das “indústrias de despoluição e tecnologias limpas”, que mantêm-se justamente devido à existência dos impactos negativos gerados pela produção industrial. Tal dinâmica, no entanto, não pode se dar indefinidamente. A degradação ecológica é um bom exemplo da insustentabilidade de um sistema que se mantém através de suas contradições e desequilíbrios. Afinal, o tempo em que a disponibilidade de recursos abundantes impulsionava o crescimento da economia está chegando ao fim, e as políticas, valores e comportamentos que causam danos ao meio ambiente tem caráter bastante complexo. A prosperidade global depende do uso mais eficiente dos recursos naturais, da sua distribuição mais equitativa e da redução global dos níveis de consumo, ou seja, mudanças profundas, não apenas de caráter reformista.

Seria necessário, portanto, que as empresas revissem radicalmente todo o seu padrão de produção e que, por outro lado, a sociedade alterasse, também, seus padrões de consumo. Do contrário, a balança ficará desequilibrada e, nenhuma organização diminuirá sua atividade econômica, arriscando-se perder parte do mercado por apego a uma consciência profunda e verdadeira sobre a questão ecológica. É realmente difícil imaginar que algum empresário se prestará a mártir da causa ambiental.

É lógico, portanto, que enquanto o consumo for desenfreado a contrapartida será igualmente irracional e desenfreada.

Sendo assim, estamos propensas a constatar a necessidade de se operar uma profunda, radical e urgente mudança nesta mecânica fundamental da sociedade. Não apenas no sentido reformista, isto é, reforma entendida como uma maneira de continuar a história com pequenas mudanças, acertos e correções, mas sim, uma revolução no real, não necessariamente com armas na mão, mas uma revolução cultural, paradigmática, de valores, uma revolução no horizonte cognitivo dos indivíduos, traduzido como a forma pela qual as pessoas individual e coletivamente relacionam-se consigo, com a sociedade, com a natureza e com a história, ou seja uma formulação de um novo conceito de homem e de sociedade.

Mas isto implica em abdicar da condição de objeto inerme da história, de ser apenas massa de manipulação de esquemas ideológicos poderosíssimos que governam o planeta, para assumir a posição de sujeito histórico e tornar-se um agente ativo de construção do devir da história. Neste sentido, é preciso reforçar que a história não é dotada de nenhuma fatalidade, pelo contrário, isto é historicamente construído por homens e mulheres, ainda que em circunstâncias dadas, que a partir de suas paixões e interesses determinam as condições de existência sobre o planeta.

Sendo assim, acreditamos não existir um lugar final, pré-determinado, para encerrar a história do homem em sua caminhada pelo planeta. Tendo em vista portanto, a emergência ecológica atual, torna-se necessária uma postura de reação imediata e coletiva de nossa parte, pois, considerando o estado em que se encontra o planeta, ou seja, suas condições atuais de degradação, não temos mais como assumir uma postura de reformas perante este quadro. O nosso pressuposto é efetivamente revolucionário, no sentido de operar uma revolução intelectual e ética nas pessoas e nas coletividades. Se isto vai se construir, se isto é apenas uma utopia, a história que responderá, pois é o processo histórico que tem a última palavra.

Entendemos que todas essas mudanças são por demais complexas e exigem uma conscientização geral da sociedade, uma verdadeira “revolução ecológica”. Consideramos que o debate ecológico consistente, deve ter a coragem de incluir em sua agenda a geração de modalidades de enfrentamento à lógica imanente de todo este processo destrutivo: o modo de produção da sociedade industrial contemporânea. Sabemos que a crítica não é suficiente para a mudança, mas ela é necessária.

Desta forma, não temos receio nenhum de sermos denominadas ou rotuladas como reprodutoras de um pensamento utópico, especialmente, se entendermos utopia no seu sentido clássico, que é o sentido grego, o sentido de “*ōu-topos*”, ou seja, o sentido de não lugar, um lugar que ainda não existe, mas que ninguém até hoje provou que não pode ser construído.

Ou, nas palavras de Penna:

As dificuldades para a adoção dessas medidas, aliadas a muitas outras, parecem ser assustadoramente complicadas. Mas, da mesma forma, as utopias técnicas – como voar – eram inimagináveis a poucos séculos. A *utopia humana*, como foi denominada por Fromm, com uma nova sociedade humana, vivendo em solidariedade e paz, livre do determinismo econômico, da luta de classes e da guerra, pode ser alcançada, “desde que despendamos a mesma energia, inteligência e entusiasmo na realização da utopia humana que empregamos na consecução de nossas utopias técnicas (1999, p. 231-2, grifo do autor).

Não pretendemos encerrar estes debates até porque, seria uma pretensão anti-dialética, já que esta não admite um ponto de chegada para a história, como acontece em uma viagem de trem, por exemplo. Este texto, nem de longe, pretendeu estabelecer a última palavra, esgotar uma temática tão complexa ou uma leitura definitiva da questão. O objetivo com este trabalho foi tão somente se distanciar das análises mais imediatistas, das análises mais superficiais que envolvem a questão ecológica, e fazer um esforço de jogar luz sobre as raízes mais essenciais deste problema.

A criatividade científica é a filha legítima da utopia da ciência. Criar significa não submeter-se aos parâmetros do já conhecido, do já visto, do já acontecido. Quer dizer contestar as coisas como se apresentam e a partir de outra alternativa de composição. Quer dizer não tomar a história passada como parâmetro do futuro. Quer dizer acreditar no novo, no inesperado, na virada, no salto qualitativo.

Pedro Demo (1987)

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCERALD, Henri. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BARBIERI, José Carlos. Competitividade internacional e normalização ambiental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 57-71, jan/fev. 1998.

_____. *Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudanças da Agenda 21*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENAKOUCHE, Rabah; SANTA CRUZ, René. *Avaliação monetária do meio ambiente*. São Paulo: Makron Books, 1994.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAZILIAN ENVIRONMENTAL MALL. [on line]. Disponível em: <<http://www.bem.com.br/>>. Acesso em 05 jun. 2000.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. *Gestão ambiental: instrumentos e práticas*. Brasília: IBAMA, 1994.

CALLENBACH, Ernest et al. *Gerenciamento Ecológico*. São Paulo: Cultrix, 1995.

CAMPOS, Lucila. *Um estudo para definição e identificação dos custos de qualidade ambiental*, 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *O ponto de mutação: ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica para uso dos estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1983.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CYRINO, Hélio. *Ideologia hoje*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1987.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan/jun. 1992.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

DOWBOR, Ladislau. Páginas verdes. *Ecologia e Desenvolvimento*, n. 76, dez/jan. 2000. Entrevista.

DREW, David. *Processos Interativos homem - meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1990.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

GUIMARÃES, Paulo C. V.; DEMAJOROVIC, Jacques; OLIVEIRA, Roberto G. de. Estratégias empresariais e instrumentos econômicos de gestão ambiental. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 5, p. 72-82, set/out. 1995.

HUTCHISON, David. *Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ISTO É. São Paulo, n. 1645, p. 21, 11/abril/2000.

KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados*. São Paulo: Futura, 1999.

- KURZ, R. A capitulação final dos ambientalistas. *Grupo Krisis: contribuições para a crítica da sociedade da mercadoria*. Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://planeta.clix.pt/obeco/rkurz81.htm>>. Acesso em 20 mar. 2002.
- LAGO, Antonio Augusto; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LAYRARGUES, Philippe P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa - meio ambiente no ecocapitalismo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 80-88, abr/jun. 2000.
- LAYRARGUES, Philippe P. *A cortina da fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- LÉVÊQUE, Christian. *A biodiversidade*. Bauru: EDUSC, 1999.
- LORENZ, Konrad. *Os oito pecados mortais do homem civilizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LORENZ, Konrad. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MACEDO, Ricardo Kohn. *Gestão ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas*. Rio de Janeiro: ABES, 1994.
- MACHADO, Paulo de Almeida. *Ecologia Humana*. São Paulo: Cortêz, 1984.
- MACNEILL, Jim; WINSEMIUS, Pieter; YAKUSHIJI, Taizo. *Para além da interdependência: o entrosamento entre a economia mundial e a ecologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- MAGALHÃES, G. A. Anti-ecologia necessária. In: Vários Autores. *Socialismo e democracia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- MAIMON, Dália. *Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- MAIMON, Dália. Eco-estratégias nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n. 4, p.119-130, jul/ago. 1994.
- MARINHO, Pedro. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MARTINS, Eliseu; RIBEIRO Maria de Souza. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *Revista Interamericana de Contabilidade*, p.31-40, out/dez 1995.
- MARX, Karl. *O capital*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 1v.

- MARX, Karl. *Conseqüências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio. 1989.
- NAESS, Arne. *Ecologia, Comunidade e Estilo de vida*. Cambridge: CUP, 1989.
- NAHUZ, Marcio Augusto R. O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 55-66, nov/dez. 1995.
- NÓBREGA, C. As empresas e a ecologia. *Ecologia e Desenvolvement*, Rio de janeiro, n. 56, p. 31-34, 1995.
- OTÁVIO, Rui et al. Gestão ambiental. *Makron Books Informa*, São Paulo, n. 101, abr/mai. 2000.
- PANAYOTOU, Theodore. *Mercados verdes: a economia do desenvolvimento alternativo*. Rio de Janeiro: Nordica, 1994.
- PENNA, Carlos Gabaglia. *O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PENNA, J. O. de Meira. *A ideologia do século XX: ensaios sobre o Nacional-socialismo, o Marxismo, o Terceiro Mundismo e a Ideologia Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.
- PRANCE, Ghillean. *Folha do Meio Ambiente*. Brasília, mai, 2000. [on line]. Disponível em: <www.folhadomeio.com.br>. Acesso em 05 fev. 2002. Entrevista.
- RUDIO, Franz. Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SANCHES, Carmem Silvia. Mecanismos de interiorização dos custos ambientais na indústria: rumo a mudanças de comportamento. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 56-67, abr/jun. 1997.
- SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SANTOS, Antonio dos; HÖEFFEL, João L. Modelos de gestão ambiental. In: CASAS, Alexandre (org.). *Novos rumos da administração*. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 184-196.
- SCHMIDHEINY, Stephan. *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1992.
- SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SKLAIR, Leslie. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Maria Tereza S. de. Rumo à prática empresarial sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 40-52, jul/ago. 1993.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

TIBOR, Tom; FELDMAN, Ira. *ISO 14000: um guia para as novas normas de gestão ambiental*. São Paulo: Futura, 1996.

UNGARETTI, Wladimir N. *Contribuição ao estudo das relações entre empresariado e ambientalismo através de uma análise de conteúdo do jornal Gazeta Mercantil*, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VALLE, Cyro. *Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente*. São Paulo: Pioneira, 1995.